

**REESTRUTURAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO:  
UM ESTUDO QUALITATIVO DAS  
CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE  
DOS ELETRICITÁRIOS FRENTE À  
PRIVATIZAÇÃO DA CERJ.**

por

Valéria Aparecida Nogueira

---

Dissertação apresentada à  
Escola Nacional de Saúde Pública da  
Fundação Oswaldo Cruz  
Como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre

Março, 1999

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ  
ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA  
CENTRO DE ESTUDOS DA SAÚDE DO TRABALHADOR E ECOLOGIA  
HUMANA

**REESTRUTURAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO:  
UM ESTUDO QUALITATIVO  
DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE  
DOS ELETRICITÁRIOS FRENTE  
À PRIVATIZAÇÃO DA CERJ.**

Orientador: Prof. .Dr. Marcelo Firpo de Souza Porto

Mestranda: Valéria Aparecida Nogueira

Março, 1999

Esta dissertação é dedicada às pessoas  
mais importantes de minha vida:

Benedito e Maria das Graças  
Meus pais, heróis de uma luta árdua  
na educação de suas filhas, sem os quais  
esta vitória não seria possível,

Viviane  
Minha irmã e também Assistente Social  
recém chegada ao mundo dos profissionais  
e que cooperou com este trabalho.

E também  
aos trabalhadores desta categoria  
que muito gentilmente colaboraram  
para a realização deste estudo.

### AGRADECIMENTOS:

Muitas pessoas colaboraram para a realização deste trabalho. Ao mencionar nomes, poderia incorrer no erro de esquecer alguém. Assim, retribuo a toda gentileza a mim direcionada, agradecendo a todos que direta e indiretamente contribuíram para a concretização deste trabalho.

.

.

A injustiça passeia pelas ruas com passos seguros.  
Os dominadores se estabelecem por dez mil anos.  
Só a força os garante. Tudo ficará como está.  
Nenhuma voz se levanta além da voz dos dominadores.  
No mercado da exploração se diz em voz alta: Agora acaba de começar!  
E entre os oprimidos muitos dizem: Não se realizará jamais o que  
queremos!  
O que ainda vive não diga: jamais!  
O seguro não é seguro. Como está não ficará.  
Quando os dominadores falarem falarão também os dominados.  
Quem se atreve a dizer: jamais?  
De quem depende a continuação desse domínio? De nós.  
De quem depende a sua destruição? Igualmente de nós.  
Os caídos que se levantem!  
Os que estão perdidos que lutem!  
Quem reconhece a situação como pode calar-se?  
Os vencidos de agora serão os vencedores de amanhã.  
E o hoje nascerá do jamais.

Bertolt Brechet

## RESUMO

A dissertação, ora delineada, tem como objetivo geral estudar o processo de privatização da CERJ e, neste contexto de reestruturação da empresa, perceber as possíveis conseqüências sobre as condições de vida e trabalho dos ainda efetivos e dos seus ex-trabalhadores, que, por contingência, vieram a se realocar em empresas terceirizadas que prestam serviço à dita empresa.

A partir deste objetivo maior, pretende-se esboçar junto aos trabalhadores entrevistados, as eventuais diferenças entre a realidade da CERJ estatal e da CERJ

atual privatizada, priorizando aspectos relacionados às condições de trabalho nestes diferentes momentos do processo.

Partindo destes diferentes momentos, busca-se levantar as atuais condições de trabalho, segundo suas diferentes inserções, ou seja, quanto aos remanescentes na empresa e quanto aos que se realocaram em empresas terceirizadas, cooperativas e empreiteiras prestadoras de serviço à CERJ.

Frente aos diferentes momentos e inserções, buscamos levantar as reais condições de trabalho dos almoxarifes, eletricitistas e encarregados, em termos de equipamentos de segurança, ferramental necessário, instalações e quanto à qualidade da prestação do serviço.

Junto aos trabalhadores realocados em empresas terceirizadas, buscamos averiguar as principais diferenças do processo de trabalho nestas, em contraposição ao da antiga CERJ, em termos de ritmo, jornada, treinamento e qualificação profissional e condições salariais.

Por fim, diante de todas essas contingências circunstanciais, pretende-se perceber se esta reestruturação trouxe algum tipo de consequência sobre sua vida em termos pessoais, buscando averiguar, num primeiro nível, como este processo de transformações foi vivenciado pelos trabalhadores. Num segundo nível, buscamos resgatar como estas modificações se deram no âmbito sócio-familiar, trazendo à realidade sua atual condição de vida.

**PALAVRAS-CHAVE:** Setor Elétrico - Saúde do trabalhador - Privatização - Terceirização - Reestruturação Produtiva

## ABSTRACT

The dissertation has as general objective to study the process of privatization of CERJ ( Electricity Supply Industry) in the context of restructuring of the company. It intends to notice the possible consequences on the life and work conditions of the actual effective of workers, as well as ex-workers of CERJ who came to other companies which subcontract their services to CERJ.

To leave this larger objective, it intends to sketch the eventual differences among the reality of public CERJ and of privatized current CERJ with interviewees applied to

workers, prioritizing aspects related to the work conditions on these different moments of the process.

Leaving of these different moments, it is looked for the current work conditions, through their different inserts. In other words, with relationship to the remainders in the company and with relationship to whom are now working in subcontractors companies and cooperatives.

Front to the different moments and inserts, we looked for the real work conditions of the storekeepers', electricians and persons in charge, e.g. in terms of safety equipment, necessary tools, facilities, and with relationship to the quality of their tasks.

Close to the workers of subcontractors companies, we aimed to discover the principal differences of the work process in these, in opposition to the old CERJ, in terms of rhythm, day's work, training and professional qualification and salary conditions.

Finally, with all those contingencies, it intends to be noticed if this restructuring process brought some consequence in the life of these workers, studying their perceptions about this process. In a second level, we looked for how these modifications implied in the socio-family ambit, bringing it to their reality and current life condition.

**KEYWORDS:** Electric Sector - Worker's Health - Privatization - Subcontracting - Productive Restructuring

## ÍNDICE

LISTA DE ANEXOS .....	i
LISTA DE ABREVIATURAS.....	ii
LISTA DE QUADROS.....	iii
APRESENTAÇÃO .....	iv

### I - INTRODUÇÃO

1.1 - O Problema .....	1
1.2 - A Construção do Objeto de Estudo .....	5

1.3 - O Universo da Pesquisa .....	9
1.3.1 - A Ida a Campo .....	13
1.4 - Justificativa .....	16

## II - UMA CONTEXTUALIZAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO E SUAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

2.1 - Introdução .....	18
2.2 - O Contexto das Transformações Societárias Globais .....	20
2.3 - A Constituição do Setor Elétrico Brasileiro .....	22
2.4 - A Indústria de Energia Elétrica no Rio de Janeiro: Prospectivas e Perspectivas.....	25
2.5 - O Trabalho no Setor Elétrico .....	32
2.6 - O contexto da CERJ e as condições de Trabalho no Setor Elétrico.....	39

## III - A FALA DOS TRABALHADORES E A PRIVATIZAÇÃO DA CERJ

3.1 - Introdução .....	46
3.2- O Esboço de um Perfil dos Trabalhadores .....	47
3.3 - O Processo de Inserção na CERJ Estatal .....	50
3.4- O ritmo e a Jornada de Trabalho .....	53
3.5 - Qualificação Profissional .....	59
3.6 - Materiais e ferramentas de Trabalho .....	68
3.7 - Políticas de Prevenção de Acidentes .....	77
3.8- As Relações de Trabalho.....	91
3.9 - A Família e as Conseqüências da Privatização.....	96

## IV - CONCLUSÃO: As incertezas dos Eletricitários diante da Reestruturação do Setor Elétrico no Brasil.....

99

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....

104

## ANEXOS.....

108



## **LISTA DE ANEXOS**

I - Questionário Aplicado aos Ex-funcionários da CERJ

II - Questionário Aplicado aos Funcionários Remanescentes na CERJ

## LISTA DE ABREVIATURAS

Alm.	Almoxarife
Resp. Alm.	Responsável pelo Almoxarifado
Eletr.	Eletricista
Empr.	Empreiteira
Coop.	Cooperativa
Enc.	Encarregado de turma
Enc. Empr.	Encarregado de turma da Empreiteira
Eletr. Emp.	Eletricista da Empreiteira
Resp. Alm. Empr.	Responsável pelo Almoxarifado da Empreiteira
Enc. Coop.	Encarregado de turma da Cooperativa
Alm. Coop.	Almoxarife da Cooperativa
Dir. Exec.	Diretor Executivo
Ger. Rec. Hum.	Gerência de Recursos Humanos
BRASILETROS	Fundação CERJ de Seguridade Social
COD	Centro de Operação e Distribuição
CDN	Centro de Distribuição de Niterói
DEC	Índice de duração equivalente de interrupção por consumidor
FEC	Índice de frequência equivalente de interrupção por consumidor

## LISTA DE QUADROS

Esquema da disposição das Entrevistas.....	11
Quadro Explicativo da Função de Encarregado de Turma .....	33
Quadro Explicativo da Função de Eletricista .....	34
Quadro Explicativo da Função de Almoхарife.....	35
Quadro Evolutivo Consumidor por Empregado de 1980 a 1987.....	51
Quadro de Empregados Próprios e Terceirizados.....	52
Quadro Evolutivo Consumidor por Empregado de 92 a 95.....	53

## APRESENTAÇÃO

O estudo, que ora se apresenta, pretende uma investigação acerca das possíveis deficiências e as conseqüentes implicações do processo de reestruturação do setor elétrico, tendo como foco central, as próprias falas dos trabalhadores da CERJ, sobre suas condições de vida e trabalho, frente a privatização da empresa.

O processo de construção deste estudo, contou com um trabalho de pesquisa, visando a compreensão das muitas variáveis e dimensões do problema. Para atingir os objetivos propostos, esta dissertação encontra-se organizada da seguinte forma:

O capítulo inicial tem como temática os procedimentos metodológicos aplicados ao presente estudo. Num primeiro momento, a formulação da situação problema e a construção do objeto de estudo, fomentam temáticas a serem discutidas no decorrer da dissertação. O segundo momento, deste capítulo, ocupa-se da apresentação do processo de seleção dos sujeitos, dos instrumentos utilizados para a coleta de dados e da estratégia de entrada em campo e o universo da pesquisa.

O segundo capítulo tem como objetivo expor os referenciais teóricos, que fundamentaram o estudo. São expostos alguns dos autores e documentos que se destacaram e contribuíram para uma maior compreensão acerca do processo de reestruturação do setor elétrico nacional, bem como das transformações que atingem a sociedade, de uma forma mais ampla. Em seguida, faremos uma pequena incursão na história do setor elétrico, enfatizando a constituição do setor elétrico nacional e, partindo daí, fazendo um esboço do recente histórico da indústria de energia elétrica no Rio de Janeiro, e também da CERJ. Esse arcabouço inicial de informações embasam a discussão sobre o mundo do trabalho dos eletricitários.

O terceiro capítulo é o mais importante da dissertação. Nele, priorizamos os depoimentos dos trabalhadores, para a partir destes, levantarmos as atuais condições de trabalho no setor elétrico no Rio de Janeiro, totalmente em mãos do Capital privado. Inicialmente, tenta-se fazer um esboço do perfil dos trabalhadores entrevistados, em relação à idade, escolaridade, estado civil, tempo de serviço na CERJ estatal, experiências anteriores à inserção na CERJ, dentre outras. Em seguida, tenta-se levantar, à título de comparação, as diferentes inserções destes trabalhadores, estando

inseridos em empreiteiras e cooperativas, após o processo de demissão e os que permaneceram na CERJ, depois de privatizada. Outros aspectos priorizados na abordagem das diferentes realidades se remetem à questões como o ritmo e a jornada de trabalho, a qualificação profissional, os materiais e equipamentos de trabalho e as políticas de prevenção de acidentes.

Outros dois aspectos iminentes e, que finalizam o terceiro capítulo, se referem, primeiramente, às relações de trabalho e, por fim, o aspecto das possíveis conseqüências que as famílias dos eletricitários vivenciaram, segundo os depoimentos dos trabalhadores. A falas destes trabalhadores têm como cenário a privatização da CERJ e a intensa terceirização das atividades de energia elétrica.

Por fim, no quarto capítulo, apresentamos as conclusões que tiramos a partir desta investigação.

# I

## INTRODUÇÃO

### 1.1 - O Problema

Inúmeras transformações sociais, políticas e econômicas são deferidas e destinadas aos diferentes setores da sociedade, em ritmo constante e por vezes de modo imperioso, vêm afetando a vida das pessoas e configurando importantes conseqüências. Como não poderia deixar de ser, o mundo do trabalho é um dos setores que mais sofre influências dos novos rumos econômico-sociais, uma vez que atualmente é a política econômica que define as diretrizes para as políticas de organização do trabalho. Ou seja, os apelos para a acumulação capitalista ditam regras para os novos modelos de gestão empresarial. As novas formas de gerenciamento e de organização do trabalho têm como precedentes históricos momentos como a Revolução Industrial, a expansão e afirmação do capitalismo, a internacionalização e a globalização das economias.

A Revolução Industrial emerge num contexto de afirmação do capitalismo como sistema econômico, sendo expressão do movimento de transição do modo artesanal para o modo industrial que ocorreu na segunda metade do século XIX. Naquela conjuntura efervescente, muitas mudanças são contraídas pelo processo de trabalho. Novas formas de energia são introduzidas, e por ser um trabalho realizado na fábrica, implica enormes diferenciações do modo anterior, uma vez que o artesanal é calcado em bases familiares. No Modelo Industrial o capitalista é o proprietário da fábrica e,

portanto, dos meios de produção. A partir dessas transformações que é implementada a Divisão Social do Trabalho.

*“Assim, a divisão social do trabalho é aparentemente inerente característica do trabalho humano tão logo ele se converte em trabalho social, isto é, trabalho executado na sociedade e através dela”* (Braverman, 1987: 63). Além disso, a organização do trabalho na sociedade capitalista está permeada por conflitos e contradições entre o capital e o trabalho, aplicando diferentes formas de acumulação, de modo que:

*“A separação dos trabalhadores dos meios de produção implica, pois, a sua dependência frente aos capitalistas para a obtenção de trabalho, o que tem como consequência a venda da força de trabalho ‘ao preço de mercado’... O processo capitalista é baseado na acumulação, isto é, na valorização do capital no que se refere à relação social da exploração da força de trabalho e da sua dominação. As relações de classe são, ao mesmo tempo, relações de valorização do capital e opressão da classe dominada pelas classes dominantes [...]”* (Faleiros, 1992, p. 24).

Visando controlar o processo industrial e aumentar a produção, implementa-se na fábrica uma divisão sócio-técnica do trabalho e conseqüente a este processo, deriva-se uma produção em escala com base em minuciosos cálculos econômicos e técnicos, buscando racionalizar o processo de produção, adequando-se o mais lucrativamente possível os recursos humanos, materiais e financeiros (Braverman, 1987).

Essa racionalidade objetiva uma maior concentração de capital, princípio elementar do capitalismo, em fase incipiente nesse período. Em outras palavras, a partir da Revolução Industrial ocorre, sobretudo, a separação dos atos da concepção e execução, além da necessidade vital pela acumulação do capital. Visando isso, a indústria dará início a um planejamento para introduzir racionalidade no processo produtivo (Braverman, 1987).

Destarte, conclui-se que o elemento de grande destaque nesse cenário industrial é o processo de trabalho, no qual as maiores repercussões se dirigem aos trabalhadores. Isto porque as relações e a organização do trabalho com as

modificações a que estão sujeitos, têm como objetivo obter mais vantagens e lucros, que não se destinam à classe trabalhadora.

O pós Revolução Industrial traz à cena novas configurações organizacionais ao processo produtivo, dentre as quais destacam-se o taylorismo, o fordismo, a acumulação flexível e o atual processo de reestruturação produtiva, em curso nas empresas. Cada uma destas inovações empreendem repercussões específicas na esfera produtiva e gerencial, de modo que se refletem não só no processo produtivo, mas, de forma compulsória, refletem-se também na saúde física e mental dos trabalhadores envolvidos.

Em consonância com esse processo de reformulações econômicas e mundiais, alguns setores de prestação de serviço que, por suas particularidades, segundo preceitos de universalidade no atendimento adquiriam, após a Segunda Guerra Mundial, o caráter de monopólios estatais naturais (Rosa e Tolmasquim, 1996). Os principais serviços, que são denominados de serviços de rede e que atendem a essas características, são o de telecomunicações, gás e o de energia elétrica (Assis, 1997).

O apelo à entrada desses setores nos princípios e bases concorrenciais, tem justificativas específicas no contexto macrossocial do País em que serão aplicados, ou seja, as privatizações e o conseqüente reordenamento do Estado, atendem a justificativas diferentes. Quanto a isso, Assis (1997) argumenta que se deve considerar questões como: o que privatizar, para que privatizar e como privatizar. Todavia, o autor aponta também que, apesar das diversidades, existem alguns objetivos em comum nos programas privatizantes.

*“Entretanto, independentemente das diferenças políticas e sociais entre os países, há uma convergência de fundo quanto aos objetivos centrais dos programas de privatização. Em todos, sem exceção, figuram entre as prioridades a questão fiscal, a promoção da concorrência, a busca da eficiência e competitividade, a atração de investimentos privados para os setores de infra-estrutura etc. O que costuma diferir é a ordem dessas prioridades” (Assis, 1997, p. 167).*

A problemática dos paradigmas e justificativas adotados pelo Brasil para o programa de privatizações, tem como elemento norteador a crise fiscal. Na busca por fazer “caixa”, o governo federal vem consolidando um processo de privatização de

algumas empresas de importância estratégica, não só do ponto de vista de sua importância econômica, mas também por sua imprescindibilidade para o bom andamento da vida moderna e em sociedade.

Essas empresas pertencentes aos setores de infra-estrutura resultaram de pesados e contínuos investimentos do Estado para garantir o suprimento dos serviços, já que, em mãos da iniciativa privada, havia um déficit entre a produção e a demanda.

Reverenciou-se os serviços de gás, as telecomunicações e o setor petroquímico como imprescindíveis para o alavancamento do Brasil rumo ao desenvolvimento. No período desenvolvimentista nacional, as políticas governamentais estavam baseadas na implantação de um parque industrial, que para funcionar, necessitava de infra-estrutura. Foi dentro desse processo que o setor elétrico passou por grandes mudanças e gozou da atenção e investimentos estatais, já que em mãos da iniciativa privada, a indústria de energia elétrica já não atendia à demanda de modo satisfatório.

*“É oportuno lembrar que, do início do século até o começo do governo Kubistcheck, os grupos estrangeiros e as empresas nacionais que dominavam o setor elétrico não se interessavam em expandir o sistema para capacitá-lo a alimentar o desenvolvimento industrial. Por isso, em 1960, o governo foi praticamente forçado a entrar no setor, ampliando-o e modernizando-o. Hoje, o sistema elétrico brasileiro, que era exíguo e de baixa confiabilidade, alçou-se à categoria de um dos mais extensos e avançados do mundo” (Carvalho, 1998, p. 1).*

No momento inicial, importávamos tudo, desde tecnologia para a implantação do sistema à mão de obra para realizá-la e os equipamentos. Depois do investimento estatal, chegamos a ser exportadores de todo esse aparato para outros países latino-americanos (Carvalho, 1997). O sistema de distribuição de energia elétrica chegou a um nível de confiabilidade, em que os índices de **DEC** (duração [em horas] equivalente de interrupção por consumidor do conjunto considerado) e **FEC** (frequência equivalente de interrupção por consumidor do conjunto considerado) tornaram-se os mais baixos do mundo.

Entretanto, muitos outros elementos de cunho político-econômico contribuíram para que, ao final da década de 80 e no decorrer da década de 90, surgissem novas configurações à economia brasileira. Dentre esses fatores, os mais algozes são

conseqüentes dos princípios neoliberais, onde muitas conquistas no campo desses serviços vieram a passar por inúmeras transformações.

Considerando essas assertivas, temos como propósito, no próximo item, problematizar algumas destas questões, tendo como elemento central o esboço do cenário em que se deu o processo de privatização do setor elétrico no Rio de Janeiro e o caso da CERJ - Companhia de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro.

## **1.2 - A Construção do Objeto de Estudo**

As novas oportunidades tecnológicas e o estabelecimento de novas bases concorrenciais, através da globalização e da possibilidade de instauração de alianças entre o capital de diversos países, conduz a um questionamento da viabilidade de continuação do modelo de intervenção estatal. Visando essas novas bases, instaura-se uma série de propostas de modificações que estão culminando num processo de reestruturação dos serviços de infra-estrutura, principalmente. Nesse sentido, o Brasil, segundo perspectivas diferenciadas dos modelos de reestruturação dos países desenvolvidos, inicia o processo de desestatização de empresas de serviços estratégicos.

A estatização do setor elétrico, enquanto modelo predominante por cerca de 30 anos, tinha como perspectiva algumas especificidades da prestação desse serviço. A energia elétrica é uma atividade de natureza não-estocável e que está sujeita a uma obrigação legal de fornecimento, atendendo à universalidade do atendimento, segundo princípios da cidadania e justiça social (Rosa & Tolmasquim, 1996).

Esse atendimento se estende a áreas carentes e de baixa rentabilidade e nas regiões em que os picos de consumo são sazonais. Os altos investimentos exigidos para a distribuição de energia elétrica diante das particularidades regionais, torna o fornecimento de energia uma área de instabilidade e um risco para a iniciativa privada. Por conta dessas particularidades, o setor elétrico era organizado e administrado como monopólio estatal natural (Tolmasquim & Pires, 1996).

Na verdade, com o processo de reestruturação dos mercados, é imposta uma redefinição das lógicas que envolvem as relações de trabalho, dentro de uma perspectiva de acumulação capitalista. Neste aspecto Netto (1996) enfatiza que:

*“Parece assente que conjunturas (e a palavra não se refere apenas a lapsos temporais de curta duração) de rápidas e intensas transformações societárias constituem o solo privilegiado para o processamento de alterações profissionais - seja o redimensionamento de profissões já consolidadas, seja o surgimento de novas atividades e ramos profissionais. O fenômeno, enquanto tal, nada tem de enigmático: as transformações societárias, reconfigurando as necessidades sociais dadas e criando novas (Heller, 1978), ao metamorfosear a produção e a reprodução da sociedade, atingem diretamente a divisão sociotécnica do trabalho, envolvendo modificações em todos os seus níveis (parâmetros de conhecimento, modalidades de formação e de práticas, sistemas institucional-organizacionais etc.)”*(Netto, 1996, p.p. 88-89).

Ou seja, no caso específico da CERJ, a sua privatização imprime com mais relevo uma prática que já existia, mas que se intensifica a partir de então, que é o processo de terceirizar os serviços de manutenção e distribuição de energia elétrica no Rio de Janeiro.

Tendo este cenário como perspectiva, o estudo ora proposto pretende levantar alguns dos principais impactos do processo de privatização da CERJ sobre as condições de vida e trabalho dos trabalhadores nela empregados e que, por força da reestruturação do setor, da terceirização dos serviços para a CERJ em consequência à demissão em massa, vieram a se realocar em outras empresas - empreiteiras e cooperativas.

Temos como pressuposto o fato de que esses trabalhadores, ainda que exercendo a mesma atividade, o fazem sob condições adversas. Este é o ponto central de questionamento que se busca desenvolver: estando em um empresa recém privatizada ou em mercado de trabalho terceirizado, quais as possíveis implicações dessa mudança e a correlação desta última com as atuais condições de vida e trabalho destes trabalhadores. Essa indagação ocorre porque alguns eletricitários, apesar de estarem em empresas diferentes, na verdade são submetidos a ordenamentos e

chefias que eram do quadro estatal e que continuaram na empresa, só que agora privatizada e sob condições diferenciadas.

Vivemos um momento na história em que alguns retrocessos, em termos de legislação trabalhista, estão sendo evidenciados. Ou seja, direitos adquiridos pela sociedade e pelos trabalhadores estão sendo desrespeitados, quando não eliminados, frente à atual perspectiva neoliberal, que prega o papel do Estado com menos atribuições no âmbito das políticas sociais.

*“O mais amargo nesses anos recessivos é que exatamente os poucos avanços sociais conquistados no passado, como a educação pública gratuita e os serviços governamentais de saúde, vêm-se ameaçados, projetando sombrias expectativas para o futuro”* (Guimarães, 1991, p. 93).

Além desta constatação, vê-se que, frente à reestruturação produtiva, os sindicatos de base estão perdendo força em seu poder de representação, consequência da fragmentação da classe trabalhadora, por sua vez absorvida pelas empresas que terceirizam serviços e, conseqüentemente, acarretando desmobilização.

Este contexto de fragmentação da categoria dos eletricitários, bem como a redução da representatividade organizacional, se torna profícuo para os novos dirigentes da CERJ. Sabe-se que têm ocorrido denúncias de precarização das condições de trabalho dos eletricitários, agora inseridos em uma outra realidade produtiva mas, muitas denúncias não alcançaram caráter de oficialidade.

Estas denúncias apontam questões como o aumento da jornada e do ritmo de trabalho, o não fornecimento dos equipamentos de segurança, instalações e viaturas que são utilizadas em condições inadequadas, o não cumprimento dos direitos adquiridos - como o pagamento de horas extras, por exemplo. Cabe salientar que tais denúncias não se referem somente aos trabalhadores inseridos em empresas contratadas pela CERJ; essa realidade também é vivenciada por quem ainda continua na empresa. Esses dados são também levantados pelos próprios trabalhadores, alguns dos quais abordados e que subsidiaram a construção deste estudo.

O poder de representatividade dos sindicatos do setor elétrico fluminense também foi profundamente abalado em suas bases. A demissão em massa dos eletricitários, a conseqüente inserção de grande parte desses trabalhadores em

empresas que prestam serviço terceirizado a CERJ a falta de respostas do sindicato a esses trabalhadores sobre suas questões trabalhistas pendentes e a morosidade da justiça em decidir os processos da categoria, são alguns dos possíveis fatores que podem conduzir a um descrédito das bases pela sua representação sindical e que conduzem a um esvaziamento das assembleias, e portanto, da voz da categoria.

Adendo a isso, com a perda de representatividade, a categoria também perdeu espaço na mídia e, conseqüentemente, as informações à sociedade se limitam aos prejuízos e ao questionamento da qualidade da prestação do serviço. Cabe ressaltar que, nos meios de comunicação de massa, não foram levantadas as atuais condições de trabalho desta categoria, os questionamentos acerca das situação dos eletricitários, se restringiram ao âmbito acadêmico ou à entidades de abrangência restrita e específica, o CREA, por exemplo.

Ou seja, o desrespeito ao trabalhador, que também é um consumidor, não foi expresso aos demais setores da sociedade, a não ser pelo prisma da desvalorização da categoria dos prestadores de serviços públicos, sendo veiculada a suposta ineficiência e qualidade duvidosa da prestação do serviço, como justificativa para um processo de desestatização. Estes foram alguns dos argumentos que o governo utilizou para justificar a privatização destas estatais. Por vezes apareceu, mais na mídia escrita que falada, o aumento do número de acidentes de trabalho; ainda assim estas informações não tiveram muita repercussão.

O desenvolvimento desse estudo não prescinde de abordar, ainda que sucintamente, uma série de questões relevantes para o debate da perspectiva governamental de desestatização de empresas que prestam serviços ditos estratégicos.

As conseqüências da privatização afetam mais e diretamente os trabalhadores do setor de distribuição de energia elétrica. Entretanto, a sociedade como um todo foi bastante atingida. A não definição prévia de uma legislação específica para regular o setor comprometeu, e pode comprometer ainda mais, a qualidade dos serviços e o cumprimento das obrigações definidas nos contratos de concessão destas concessionárias de energia elétrica.

A assertiva supracitada se torna ainda mais relevante se levarmos em conta que o Rio de Janeiro, hoje, conta com um setor de distribuição de energia elétrica totalmente em poder do capital privado. Outro ponto a ser discutido é a diminuição de postos de trabalho direto e indireto. O repasse da concessão de exploração deste

serviço para o capital privado e estrangeiro traz, como outra consequência, a importação crescente do ferramental e materiais utilizados para a realização do trabalho na indústria de energia elétrica.

O item seguinte trará como enfoque as considerações metodológicas, onde serão mencionadas a metodologia e as técnicas utilizadas. Serão apresentados os passos que orientaram a construção deste trabalho, bem como o aporte teórico que o orientou e conduziu. Neste momento, também será descrito o processo de ida a campo e a abordagem aos trabalhadores entrevistados.

### **1.3. - O Universo da Pesquisa**

O universo a ser estudado é composto por trabalhadores pertencentes ao setor elétrico, que foram, ou ainda são, funcionários da CERJ. Tivemos como critério delimitador da população a ser investigada, algumas características a saber:

1) Ter sido funcionário da CERJ por cinco ou mais anos.

Este critério tem como finalidade uma melhor descrição do processo de trabalho na CERJ, podendo fazer uma avaliação, comparando o trabalho na CERJ estatal, com seu trabalho a partir da privatização da CERJ. Além disto, outro elemento delimitador dos atores a serem abordados, é o fato de ocuparem um destes três cargos definidos: encarregado de turma, eletricista e almoxarife:

- a) A função do encarregado de turma foi selecionada porque é um cargo, em que se é subordinado a um chefe e também tem seus subordinados; além disto, ele é o responsável pela manutenção e controle dos ferramentais de trabalho e dos equipamentos de segurança coletivo, durante a jornada de trabalho. Para chegar a esse cargo, este profissional passou por uma série de qualificações; sendo assim, ele poderá descrever as condições de trabalho, a relações de trabalho chefias/ subordinados/ chefia.
- b) O almoxarife foi a segunda categoria definida, como pretendemos levantar o processo de precarização das condições de trabalho, esta função, por estar lidando

diária e diretamente com a entrada e saída de materiais do estoque, poderá nos fornecer um quadro avaliativo e comparativo entre a CERJ estatal e privatizada.

- c) Uma turma de trabalho no ramo de distribuição de energia elétrica pode ter de dois a dez trabalhadores. Sendo que em serviços de emergência, em geral, usam caminhonetes, são designados dois trabalhadores, um deles é impreterivelmente um eletricista. Desse modo, em todas as turmas devem ter em sua composição o eletricista. Dependendo da obra, o auxiliar de eletricista pode ser dispensado, por isso a escolha do eletricista ao invés do auxiliar de eletricista.

2) Por fim, o último critério é o de que estes trabalhadores abordados estejam atualmente prestando serviço, seja na CERJ privatizada, seja em empreiteiras ou cooperativas que prestem serviço à dita empresa.

Algumas ressalvas a serem feitas dentro do universo das cooperativas, que é uma realidade bastante específica se comparada com as empreiteiras, são: i) a função de eletricista não é exercida por ex-funcionários da CERJ; ii) no âmbito dos que continuaram pertencentes ao quadro de pessoal da CERJ, não existiam mais profissionais que ocupassem o cargo de encarregado (no momento da pesquisa), uma vez que estes seriam mais idosos, teriam mais tempo de casa e estariam em tempo de se aposentar (alguns deles já aposentados no momento da privatização) sendo justamente estes os primeiros a serem desligados ou demitidos da empresa. Portanto, o número inicial que se pretendia alcançar era de 9 (nove) entrevistas, mas este número foi reduzido a 7 (sete).

	Encarregado	Eletricista	Almoxarifado
Cooperativa	1	0	1
Empreiteira	1	1	1
CERJ	0	1	1

Quadro IV - Esquema das Entrevistas

Sucintamente, descrevemos, a seguir, algumas das principais características de cada uma destas funções.

**O encarregado de turma** ocupa uma função que se encontra concomitantemente, subordinada a outras chefias, sendo ao mesmo tempo, responsável pelos profissionais que compõem as turmas: os eletricitas e os ajudantes de eletricitista. Com isso trabalham sob tensão, por serem cobrados e terem que cobrar. Os ocupantes deste cargo, diante dos momentos e realidades diferentes da reestruturação, vivenciaram diferentes circunstâncias.

Neste cargo, o profissional supervisiona a realização das tarefas, o correto uso das ferramentas e dos equipamentos de segurança. Entretanto, muitos destes profissionais acumulam duas funções, ficando também responsável pelo deslocamento das viaturas, ou seja, são também motoristas e/ou operadores de “muncks” ou guindautos. Além disso, os equipamentos coletivos de segurança, são também de sua responsabilidade. Os equipamentos de proteção coletivos (EPC’s) segundo classificação da empresa são: as viaturas, os equipamentos que são adaptados aos caminhões, por exemplo, as cestas dos guindautos para elevar o trabalhador até o local da realização da tarefa, as ferramentas de manobra e desligamentos de linha, dentre outros.

**O eletricitista** é um profissional mais qualificado que o ajudante de eletricitista. Este último, na realidade, executa as tarefas mais braçais e menos técnicas como poda de árvores, cava de buracos para colocação dos postes, entre outras. O eletricitista recebe treinamentos específicos de, por exemplo, como lidar com redes de alta e baixa tensão, como montar um poste, como abrir e fechar as chaves dos transformadores para realizar manobras. Apesar dos ajudantes de eletricitista ocuparem um dos últimos, senão o último cargo do nível hierárquico, deu-se preferência na abordagem dos eletricitistas porque, dependendo do tipo de obra ou de serviço a ser realizado, pode-se não ter a necessidade de um ajudante, mas o eletricitista é indispensável.

**No caso do almoxarifado**, buscou-se abordar um profissional responsável pela entrada e saída de material, para que assim fosse possível uma comparação entre a realidade da CERJ estatal e a das empreiteiras e cooperativa assim como da CERJ sob comando do capital privado. É importante enfatizar que, em termos da existência de peças e equipamentos para reposição em estoque, este é um profissional que ao ser abordado, e sendo responsável pelo almoxarifado da empreiteira e da cooperativa podendo nos fornecer um indicador do nível de degradação do sistema.

A empreiteira selecionada é uma das maiores, senão a maior e a melhor estruturada, que presta serviços à CERJ mesmo antes desta ser privatizada. A cooperativa selecionada o foi por ser a única legalmente estabelecida na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e a que estava em funcionamento, no momento da pesquisa.

Sucintamente, apresentamos, a seguir alguns dos elementos que se pretende levantar, por meio das entrevistas semi-estruturadas, que são merecedores de destaque, na construção do quarto capítulo dessa dissertação, que compreende o momento em que será privilegiada a fala dos trabalhadores sobre a privatização da CERJ.

- O trabalho real em contraposição ao prescrito, por exemplo, procurando levantar as estratégias dos trabalhadores, diante da possível falta de material, podendo ter como resultados, os improvisos.
- A existência de uma possível intensificação da jornada e do ritmo de trabalho, não acompanhada de proporcionalidade nos rendimentos do trabalhador, realidade vivenciada na CERJ privatizada, na empreiteira e na cooperativa.
- A existência e a qualidade dos treinamentos, que visem o preparo dos profissionais que se inserem em empreiteiras e cooperativas.
- O contexto das demissões dos funcionários, buscando levantar quais foram as principais modificações quanto aos direitos trabalhistas dos eletricitários.
- PDI: Plano de Demissão Incentivada ou Plano de Demissão Imposta? Averiguar como aconteceu o processo de desligamento desses trabalhadores, no momento da privatização, e, principalmente buscar levantar se houve pressão interno sobre estes trabalhadores.

### **1.3.1. - A Ida a Campo**

A entrada no campo, contou primeiramente, com uma entrevista, realizada com uma pessoa que ocupasse cargo de direção, para um conhecimento prévio da empresa

e para que fosse viabilizada a entrada nesta, com vistas à abordagem aos trabalhadores. Preferiu-se iniciar pela CERJ, tendo como objetivo primeiro fazer um levantamento das principais empreiteiras e cooperativas que prestam serviço à CERJ.

De início, algumas dificuldades foram sentidas nesta marcação. Estes empecilhos e a conseqüente morosidade para a primeira entrevista, acabou contrariando o cronograma previamente estabelecido. A pretensão inicial era de que as entrevistas se realizassem entre os meses de julho e setembro, que, porém, se estenderam até o mês de outubro de 1998.

A abordagem a estes trabalhadores contou com o suporte de um questionário, com questões semi-estruturadas. Foi pedida autorização para que a conversa fosse gravada. Além disso, foram realizadas entrevistas também com pessoas diretamente relacionadas à direção das empresas. No caso da CERJ, conversou-se com a Gerência de Recursos Humanos. Na Cooperativa, com seu diretor executivo e, na empreiteira, com o diretor de obras elétricas. Exceto no caso da CERJ, pode se conhecer uma parte das instalações.

No universo das sete entrevistas, a de maior duração foi com o responsável pelo almoxarifado da empreiteira tendo durado cerca de 2h e 50 min; a mais curta foi com um encarregado da empreiteira durando cerca de 30 min.

Buscou-se, com a realização dessas entrevistas, levantar os principais elementos, captados junto ao discurso dos trabalhadores, que subsidiaram a principal parte da pesquisa, que contempla as principais e possíveis conseqüências da privatização da CERJ sobre as condições de vida e trabalho, dos trabalhadores envolvidos nesse processo.

O processo de seleção dos trabalhadores abordados seguiu algumas especificidades segundo suas diferentes inserções, a saber:

a)Na Cooperativa, no dia em que foi realizada a entrevista com o diretor executivo foi avaliada a possibilidade da entrevista com o almoxarife, o encarregado e o electricista, tendo sido logo dito, que estes dois primeiros estavam presentes naquele momento. Então, quando fomos apresentados a estes trabalhadores, expliquei o objetivo do trabalho e logo se prontificaram a colaborar; a entrevista ficou marcada já para a semana seguinte.

b)Na Empreiteira, uma das primeiras providências foi a de avaliar a possibilidade de se levantar os ex-funcionários da CERJ, que eram contratados dela. Como não

existia esse tipo de controle, um funcionário administrativo foi designado para, junto comigo, levantar essa lista, utilizando a folha de pagamento dos vales refeição, tentando levantar os nomes e funções. De posse dessa lista, entrei em contato com o responsável pelo almoxarifado. O electricista abordado e o encarregado foram selecionados pelo tempo de casa da CERJ e a entrevista foi marcada logo no primeiro contato que tive com eles.

c)Na CERJ, o processo foi mais delicado. O electricista foi indicado por uma pessoa conhecida que forneceu o meio de contato. Ao se realizar o contato, logo de início, o trabalhador se prontificou e marcou a entrevista, em sua própria residência. Foi por meio dele que obtive o contato com o almoxarife pertencente ao quadro de efetivos da CERJ.

Para finalizar, buscaremos expor algumas das principais dificuldades sentidas para a concretização deste trabalho, dentre as quais, algumas acabaram por suscitar novos questionamentos acerca da temática levantada.

O levantamento de algumas informações circunscritas ao atual quadro organizacional e gerencial da empresa, bem como a ida ao campo contou com algumas dificuldades. Mesmo tendo ido à empresa e conversado com algumas pessoas, não foi possível conseguir o número de funcionários efetivos da área técnico-operacional e nem o número atual de trabalhador por consumidor. Como hipótese, poderíamos concluir que a descentralização conseqüente à terceirização impede esse tipo de controle, já que se trabalha com muitas empreiteiras e cooperativas, com uma alta rotatividade nas primeiras. No momento da pesquisa, o número de efetivos estimado, segundo fala dos próprios trabalhadores abordados, é de cerca de 3% do quadro de pessoal técnico-operacional.

Outra dificuldade sentida foi a de encontrar referenciais bibliográficos ligados a problemática central deste estudo. Ou melhor dizendo, algumas bibliografias concernentes à reestruturação do setor elétrico, desde seus precursores, que foram os ingleses, ou mesmo a reestruturação do setor elétrico no Brasil, foram encontradas. No entanto, com exceção do estudo realizado na CEMIG (Companhia de Eletricidade de Minas Gerais) que abordou a questão da reestruturação na visão dos trabalhadores desta empresa, todas os outros se remetiam ao cenário mais amplo do processo de redefinição do papel do Estado nestes setores e suas conseqüências.

Frente a estas contingências circunstanciais, sentiu-se a necessidade de estar buscando informações em jornais de grande circulação e alguns artigos, alguns dos quais obtidos com o recurso de acesso à rede internacional de computadores, a *internet*.

A partir dessas colocações, cabe salientar que não se pretende com este estudo esgotar todas as temáticas relacionadas ao tema central, nem mesmo quanto à realidade específica vivida pelos trabalhadores das empresas investigadas, uma vez que se trata de uma dissertação de mestrado a ser realizada num tempo determinado, até mesmo por que o sujeito e o objeto do estudo - as possíveis correlações das atuais condições de vida e trabalho dos ex-funcionários desta empresa estão em pleno desenrolar no decurso da realização deste trabalho.

Ressalte-se, ainda, que é perfeitamente possível que haja mudanças ou conclusões de assuntos peculiares aos envolvidos, alguns dos quais abordados na ida a campo. Por exemplo, um dos trabalhadores, quando foi entrevistado, era um aposentado não complementado, ou seja não recebia da BRASILETROS a complementação de sua aposentadoria para continuar recebendo o equivalente a 100% do último salário da ativa. Depois de um pouco mais de uma semana da entrevista, saiu sua complementação salarial, tendo ele me comunicado isso com bastante emoção. Entremente, um erro bastante grave, cometido quando da realização das entrevistas, foi o de não se questionar sobre as considerações que estes trabalhadores teriam sobre sua representação sindical; ainda que, mesmo sem perguntar, alguns tenham se referido a este assunto.

## **1.4 - Justificativa**

Para finalizar este capítulo introdutório, esclarecemos que o interesse pelo tema advém de um envolvimento pessoal bastante forte com a categoria dos trabalhadores da CERJ, uma aproximação, entretanto, permeada por uma série de indagações e questionamentos acerca da privatização e o resultado desta para esses trabalhadores. Frente a esta assertiva, tenta-se fazer com que essa vivência mais aproximada com a

realidades desses trabalhadores se apresente como um desafio e não como um entrave à investigação.

À luz da ciência positivista, estaríamos diante do paradigma da neutralidade científica, do afastamento do objeto de estudo. Entretanto, não pretendendo assumir tal postura mas tentando trazer o tema à ciência, buscou-se, ao longo do desenvolvimento deste trabalho, desde a elaboração do projeto, ter a preocupação de “saber separar as coisas”, o que era pessoal, por conta da aproximação com a realidade de alguns eletricitários - e o que realmente afligia a categoria dos eletricitários. Mas, deste desafio se pretende tirar a cientificidade do problema.

Através de um exercício de reflexão contínua e de alguns alertas de outros profissionais e do orientador, esse fato constituiu uma dificuldade que se buscou superar, para que esse esforço trouxesse como resultado um trabalho que mostre as atuais condições de vida e trabalho dos trabalhadores do setor elétrico em Niterói e São Gonçalo, numa realidade diferenciada, que é a do setor totalmente privatizado.

Cabe ressaltar que esta investigação não pretende ser um elemento denunciador de amplo alcance, por ter características próprias ao contexto de sua realização - uma dissertação - e que será disposta em uma biblioteca e, portanto, disponível para um público restrito. Tem-se, portanto, como proposta, trazer essa realidade para a discussão, uma vez que a reestruturação pesquisada é recente e muitas de suas repercussões serão sentidas com o passar do tempo. Mas, acima de tudo, apesar de não ser um estudo representativo em termos quantitativos, ele se pretende uma demonstração qualitativa de como esses trabalhadores viveram a privatização e as conseqüências desta sobre suas atuais condições de vida e trabalho. À luz destas problemáticas é que o próximo capítulo, ocupar-se-à dos referenciais teóricos que embasaram a construção e a discussão desta pesquisa.

# II

## UMA CONTEXTUALIZAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO E SUAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

### 2.1 - Introdução

A concretização dos objetivos propostos nesta dissertação exige um levantamento bibliográfico e documental acerca do cerne da temática abordada - a privatização e a terceirização de um dos serviços estratégicos da economia, o setor elétrico - e as possíveis implicações desse processo sobre as condições de vida e de trabalho dos eletricitários.

Diante do recorte feito no objeto de estudo e das variáveis específicas deste, por ser um tema relativamente recente e em pleno desenrolar, foi sentida uma dificuldade de encontrar uma bibliografia mais específica do problema. Portanto, além do levantamento bibliográfico acerca da temática, buscou-se também levantar e revisar documentos, principalmente em termos de levantamento de dados posteriores à privatização. Os documentos levantados foram, em sua maioria, cedidos pelo STIEEN (Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Energia Elétrica em Niterói).

Visando uma compreensão das múltiplas dimensões do problema que se pretende investigar, utilizamos estas informações obtidas de fontes secundárias (revisão bibliográfica e documental), sendo utilizadas para ressaltar as informações de caráter primário, a partir dos depoimentos dos profissionais - sejam os trabalhadores, sejam ocupantes de cargos de direção, que colaboraram com esta investigação. Para tal intento, o recurso metodológico utilizado foi a técnica de entrevistas semi-estruturadas.

Tendo estas considerações como substrato e buscando dar conta do objetivo a que esta dissertação se propõe, priorizou-se a utilização da metodologia qualitativa, visando incorporar, embora não profundamente, alguns elementos subjetivos do processo anterior e posterior à privatização tendo como fonte as falas do conjunto dos trabalhadores investigados.

Cabe salientar o que Minayo (1996) enfatiza sobre o processo de pesquisa qualitativa em saúde. Em contraposição às Ciências Naturais, nas Ciências Humanas, o objeto é histórico. Portanto, qualquer estudo pressupõe a busca da trajetória histórica dentro da qual o objeto se insere. Preliminarmente, há que se considerar a existência de identidade entre o sujeito e o objeto de estudo

Ressaltando a característica de historicidade e possível comprometimento das ciências, Pedro Demo(1981) citado por Minayo(1996), afirma que:

*“Envolver uma teoria com o manto da verdade é atribuir-lhe uma característica não realizável historicamente. Nada mais prejudicial ao processo científico que o apego a enunciados evidentes, não discutíveis. Somente na teoria se pode dizer que a ciência é a interpretação verdadeira da realidade, porque na prática, toda interpretação realiza apenas uma versão historicamente possível”* (Demo APUD Minayo, 1996, p. 37)

Ou seja, temos que levar em consideração que nenhuma verdade é definitiva por si só. Esta verdade ou conclusão é uma versão que o locutor desta profere sobre a realidade. Em outras palavras e remetendo especificamente ao nosso objeto de estudo, as inferências e assertivas presentes fazem parte de um contexto específico em que este foi pensado e elaborado. Deste modo, a descrição das vivências desses trabalhadores através de seus próprios discursos é uma versão de como essa reestruturação produtiva foi vivenciada dentro de um universo específico dos eletricitários da CERJ, no Centro de Operações da Regional que atende à região metropolitana do Rio de Janeiro.

O universo abordado conta como uma parcela bem pequena, frente ao universo global do setor elétrico do Rio de Janeiro. Em vista disso, a argumentação precípua é de que não se pretende, com este estudo, uma representatividade quantitativa e sim uma avaliação qualitativa, que busque apreender as principais considerações e argumentações desses trabalhadores diretamente envolvidos na privatização da CERJ.

A construção deste trabalho conta com o aporte teórico de alguns autores em evidência, por expressarem seus pensamentos sobre as transformações da sociedade contemporânea. No decorrer deste capítulo, pretende-se expor alguns dos principais documentos e estudos que embasaram a construção e compreensão da problemática ora delineada.

## **2.2 - O Contexto das Transformações Societárias Globais.**

A sociedade, enquanto âmbito macrossocial, passa por mudanças significativas. O cenário de mudanças está alicerçado no paradigma da reestruturação e flexibilização produtiva, tendo como princípio norteador o aprimoramento das bases concorrenciais.

*“A tão celebrada globalização econômica vincula-se, não por acaso, a essa ‘financeirização’ do capitalismo [...] e à articulação supranacional das unidades produtivas (que vem implicando uma ampla ‘desregulamentação’ da economia mundial), mesmo que não se reduza a ambas [...]. A globalização, ainda, vem agudizando o padrão de competitividade intermonopolista e redesenhando o mapa político econômico do mundo: para assegurar mercados e garantir a realização de superlucros, as grandes corporações têm conduzido processos supranacionais de integração - os megablocos (União Européia, Nafta, APEC) - que, até agora, não se apresentam como espaços livres de problemas para a concertação dos interesses do grande capital (como o estão provando as fricções na Europa dita comunitária)” (Netto, 1996, p. 91).*

Conforme mencionado, a questão da globalização é um fenômeno macroeconômico e de repercussão global. Inerente a estas transformações societárias encontra-se a **reestruturação produtiva** como outra expressão das novas relações de produção que tomam corporeidade no cenário mundial globalizado (Gorender, 1997).

*“Em primeiro lugar, a **reestruturação produtiva**, que se configura após meados dos anos 70 com suas variadas formas de flexibilização e desregulamentação, acarreta transformações radicais no interior do processo produtivo, do processo fabril e também do setor de serviços. Essas transformações têm como conseqüência mais forte, direta e violenta, um conjunto de mutações que fazem aflorar com muita intensidade seus traços destrutivos” (Gorender, 1997, p. 368).*

A partir da citação supra, podemos concluir que novos modelos de gestão empresarial são definidos, uma nova realidade trabalhista começa a ser desenhada, mas não se pode deixar de lado as múltiplas faces deste fenômeno, cujas conseqüências, em grande parte, acabam recaindo sobre a classe que vive do trabalho.

Essa contextualização é pertinente a uma realidade mundial, ou seja, acontece em diversos países do mundo, mas acaba chegando à América Latina, ainda que sob os auspícios de caracterizações sócio-político-econômicas *bastante diferenciadas*. Em

*melhores palavras*, cabe ainda salientar que os objetivos das privatizações são tão adversos quanto a realidade ao qual eles se aplicam.

*“No caso brasileiro, a crise fiscal foi, na origem, a motivação principal do programa de privatização. Partia-se da óbvia assertiva de que a venda do patrimônio estatal ajudaria a atingir dois objetivos: atenuar a crise fiscal do estado e relançar a economia com um novo ciclo de investimentos de infra-estrutura, agora privados, contornando o estrangulamento financeiro do setor público”* (Assis, 1997, p. 168).

O Brasil, apesar de seguir o modelo privatizante da Inglaterra, não o fez em sua completude, portanto *“a onda privatista que se levantou na Inglaterra no início dos anos 80 e logo se estendeu a alguns países da Europa e da América Latina chegou distorcida e tardiamente às praias brasileiras”* (Assis, 1997, p. 20).

Ou seja, o processo de privatização das empresas de infra-estrutura não levou em conta um dos principais requisitos, que era a efetiva regulamentação prévia à privatização deste setor.

*“Uma recente análise sobre a experiência inglesa revela que a excessiva ênfase na promoção da concorrência não eliminou a necessidade de regulamentação em face dos monopólios naturais, com o resultado contraditório, após a privatização, de que se requer mais e não menos regulamentação das indústrias privatizadas, com o fim específico de introduzir e assegurar a concorrência”* (Assis, 1997, p. 119).

O setor elétrico, enquanto um espectro microsocial tido essencialmente, como um setor estratégico para a economia nacional, também passa hoje por transformações, tendo sua organização e gerenciamento reestruturados. Tomando essas considerações como elementos norteadores deste estudo, passamos, em seguida, a fazer uma contextualização do processo de instauração e desenvolvimento do setor elétrico no Brasil, para podermos, a partir destas informações, construirmos o cenário e as causas das atuais reestruturações por que passa este setor.

## 2.3 - A Constituição do Setor Elétrico Brasileiro

A história da constituição do setor elétrico no Brasil está bastante relacionada com a história das protoformas da eletricidade no Rio de Janeiro. Em consulta à enciclopédia Larousse Cultural verifica-se que, no Brasil, o uso da eletricidade - para fins de funcionamento do telégrafo e também da iluminação pública dos arredores da Estação Pedro II, datam do fim do século passado. Entretanto, é em Juiz de Fora (MG) que a primeira usina hidrelétrica, de caráter público, é construída (Larousse, 1995).

Cabe ressaltar que esse início da história da eletricidade no Brasil tem na iniciativa privada, no Grupo canadense formado pela Light, mais especificamente, um grande impulsionador da prestação desse serviço para os estados do Rio e São Paulo. O Estado, nesses momentos iniciais, tinha uma participação mais tímida sendo a primeira das usinas hidrelétricas de caráter público a de Marmelos, em Juiz de Fora (mencionada anteriormente). (Larousse, 1995)

O Setor Elétrico, nas últimas décadas, não se modificou muito. As inovações empreendidas, principalmente na década de 90, se deram com a introdução da informática nas leituras e nas salas de controle das subestações.

As especificidades regionais e continentais do Brasil favorecem um maior aproveitamento energético. As grandes bacias hidrográficas possibilitam que cerca de 96% de toda energia gerada no Brasil seja de origem hidroelétrica. Esta peculiaridade faz do setor elétrico no Brasil um caso único no mundo. O Instituto Ilumina, em seu *Website*, divulga as peculiaridades do setor elétrico no Brasil, apontando as quatro características que o conduzem a uma exclusividade, uma vez que outros países no mundo podem até apresentar algumas destas características, mas não todas elas juntas.

1. O setor elétrico é majoritariamente de origem hidráulica. Somente cerca de 4% de toda energia produzida no Brasil é proveniente de outras fontes, como a nuclear.

2. Por ser um país tropical e ter grande volume de água armazenado nos reservatórios, é possível visualizar o atendimento à demanda, tempos depois.

3. Há a possibilidade de integração entre as diferentes regiões do país, o que torna possível uma verticalização do sistema.

4. Conseqüentemente aos crescentes e constantes incrementos tecnológicos, o mercado consumidor de energia elétrica aumenta a cada dia, apesar de ainda termos uma demanda reprimida, por conta da desigualdade existente na distribuição de renda (Carvalho, J. F. Ilumina, 1998).

O modelo de intervenção estatal, no setor elétrico brasileiro, se consolida no momento em que o processo de industrialização do país começa a exigir investimentos, estabelecendo condições para que o capital internacional venha a se implantar em solo brasileiro. Mais precisamente, na *“década de 50 [ocorreu uma] grave crise no eixo Centro-Sul devido ao aumento extraordinário de consumo de energia elétrica, principalmente para fins industriais. Essa conjuntura acelera um programa de obras para construção de hidrelétricas”* (Larousse Cultural, 1995, p. 2052).

Exigia-se mais qualidade e maior confiabilidade do sistema, que então era muito precário. Para que o sistema viesse a se integrar e atender à demanda crescente, o Estado precisou ingressar e investir pesada e continuamente. No início, tudo era importado: tecnologia, mão de obra, equipamentos.

As exigências por melhor qualidade do serviço e pela expansão do sistema elétrico não partiram somente das grandes corporações internacionais que iriam se instalar no país, mas também dos empresários brasileiros, que exigiram do governo brasileiro providências.

*“De 1900 a 1960, os grupos estrangeiros e as empresas privadas nacionais que dominavam o setor elétrico, instalaram uma capacidade total de apenas 4,8 mil MW (na verdade, cerca de 3,5 mil MW, pois os empreendimentos estatais, em várias regiões, somavam, 1,3 mil MW). Por volta, de 1960, sob pressão dos próprios empresários industriais (grandes consumidores), o Estado investiu grandes somas de recursos públicos, expandindo rapidamente a idade do sistema, que hoje chega a casa dos 60 mil MW. Esta evolução induziu o desenvolvimento da tecnologia nacional nos campos de engenharia de centrais hidroelétricas; das indústrias de material elétrico e componentes mecânicos; da pesquisa em eletrotécnica e eletrônica de instrumentação e controle. Antes de 1960, praticamente tudo era importado, desde projetos básicos, até equipamentos eletromecânicos e sistemas de instrumentação e controle, para centrais elétricas e redes de transmissão e distribuição”* (Carvalho & Lopes, 1998: JB 21/08/98 APUD Instituto Ilumina).

A partir destes dados iniciais, passamos a descrever, de modo conciso, a forma e o processo em que se deu a implantação da indústria de energia elétrica no Rio de Janeiro, que, de certa forma, está bastante ligado ao desenvolvimento desse setor no País.

## **2.4 - A Indústria de Energia Elétrica no Rio de Janeiro: Prospectivas e Perspectivas**

Para entender melhor o contexto de reestruturação do setor elétrico, faz-se necessário um breve passeio sobre a história do setor elétrico nacional, que está bastante ligado ao surgimento do setor elétrico no Rio de Janeiro.

A iluminação pública em Campos - Norte Fluminense - foi o primeiro passo dado nessa direção. Nos primórdios, a eletricidade nacional esteve sob controle do capital privado, ou seja, a maioria dos investimentos em eletricidade eram provenientes do setor privado (Larousse Cultural, 1995).

Até a década de 30, a energia elétrica no Rio de Janeiro estava quase totalmente em mãos do capital privado e estrangeiro. É nos idos de 30 que a administração estadual se inicia sendo ampliada em 1954, com a EFE (Empresa Fluminense de Energia Elétrica) que é redimensionada na década de 60.

Entretanto, é fato que investimentos para a construção do aparato que possibilita a geração e transmissão de energia demandam custos muito elevados. Além disso, o retorno desses investimentos levam um tempo relativamente grande, por serem investimentos de longa maturação e também de alto risco (Tolmasquim, 1996).

O setor elétrico, ou melhor, a indústria de fornecimento de energia elétrica, presume algumas características que fazem desta um monopólio natural.

*“Por outro lado, a natureza capital intensiva e específica da atividade - não estocável, necessidade de reservas e sujeição à obrigação legal de fornecimento - levaram os Estados Nacionais a substituírem a iniciativa privada no papel de empresário, tendo em vista que esta não demonstrava interesse em comprometer seus*

*capitais ativos com longos prazos de maturação, além de não demonstrarem capacidade de coordenar de forma eficiente a interconexão dos sistemas em expansão”* (Tolmasquim & Pires, 1996, p. 9).

Assim, o setor elétrico se torna um investimento não mais interessante ao capital privado e, ao mesmo tempo, com o desenvolvimento tecnológico e a explosão demográfica e tendo como obrigação legal de fornecimento, segundo preceitos de justiça social e cidadania (Rosa e Tolmasquim, 1996), existe a necessidade de expansão e melhoramentos no sistema, como exigências do empresariado e da sociedade.

Pressionado por estes setores, o governo começa a intervir na indústria de energia elétrica: utilizando recursos provenientes dos onerários públicos, o governo importa tecnologia, mão de obra e equipamentos. (Carvalho, 1998)

Em 1961, é criada a empresa holding estatal Eletrobrás, tendo por objetivo planejar e coordenar a política nacional de energia elétrica. É organizado o “Plano Nacional de Eletrificação” que contará com recursos financeiros específicos para expandir a geração, transmissão e distribuição de eletricidade. Em 1962, com o início de operação da Eletrobrás, sua potência instalada era de 5.800 MW. A previsão era atingir, em 1991, a capacidade de 60.000 MW. Foram construídas algumas usinas hidrelétricas, como a binacional de Itaipú (Brasil-Paraguai), com capacidade de 12.600 MW, a maior do mundo e a Usina de Tucuruí, de 7.600 MW. (Larousse Cultural, 1995)

Em 1963, é criada a CELF (Centrais Elétricas Fluminense S.A.), no modelo de uma “holding” integrada por mais quatro subsidiárias: a EFE, já encampada pelo Estado e mais três privadas - a CEFE (Centro Fluminense de Eletricidade S.A.), a S.A Força e Luz Íbero-Americana e a Cia. Norte Fluminense de Eletricidade. Contudo, mais duas concessionárias - a CBEE (Cia. Brasileira de Energia Elétrica) e a Rio Light S.A.- eram privadas e de controle acionário de capital estrangeiro (SEICERJ, 1988).

Em 1964, o governo federal compra as subsidiárias da Amforp e a CBEE, que se torna subsidiária da ELETROBRÁS. No ano de 1967, a CELF incorpora suas subsidiárias e passa a responder pelos serviços por elas prestados.

Em 1975, há a fusão do Estado do Rio com o Estado da Guanabara, o que dará início a uma centralização administrativa da CELF e CBEE. Uma reordenação dos serviços de energia elétrica é realizado, conforme protocolo feito em 1977. Neste ano, a

CELF tem uma parte vendida para a CBEE, que, por sua vez, passa a ser de controle estadual. Em abril deste mesmo ano, a CBEE passa a ser responsável pela distribuição de energia nas áreas então atendidas pela CELF e, em julho, a CBEE é estadualizada. O processo de estadualização da CBEE acelera a incorporação da CELF por aquela empresa. Em abril de 1980, a receita da empresa é saneada e a razão social da CBEE muda para CERJ (STIEEN, 1995).

Com investimentos do governo entre início e meados do século XX, passamos de um sistema ineficiente, de índices e estatísticas bastante deficitárias, se comparado com outros países, para um sistema elétrico considerado como um dos melhores do mundo, com passos substanciais a partir de 1960. Isso, graças a uma série de vantagens naturais que o País dispõe, por apresentar uma diversidade climática e geográfica. Por ser um país tropical, contamos com um imenso parque hidrográfico, onde a grande quantidade de rios e corredeiras facilitam e tornam menos oneroso o custo da produção de energia elétrica, sendo ainda menos prejudicial ao ambiente (Carvalho, 1998).

O grande investimento estatal para a expansão do sistema contou também com a criação da Eletrobrás, que centraliza as decisões do setor elétrico nacional, onde as concessionárias de energia elétrica estaduais integram este sistema.

Nesse processo, a energia elétrica, para chegar ao consumidor final, passa por transformações e adequações de voltagem para chegar às indústrias, comércios e residências.

Um documento da Secretaria de Estado de Indústria e Comércio do Estado do Rio de Janeiro, publicado no ano de 1988, faz um resgate histórico da CERJ e assinala que:

*“A Companhia [CERJ] tem por fim explorar, por si ou por terceiros, a produção, a transmissão, a distribuição e comércio de energia e tudo mais que constitua serviço de utilidade pública, ou de qualquer modo se relacione ou assemelhe a estes objetivos”* (p. 9).

Segundo dados do DNAEE (Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica), a CERJ apresentava a seguinte abrangência (STIEEN, 1995):

*Área atendida:* 31.000 Km<sup>2</sup>, cerca de 73% do território estadual

*Número de Municípios:* 56

*Número de Consumidores:* 1,2 milhões

*População atendida:* 4,1 milhões

*Dados do sistema elétrico:* aproximadamente 19.000 Km

*Número de empregados efetivos (1993):* cerca de 5850 empregados

*Número de empregados por consumidor:* 1 para 206

*Faturamento anual:* cerca de 390 milhões (cruzeiros reais)

*Percentual da folha de pagamento em relação à despesa:* cerca de 30%

*Dívida de curto e longo prazo:* cerca de 160 milhões

No Rio de Janeiro, as duas empresas responsáveis pela distribuição de energia elétrica são a LIGHT e a CERJ. A CERJ dispõe de uma reduzida capacidade de geração de energia, sendo FURNAS seu maior fornecedor. A CERJ atua na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, bem como na Região dos Lagos, na Região Serrana e em algumas cidades do interior do Estado em que predominam atividades rurais. Nessa distribuição, a CERJ conta com a desvantagem de atender áreas de consumo sazonal, rurais, e áreas de pouca densidade demográfica, com poucos pólos industriais.

Um número bastante considerável de empresas responsáveis pelos serviços de infra-estrutura carregam o estigma de serem estatais e convivem com algumas mazelas e glórias inerentes à administração pública. O setor elétrico brasileiro não seria um caso único de problemas administrativos e a CERJ, sendo uma empresa pertencente ao setor elétrico público estadual, também foi atingida por alguns contratemplos administrativos, que foram utilizados como bandeiras para que houvesse a reestruturação produtiva da empresa.

O setor de produção e distribuição de energia elétrica vivia uma séria crise, cuja culpa recaiu sobre a crise do petróleo que assolava o mundo. Apesar de apresentar índices de viabilidade, na prática não é isso o que acontece, por conta da escassez de retorno de investimentos gerados pela própria receita, que era depositada no Caixa Único do Estado. Acrescente-se a isso o fato de que, apesar de atender a mais da metade do território estadual, a CERJ tem uma desvantagem em relação à LIGHT, isto porque a primeira atende uma grande área rural e outra de consumo sazonal - a Região dos Lagos. Ainda assim, o déficit na receita da empresa era contornado com investimentos que provinham de empréstimos internos e externos. Sem crédito junto a fornecedores e consumidores, a situação ficou ainda mais difícil quando os índices de

freqüência e de duração dos cortes no fornecimento de energia chegaram a números inaceitáveis (STIEEN, 1995).

Um documento do sindicato da categoria - o STIEEN ( Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica em Niterói) - intitulado “ O papel da CERJ e conseqüências da privatização”, aponta que a origem e agravamento da crise no setor elétrico brasileiro se dá quando o governo usa essas empresas como meio de solucionar problemas de cunho macroeconômico e, na busca do combate e controle da inflação, entre outros motivos:

- adotou uma política de contenção de tarifas públicas;
- incentivou as indústrias, com tarifas de proteção intensivas;
- protegeu os consumidores de baixa renda;
- utilizou-as como “cabides de empregos”, com intuítos eleitoreiros.

*“O fato é que os serviços públicos no Brasil haviam atingido o nível mais baixo de degradação, em função da contenção tarifária de caráter populista que impediu a atualização das tarifas mesmo com a inflação se acelerando. Por outro lado, a demanda desses serviços se expandia rapidamente, em resposta à marcha da Industrialização e da Urbanização”*( Assis, 1997, p. 28).

Ou seja, viveu-se uma crescente demanda de energia elétrica, fruto do desenvolvimento tecnológico que alcança vários segmentos da sociedade. Mas o quadro descrito compartilha de uma insuficiência dos recursos e investimentos na última década, levando a uma perda progressiva na qualidade do serviço. Com recursos limitados e com uma administração ineficiente, o estoque do almoxarifado começa a se esvaír. Começam a faltar equipamentos de segurança e materiais para manutenção e extensão da rede. Dia após dia a situação piorava. O Sindicato da categoria entra em cena e denuncia as péssimas condições de trabalho e salariais. O Sindicato, por meio de uma carta-denúncia, convoca uma vistoria do DNAEE (Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica) - agência reguladora e fiscalizadora das concessionárias de energia elétrica (STIEEN, 1993).

Vistorias minuciosas são feitas e, nas instalações das subestações da Companhia são constatados graves problemas, a nível das estruturas físicas que

propiciam condições inseguras para trabalhadores e também para quem transita nas imediações destas. Visando não prejudicar ainda mais os consumidores, os eletricitários chegaram ao extremo de recorrer às sucatas, buscando alternativas, já que o almoxarifado não dispunha de material. Não bastasse essa escassez de material de reposição, também as viaturas ficavam paradas, esperando por reparos. Até bicicletas eram utilizadas na tentativa de encurtar distâncias e atender aos chamados da população.

Indubitavelmente, as condições de trabalho dos eletricitários eram precárias. Vivia-se um descaso e abandono aos trabalhadores e uma falta de respeito ao consumidor. Com essa falta de equipamentos de proteção individual e coletiva, muitos acidentes aconteceram, como mostrou o relatório do DNAEE, que, ao avaliar o informativo anual de acidentes do trabalho, constatou que, entre 1988 e 1992 ocorreram 217 acidentes com perda de tempo - 8 dos quais fatais, em que, na metade destes, os acidentados dirigiam viaturas (SESMT/ STIEEN, 1991).

Esse quadro de desmonte e sucateamento da empresa não aconteceu por ser a CERJ deficitária em sua receita. Pelo contrário, documentos da entidade sindical mostram que ela (a empresa) nunca precisou de recorrer financeiramente ao Estado. Ou seja, o Estado ficava com a receita gerada e não repassava recurso para a Cia. (STIEEN, 1992) Paralelamente a esse quadro, existia outro problema, que residia na falta de bons administradores, uma vez que os cargos de chefia e de confiança eram baseados em interesses políticos, não sendo reverenciada a opinião e experiência de muitos profissionais capacitados para gerir satisfatoriamente a empresa, já que conheciam a realidade e as necessidades da Companhia.

Outro elemento denunciado pelo STIEEN é a perda da memória técnica da empresa, isto é, os profissionais com mais tempo de serviço e com uma qualificação aprimorada, frente à falta de perspectivas de melhoria nas condições de trabalho e salariais, aposentaram-se.(idem)

Esse cenário de falência provocado pela própria ineficiência do Estado, foi usado por este último como uma campanha de desmoralização do serviço público, mostrando que a única alternativa para melhorar a prestação deste serviço era a privatização. Em contrapartida, não houve nenhum tipo de alerta à população sobre as possíveis conseqüências - e as possíveis desvantagens - dessa privatização.

*“A direita havia colocado também a questão da ‘notória’ ineficiência estatal. Se a propaganda é o melhor instrumento ideológico, o ataque ideológico dos neoliberais se concentrou neste ponto, já que um lerdo e desajeitado elefante foi elevado a símbolo das estatais numa campanha promovida pelo BNDES(!) para popularizar a privatização”*(Assis, 1997, p. 23).

Diante dessa contextualização, concluímos que o Estado do Rio de Janeiro é um caso único e polêmico em pelo menos dois pontos: primeiramente, por terem tido suas concessionárias de distribuição de energia elétrica privatizadas antes mesmo que fosse definido um marco regulatório desses serviços; e em segundo lugar, por ser o único estado da Federação que possui todo o setor de distribuição de energia elétrica privatizado. A primeira empresa de distribuição de energia elétrica no Rio a ser privatizada foi a Light, em meados de 1996, mas durante o processo de privatização desta já estava sendo definida a privatização da CERJ.

Apesar de atenderem ao mesmo fim, na verdade, as duas empresas possuem características distintas. Apesar da CERJ atender a mais da metade do Estado do Rio de Janeiro, a maioria de seus consumidores são residenciais, seja nas áreas de consumo sazonal, nas regiões oceânica e serrana, seja nas áreas rurais. A Light, por sua vez, tem grandes consumidores industriais. Mas as peculiaridades de cada uma não conduziram a um processo diferenciado de privatização, ou seja, esta ocorreu da mesma forma nos dois casos.

Por se tratarem de atividades operacionais semelhantes, o processo de trabalho de ambas as realidades possuem características semelhantes. A seguir, faremos uma breve caracterização do processo de trabalho na Indústria de distribuição de energia elétrica.

## **2.5 - O Trabalho no Setor Elétrico**

Em 1909, foi fundado no Rio de Janeiro, o 'Comitê Eletrotécnico Brasileiro', que foi a primeira instituição no país que reuniu profissionais desse ramo, sendo responsável por importantes iniciativas de normalização e regulamentação do emprego da eletricidade. Somente em 1920 foi iniciado um estudo sistemático do potencial hidrelétrico nacional, quando então foi criada a Comissão de Forças Hidráulicas, ligado ao Ministério da Agricultura(Larousse Cultural, 1995).

A Indústria de Energia Elétrica de fontes hidráulicas da origem ao consumidor, encontra-se dividida em três fases: a geração, a transmissão e a distribuição.

A geração se dá com a transformação das quedas d'água em energia elétrica. Neste momento, o trabalho é realizado nos centros de operações e nas instalações das hidroelétricas. O momento da transmissão se dá com o transporte dessa energia gerada nas hidroelétricas até os Centros de Distribuição; até aqui, a energia ainda se encontra em sua forma bruta não sendo ainda distribuída aos consumidores finais, o que se dá somente no terceiro momento.

São nessas atividades, que se concentram no processo final do fornecimento de energia elétrica ao consumidor, que pretendemos ater nossos esforços. Pode-se dizer que são várias as profissões que se encontram trabalhando no setor elétrico: engenheiros, eletrotécnicos, inspetores de segurança, médico do trabalho, dentre outros. Nossa opção foi trabalhar com os eletricitistas, encarregados de turmas de linha e rede e os responsáveis pelo almoxarifado. As razões desta escolha estão detalhadas na terceira parte desta dissertação. Nosso objetivo, a partir de então, é o de descrever o processo de trabalho de cada uma destas funções, salientando as principais atividades, atribuições, responsabilidades e, dentro da execução das tarefas, levantar quais os riscos e as cargas a que estes trabalhadores estão expostos, bem como o levantamento dos itens de segurança no trabalho.

Para fins de exposição, primeiramente mostramos quadros explicativos e, em seguida, faremos uma breve exposição sobre cada uma das funções que estamos abordando neste trabalho.

**ELETRICISTA DE LINHAS E REDES II = ENCARREGADO DE TURMA  
TRABALHO DE SUPERVISÃO**

Atribuições	<i>Riscos/ Cargas</i>	EPI
<ul style="list-style-type: none"> <li>* Manutenção de redes de distribuição, emendando condutores, isoladores e conectores. Corrigir ligações nos troncos dos transformadores.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* <i>Choque elétrico</i></li> <li>* <i>Lesões pés/mãos</i></li> <li>* <i>Torção lombar</i></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Capacete aba frontal</li> <li>* Óculos de segurança</li> <li>* Calçado isolado de segurança</li> <li>* Calça, camisa e capa de chuva</li> <li>* (Uniforme completo)</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>* Ler e interpretar plantas de construção, reforma e manutenção de redes de distribuição.</li> <li>* Localizar nos croquis as redes a serem trabalhadas</li> <li>* Elaborar relatórios de confiabilidade</li> <li>* Manter contato com subestações solicitando desligamento e religação das linhas de transmissão e redes de distribuição</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* <i>Esforço visual e mental</i></li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>* Dirigir viaturas de passeio ou de carga</li> <li>* Supervisionar e fiscalizar os serviços executados por eletricitistas de linha e rede I e os auxiliares de serviço auxiliares de serviço de eletricidade, orientando e coordenando os trabalhos.</li> <li>* Providenciar a limpeza e manutenção dos equipamentos e ferramentas</li> <li>* Zelar pelas condições de Higiene e Segurança do Trabalho.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* <i>Postura incorreta</i></li> <li>* <i>Vibrações</i></li> <li>* <i>Atropelamento</i></li> <li>* <i>Abalroamento</i></li> </ul>	

Quadro I- Quadro explicativo da função Encarregado de Turma  
Fonte: CERJ - Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro

## ELETRICISTA DE LINHA E REDE I

Atribuições	Riscos/ Cargas	EPI/ EPC
<ul style="list-style-type: none"> <li>* Executar serviços de construção, manutenção e reforma de redes de distribuição e linhas de transmissão.</li> <li>* Reparar, instalar e/ou substituir cruzetas, isoladores, braçadeiras, mão francesa, chaves, fusíveis, relês, capacitores, transformadores, medidores.</li> <li>* Esticar, nivelar e amarrar os condutores aos isoladores, utilizando chaves de fenda, alicate e outras ferramentas.</li> <li>* Aterrar transformadores, pára-raios.</li> <li>* Efetuar manutenção de iluminação pública, instalar, substituir lâmpadas, reatores, relês e luminárias</li> <li>* Executar manobras e ligações provisórias, isolando trechos ou aparelhos defeituosos, operando chaves, visando o pronto restabelecimento do sistema.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* <i>Choque elétrico</i></li> <li>* <i>Lesões pés/mãos e olhos</i></li> <li>* <i>Quedas de escada</i></li> <li>* <i>Torção lombar</i></li> <li>* <i>Exposição prolongada à intempéries climáticas (temperatura, umidade e ventos)</i></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Capacete de aba total</li> <li>* Óculos de segurança</li> <li>* Luva isolante de BT - Baixa Tensão - 11.000</li> <li>* Luva isolante de AT - Alta Tensão - 20.000</li> <li>* Cinto de segurança e talabarte</li> <li>* Calçado isolante de segurança</li> <li>* Detetor de AT - Alta Tensão</li> <li>* Bastão de manobra</li> <li>* Conjunto de Aterramento</li> <li>* Cones de sinalização e isolamento laranja.</li> <li>* Colete reflexivo de sinalização</li> </ul>

Quadro II - Quadro explicativo da Função de Eletricista

Fonte: Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro

ALMOXARIFE II  
TRABALHO DE ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO DO ALMOXARIFADO

Atribuições	Riscos/ Cargas	EPI
-------------	----------------	-----

* Supervisionar a execução de atividades de controle, recebimento, expedição, conferência, identificação, localização, codificação e fornecimento de materiais.	* <i>Torção lombar</i> * <i>Acentuado esforço visual e mental</i>	* Capacete de aba frontal * Luva de vaqueta
* Requisição de materiais para manter controle do estoque existente		* Uniforme completo
* Coordenar desenvolvimento dos trabalhos no almoxarifado	* <i>Abalroamento, colisão, atropelamento durante carga/ descarga</i>	* Calçado com biqueira de aço
* Acompanhar execução do sistema de ressuprimento automático pelos órgãos supridores, verificando estoque existente para manter o mínimo necessário. * Examinar e despachar processos administrativos, dirimir dúvidas e prestar informações * Elaborar relatórios, mapas, formulários, tabelas, quadros e/ou gráficos sobre o desenvolvimento do trabalho em sua área * Zelar pelas condições de Segurança e Higiene do Trabalho.		

Quadro III - Quadro explicativo da Função de Almoxarife

Fonte: Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro

Ao mencionarmos as constantes falta de energia elétrica, “os apagões”, que vêm ocorrendo no país nos últimos anos - haja visto o apagão ocorrido em 11/03/99 que atingiu mais da metade da federação - não pretendemos naturalizar esse fato, até mesmo por que em outros países, os cortes de energia acontecem com uma frequência bastante remota. Mas, quando falta energia elétrica em nossas residências, sequer temos noção do sem número de situações que podem estar ocorrendo ou que ocorreram até que o sistema seja restabelecido. As funções acima descritas, são algumas das principais que trabalham para reformar e manter as linhas e redes de distribuição, para que seja possível o fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais. Os quadros anteriores mostram esquematicamente as atribuições e os riscos e cargas conseqüentes dessas tarefas, bem como os equipamentos de proteção que eles devem usar, para salvaguardar as mínimas condições de trabalho. De forma sucinta, descreveremos cada uma dessas profissões.

No caso do nosso estudo no **setor do almoxarifado**, a abordagem se deu com o responsável por este setor, ou seja, a pessoa que coordena, supervisiona e controla o estoque dos materiais. Este profissional é o que controla a entrada e saída de materiais. As operações de carga e descarga, estocagem, localização e codificação dos materiais, são atribuições do responsável por este setor, que, além disso, irá supervisionar e coordenar os trabalhos realizados pelos trabalhadores que estão sob sua supervisão. A reposição de material, no caso do esvaziamento de itens do estoque, também passa pela mão do administrador do almoxarifado que, por sua vez, fará o levantamento dos itens a serem repostos; os pedidos de compra ou requisições de materiais são atividades executadas pelo almoxarifado.

Além dessas atividades de cunho burocrático-administrativas, este setor é o que fornece os materiais, o ferramental de trabalho, bem como os equipamentos de segurança para a realização do trabalho. Todos os dias pela manhã, o encarregado de turma vai ao almoxarifado e faz a requisição dos materiais que serão necessários para cumprir as ordens de serviços que serão executados naquele dia. Durante o dia, os equipamentos e ferramentas são de responsabilidade do encarregado de turma que, ao final do expediente, deverá retornar tudo o que foi solicitado pela manhã.

**O encarregado de turma**, como acima mencionado, é o responsável pela retirada e devolução dos materiais e equipamentos. Cabe à ele providências para limpeza e manutenção desses equipamentos e materiais e, ainda, a comunicação de eventuais defeitos ou danos que vieram a ocorrer durante a realização do serviço e que venham a comprometer as condições de segurança no trabalho.

O próprio nome da função - encarregado de turma - a define de forma mais geral. Este profissional é o que supervisiona e orienta os eletricitistas e os auxiliares de serviço em eletricidade. O encarregado é um profissional que, em geral, tem mais tempo de atuação no trabalho com energia elétrica e que, por conta disso, também foi habilitado para essa função por meio de um número considerável de cursos de qualificação, reciclagem e treinamentos; no caso da CERJ, muitos desses cursos eram realizados no Centro de Treinamento da empresa, localizado em Macaé, região Norte-Fluminense. Lá, nos cursos específicos dos encarregados, eram ministradas aulas de cálculos em eletricidade, aulas de supervisão, em que estes profissionais discutiam os riscos e perigos pertinentes ao setor, os meios e as formas de se trabalhar com

segurança e, principalmente, como cobrar dos trabalhadores que estão sob sua responsabilidade.

O encarregado não sobe no poste para realizar as tarefas, excepcionalmente em casos extremos. Em geral, ele fica em terra, observando, supervisionando a execução do serviço, operando guindautos, lendo as plantas e os croquis e mantendo contato com as subestações, pedindo desligamento e religação das redes em que está se trabalhando e também mantém constante contato com a empresa (e com a empresa para qual ele presta serviço, no caso de empreiteiras e cooperativas). O encarregado de turma pode também, quando qualificado, exercer operações distintas, ou seja, acumular funções de encarregado, de motorista e/ou de munheiro (operação de guindautos).

Conclui-se que esta função abrange muitas responsabilidades, que vão desde o material de trabalho até o zelo por condições de trabalho com segurança. Ele, ao mesmo tempo em que coordena um grupo, que pode variar de dois(2) a dez (10) trabalhadores, também tem muitas satisfações a prestar à sua chefia, por meio de relatórios e formulários que são preenchidos ao fim do expediente. Estes relatórios abrangem as condições de trabalho, as viaturas, os equipamentos e materiais solicitados, bem como a conduta e produtividade de cada um dos trabalhadores supervisionados por ele.

**O eletricista** é o profissional que realmente põe a mão na massa, ou melhor, na eletricidade. É o profissional que, antes de subir ao poste, efetua manobras de desligamento de chaves de transformadores, isola os trechos a serem trabalhados, aterrada transformadores. São estes trabalhadores que subirão aos postes para executar serviços de construção, manutenção e reforma das redes de distribuição e linhas de transmissão. A instalação e/ou substituição de isoladores, fusíveis, relês e capacitores são realizadas pelos eletricistas. Além disso, atividades de aterramento de transformadores e pára-raios visam a realização da tarefa onde os serviços de manutenção e/ou reparo são solicitados. Estas tarefas objetivam o pronto restabelecimento do sistema de distribuição de energia elétrica ao consumidor final.

Além destas tarefas, é atribuição do eletricista manter a iluminação pública, por meio de instalação, reparos e/ou substituição de lâmpadas, reatores, relês e luminárias.

Neste trabalho (motivos expostos na parte da metodologia), não abordamos os **auxiliares de serviços de eletricidade**, mas, sucintamente, descrevo algumas de suas

atribuições. Este profissional é que faz o serviço mais pesado, de cavar buraco para que o poste seja plantado, carregar as cruzetas, os rolos de fios, os equipamentos e ferramental para a realização do trabalho, bem como de auxiliar os eletricitas na realização das tarefas.

No caso do **almoxarifado**, os riscos estão por conta de más posturas, de exposição a alguns elementos nocivos à saúde, como poeira, por exemplo. Além disso, corre-se o risco de se machucar em restos de fios, arames, ferros que podem causar lesões nas mãos e nos pés. O risco de queda de algum tipo de material no pé é amenizado com o uso de botas com biqueira (ponta) de aço e as luvas de vaqueta (material parecido com um couro) para proteger as mãos.

O encarregado de turma, por estar supervisionando e orientando o desenvolvimento dos trabalhos, usará capacete com aba frontal, óculos escuros de segurança com ou sem abas laterais, luvas e o próprio uniforme.

Já o **eletricista** é o que deverá estar mais atento às condições de trabalho, usando os equipamentos e obedecendo às normas de segurança. Antes de subir no poste, o eletricitista deverá colocar o cinto, o talabarte, o capacete, os óculos e as luvas. Já em cima do poste, o eletricitista deverá verificar as condições do cinto, se está bem fixo e tomar as devidas providências caso não esteja, substituindo-o.

Os riscos e as cargas a que estas três categorias de trabalho estão expostas, serão melhor detalhadas no capítulo III, quando buscaremos levantar as condições de trabalho segundo a fala destes mesmos trabalhadores, pretendendo fazer um contraponto entre a realidade de trabalho na CERJ estatal, que é uma situação comum a todos os entrevistados, com a atual realidade de trabalho na CERJ privatizada, bem como nas empresas terceirizadas que prestam serviço à dita empresa, onde estes trabalhadores se inseriram e atuam.

## **2.6 - O contexto da CERJ e as condições de trabalho no Setor Elétrico.**

Antes de iniciar a exposição sobre o universo que se pretende estar estudando, cabe, em algumas palavras, mostrar como se encontrava o processo de trabalho de trabalho na CERJ no período em que se começa falar sobre a possibilidade de privatização até a concretização desta, em fins de 1996, quando foi aberto o processo para a venda da empresa. O governo ao pensar na possibilidade de privatizar a empresa, parou de investir na manutenção e expansão do sistema, acarretando uma degradação progressiva das instalações e dos equipamentos e uma precarização das condições de trabalho.

No decorrer do período pré-privatização, apesar de amparados legalmente, na realidade, a vigilância e fiscalização sobre as condições de trabalho e saúde desta categoria estava sendo sendo ofuscada. Ainda mais por estar ocorrendo uma subnotificação, ou melhor, uma omissão dos acidentes que vêm ocorrendo nas empreiteiras. Nem mesmo o sindicato tem tido acesso formal a estes dados, dos quais apenas se tem noção, pelos comentários informais que são ouvidos nos corredores da empresa e do sindicato.

Relatórios oficiais produzidos pelo SESMT/ STIEEN, bem como outros documentos desta entidade, mostram a falta de condições propícias de trabalho na CERJ. Muitas irregularidades foram levantadas, das quais serão mencionadas as principais, seja pelo critério de maior periculosidade, seja pelo critério de repetitividade, ou seja, percebida em mais de uma das instalações da CERJ (SESMT/STIEEN, 1991). São elas:

- Instalações de subestações e centros de distribuição, bem como prédios da parte administrativa da empresa encontravam-se, antes da privatização, em péssimas condições de manutenção, seja na parte estrutural, infiltrações em paredes e tetos, pisos com depressão, falhas e buracos, janelas com iluminação inadequada, seja no mobiliário, com móveis e utensílios velhos e, em muitos dos casos, sem mínimas condições de uso.

- Viaturas sem condições de circulação, carregando equipamentos e pessoal sem isolá-los, aumentando os riscos de acidentes e, em muitos dos casos, circulando com pneus carecas.

- Equipamentos de segurança em quantidade insuficientes ou danificados, não prestando para os fins a que são propostos.

- Equipamentos de manutenção e extensão de rede insuficientes para o atendimento da demanda solicitada.

Estas condições inadequadas de trabalho propiciam jornadas de trabalho mais extenuantes, frente aos diversos tipos riscos e cargas à saúde a que estes trabalhadores estão expostos. A falta de materiais e equipamentos faz com que os trabalhadores recorram a reciclagens e adaptações, em um ambiente de trabalho cheio de inseguranças e incertezas.

Wisner(1987) argumenta que: *“A segurança do trabalho compreende primeiro o estudo e a prevenção dos acidentes, isto é, dos acontecimentos que provocaram uma lesão corporal. Mas inclui também os incidentes, isto é, os acontecimentos que atingem apenas objetos. Os acidentes têm uma dimensão de extrema gravidade, pois determinam ainda em grande parte a condição operária... Os acidentes são os sinais do mau funcionamento da organização, e é sobre esta que é necessário agir para preveni-los”* (Wisner, 1987, p. 35).

Sobre o aspecto das condições e possibilidades de se executar uma tarefa, em condições adequadas de segurança, Duarte (1994) salienta que é em função do envelhecimento e deterioração das instalações e equipamentos e das modernizações parciais do sistema que são originados os acidentes e incidentes.

*“A noção de modo degradado significa, em geral, um processo de deterioração gradual dos equipamentos e dispositivos técnicos de uma instalação ou situação de trabalho caracterizado por um estado de disfuncionamentos e incidentes constantes”* (Duarte, 1994, p.33).

Retomando o caso específico da CERJ, percebemos diversas manifestações que expressam as faces da política neo-liberal e o encadeamento de algumas mediações. Desse modo, observamos as seguintes relações: A privatização da empresa vai reduzir o número de postos de trabalhos diretos e indiretos, uma vez que a empresa tem privilegiado a importação de mão de obra, de equipamentos e suprimentos.

A qualidade do fornecimento da energia ao consumidor fica sobreposto aos interesses da acumulação capitalista, por que o material importado é, segundo os

próprios trabalhadores, de qualidade inferior. Além disso, com as demissões em massa, muitos dos trabalhadores mais capacitados - a memória técnica da empresa foram dispensados. Enfatizamos que hipótese central do nosso estudo, é de que o degradação aferida à empresa foi conseqüente a uma falta de investimentos para a melhoria das instalações, bem como uma escassez de modernizações e informatização na empresa, agravando a precariedade das condições de trabalho.

Ademais, a título de comparação, complementemos com o texto de Aranha & Cunha (1996) em seu estudo na CEMIG, empresa que também se reestruturou, segundo princípios de TQC (Total Quality Control) e implantou o PQTC (Programa de Qualidade Total na CEMIG). As autoras chegaram à conclusão de que, com a remodelação da empresa, houve um *“agravamento das precárias condições de trabalho dos funcionários, ficando os mesmos ainda mais expostos à gerência o que tem gerado menos autonomia e mais medo no trabalho”* (Aranha & Cunha, 96, p. 125).

Uma outra preocupação destas mesmas autoras diz respeito à formação e à qualificação dos trabalhadores, já que ao terceirizar a mão de obra, esta última não passa pelo treinamento e qualificação pela qual passavam os funcionários do quadro de efetivos da CEMIG enquanto empresa estatal. Aliado a isto tem ocorrido com redução de efetivos um aumento na jornada de trabalho, sobrecarregando os trabalhadores e contribuindo para o aumento do índice de acidentes. Outra hipótese se refere ao fato de que, por conta da terceirização ou contratação de mão de obra terceirizada, os índices e estatísticas de acidentes e incidentes não contabilizam os trabalhadores inseridos na realidade de trabalho terceirizada. Por isso, estes índices e estatísticas de acidentes são menos freqüentes nesta população.

Confrontemos essa realidade com o que diz Buonfiglio (1995): *“A nova reestruturação produtiva, portanto, pode ser definida como uma forte transformação que vem ocorrendo nas empresas de todo o mundo, valendo-se de informática e de teorias (...), que apesar de diferentes procedimentos organizacionais vem impondo o binômio **“empresa ‘enxuta’ - precarização do trabalho”**, para restaurar o lucro e a acumulação do capital”* (Buonfiglio, 1995, p. 2.).

Desse modo, as relações e a organização do trabalho passam por profundas modificações, que não necessariamente significaram vantagens. Pelo contrário, em simultaneidade com a globalização, o desemprego estrutural é uma vertente que dela decorre, de modo que existe *“subproletarização do trabalho, presente nas formas de*

*trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado, 'terceirizado', vinculados à economia informal, entre tantas outras modalidades existentes. Como diz Alain Birh(1991;89), essas diversas categorias de trabalho têm em comum a precariedade do emprego e de remuneração; a desregulamentação das condições de trabalho em relação às normas legais vigentes ou acordadas e a conseqüente regressão dos direitos sociais, bem como a proteção e expressão sindicais, configurando uma tendência à individualização extrema da relação salarial” (Antunes, 1997, p. 44).*

Dentre os aspectos pertinentes às relações de trabalho, que foram reestruturadas, supomos também que tenha havido mudanças nas condições de vida e trabalho destes trabalhadores e também de seus dependentes. No caso dos que se realocaram em empresas terceirizadas, houve uma redução do salário e dos adicionais, tendo perdido muitas conquistas e mesmo privilégios por serem devidos a poucos na sociedade. No caso dos aposentados sem complementação securitária da Brasiletros, também houve muitas perdas; hoje, por exemplo, pagam mais pelo plano de saúde, sendo objetivo da empresa acabar com essa conquista que assiste a seus 19.000 aposentados.

Quanto ao envolvimento e sofrimento da família neste conjunto de situações, Dejourns salienta que: *“é importante ressaltar que a relação saúde/trabalho não diz respeito apenas a pessoas diretamente engajadas no processo de trabalho, isto é, aos trabalhadores. Com efeito, a divisão entre espaço de trabalho e espaço privado só é eventualmente pertinente na análise econômica, mas torna-se totalmente inconsistente a partir do momento em que se trata das relações sociais e das questões de saúde. Toda família é requisitada pelo trabalhador em seu esforço em enfrentar as dificuldades no trabalho. O cônjuge, os filhos e às vezes até os pais do trabalhador são atingidos indiretamente, mas também fortemente, pelos efeitos da situação do trabalho sobre aquele que nela se encontra exposto”*(Dejourns, s.d., p. 13).

Ressaltando essa situação, vejamos a realidade dos trabalhadores da CERJ, que num determinado momento, começam a sofrer pressões no ambiente de trabalho, proveniente das constantes ameaças de demissão. Com a concretização das ameaças e a saída dos primeiros listões com a relação dos demitidos, a vida destes trabalhadores e seus familiares provavelmente passará por mudanças. Dentre algumas destas mudanças podemos ressaltar: a redução salarial, a informalização ou o

subemprego - como recurso de complemento da renda - e a perda de algumas garantias antes vividas - como cesta básica, plano médico dentre outros, que provavelmente atingiram a família como um todo, principalmente os dependentes destes trabalhadores.

No tocante ao aspecto da precarização das condições de vida e trabalho, conseqüente à reinserção enquanto funcionários terceirizados de firmas que prestam serviços à CERJ, também nos reportamos à Buonfiglio (1995), Aranha & Cunha (1996) e Assis (1997). Estes autores avaliam o processo de precarização, tendo como elemento central de discussão o processo de reestruturação produtiva e suas conseqüências para o proletariado, enfocando a sua organização e representação sindical. Vejamos, segundo Buonfiglio (1995), a questão do sindicato e sua fragilização.

*“O declínio dos sindicatos data dos anos em que se inicia a atual reestruturação produtiva, não por mera coincidência, certamente. Na crise, a busca da competitividade através de inovações tecnológicas e organizacionais, trouxeram um desemprego crescente, a redução do número de afiliados, além de os colocarem frente a questões contraditórias às quais não tinham respostas, levando a derrotas e mais derrotas.”*  
(Buonfiglio, 1995, p. 7)

Sobre o aspecto da terceirização e da fragilização sindical, Aranha & Cunha(1996) afirmam que: *“A terceirização tem concretamente impedido que os sindicatos mais organizados e combativos possam ter algum tipo de ação no sentido de defender parte dos trabalhadores: aqueles que embora exercendo o mesmo tipo de atividade dos empregados da CEMIG, são admitidos no trabalho via empreiteiras. São os trabalhadores temporários, submetidos às piores condições de trabalho, na prática sem nenhuma representação que os respalde. É certo que a legislação atual impede concretamente uma ação mais eficaz por parte dos sindicatos quanto a essa situação”*  
(Aranha & Cunha, 1996, p. 127).

A categoria dos trabalhadores da eletricidade em particular, e de modo mais generalizado, outras categorias profissionais, também começam a perder representatividade. No caso da CERJ, a fragmentação da classe, é sentida pelo esvaziamento das assembléias e reuniões promovidas pelo sindicato. Entretanto, a

realidade da fragilização sindical não pode ter uma compreensão exclusivamente do ponto de vista da economia política, outros determinantes inerentes ao próprio direcionamento, ou mesmo a falta de encaminhamentos da representação sindical dos eletricitários pode ter contribuído para a desmobilização das bases.

Os determinantes políticos econômicos em muito contribuem para que conquistas trabalhistas, resultado de quase um século de muitas lutas, estejam sendo dilapidadas por conta das novas regras empreendidas pelo capital, obedecendo aos interesses da acumulação. O sindicato é, portanto, uma dessas conquistas que corre o risco de ser extinto com a implantação dessas novas formas de organização do trabalho.

Diante do quadro esboçado, impõe-se a necessidade de problematizar a questão do processo de privatização do setor elétrico adotado no Rio de Janeiro. A 'espinha dorsal' dessa dissertação tem na fala dos trabalhadores o principal veículo de informações. Esta fonte primária de informações é bastante enriquecida com as falas e as visões destes trabalhadores sobre a privatização da CERJ. Visando a exposição dessas percepções, o próximo capítulo contemplará as falas dos trabalhadores e trará a tona a realidade que se pretende investigar, a saber: as possíveis implicações do processo de privatização da CERJ sobre as condições de vida e trabalho de seus trabalhadores.

# III

## A FALA DOS TRABALHADORES E A PRIVATIZAÇÃO DA CERJ

### 3.1 - Introdução

O presente capítulo tem como objetivo uma discussão acerca da situação dos trabalhadores da CERJ, buscando, perceber a partir dos próprios depoimentos, suas condições de vida e trabalho, tanto no momento anterior como posterior à privatização da dita empresa.

Da sua estatização até o momento da crise do setor elétrico, a empresa passou por contextos políticos e econômicos diferenciados. Com a privatização, muitos trabalhadores foram demitidos da CERJ e, por contingências, se realocaram em empresas que têm seus serviços contratados por esta última, ou seja, acabam realizando a mesma atividade, em empresas que terceirizam seus serviços, ainda que sob condições adversas, seja em termos de condições de trabalho, seja das relações construídas no novo locus de trabalho. É frente a essa contextualização, que buscaremos mostrar os condicionamentos que vieram a ter repercussões sobre o processo de trabalho na empresa. Desse modo, pretende-se fazer uma avaliação, ainda que incipiente, acerca das condições de trabalho, a partir das diferentes inserções destes trabalhadores.

Para alcançar os objetivos propostos, contamos com os depoimentos dos trabalhadores da indústria de energia elétrica que realizam suas atividades laborais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Temos uma quantidade de dados restrita, ainda assim, tentamos, a partir destes dados pessoais, esboçar um perfil dos trabalhadores investigados, levantando alguns dados como faixa etária, escolaridade, experiências anteriores e a forma de ingresso na empresa.

Em seguida, utilizando os depoimentos desses trabalhadores, pretende-se fazer algumas considerações sobre as questões por eles levantadas, confrontando-as com dados e informações obtidas por meio de outras fontes, sejam estas primárias ou secundárias.

### **3.2 - O Esboço de um Perfil dos Trabalhadores Entrevistados**

Para atender aos objetivos deste estudo, entrevistamos sete funcionários, sendo dois remanescentes do quadro de efetivos da CERJ, dois pertencentes ao quadro de funcionários da Cooperativa e três funcionários da Empreiteira. Inicialmente, havia sido

idealizada a realização de três entrevistas em cada uma destas realidades mas, no caso da CERJ e da Cooperativa, não constavam de seus quadros o encarregado de turma e o eletricista, respectivamente. Portanto, a única categoria que foi possível relacionar nos três contextos, foi a de responsável pelo almoxarifado.

A **idade** dos trabalhadores entrevistados oscilava entre os 37 e 55 anos, o mais novo e o mais velho respectivamente. Os **encarregados de turma** entrevistados, tinham 51 e 55 anos, os **responsáveis pelo almoxarifado** tinham 37, 47 e 49 anos. Os **eletricistas** tinham 41 e 43 anos.

O maior **nível de escolaridade** foi encontrado nos profissionais **responsáveis pelo almoxarifado**; dos três entrevistados, dois possuíam o 3º grau em administração de empresas e o outro, tinha o 2º grau completo, em contabilidade. **Dos outros quatro trabalhadores**, apenas um concluiu o 1º grau os outros três não chegaram a concluir o 1º grau.

Em relação ao ***tempo de serviço*** dos que foram demitidos pela CERJ, o que tinha menos tempo (14 anos e 9 meses) completados aos 51 anos de idade. Já o que tinha mais tempo de serviço na CERJ, ao ser demitido, tinha 27 de casa, com 49 anos de idade.

Do universo dos sete trabalhadores, cinco declararam que seu **processo de inserção na CERJ estatal** foi através de concurso; os outros dois foi por meio de indicação de algum funcionário da empresa ou por indicação de algum político. Quanto à **experiência anterior**, dos sete entrevistados, quatro estavam alocados na atividade técnico-operacional de eletricidade; destes, três relataram ter experiência no ramo da eletricidade, anteriormente à admissão na CERJ e um não tinha experiência no ramo. Os outros três, que eram os profissionais alocados no almoxarifado, não relataram experiência no ramo de eletricidade, um possuía o 2º grau em contabilidade e os outros dois 3º grau em administração de empresas. Os de 3º grau, um deles tinha experiência anterior em bancos e o outro era militar.

Quanto ao **estado civil**, do universo dos sete entrevistados, cinco eram casados, com dependentes, um era divorciado com um dependente e o último era solteiro sem dependentes.

A situação trabalhista desses trabalhadores é tão adversa quanto complexa. Dos sete, um saiu da CERJ sem tempo para que fosse contemplado com a aposentadoria,

outros dois até o momento da entrevista, ainda eram funcionários da CERJ, quatro saíram, aposentados pelo INSS até o momento da entrevista, sem a complementação da BRASILETROS, sendo que um destes últimos, não coincidentemente, era o mais velho, tendo comunicado dias após a entrevista, que havia sido homologada sua complementação, por ter completado os 55 anos de idade.

À título de esclarecimento, abaixo citaremos a definição desta complementação salarial e, em seguida, citaremos os critérios de elegibilidade para a complementação salarial por tempo de serviço, segundo estatuto da BRASILETROS.

*“O benefício de Aposentadoria por Tempo de Serviço consistirá de uma renda mensal vitalícia correspondente à diferença entre o Salário-Real-de-Benefício e o Benefício Previdenciário”* (BRASILETROS, 1998, p. 40)

*“A elegibilidade à aposentadoria por Tempo de Serviço começará na data em que o Participante ativo, atender às seguintes condições:*

- I. ter, pelo menos, 55 (Cinqüenta e cinco) anos de idade, no caso dos Participantes inscritos na Fundação após 23.01.1978;*
- II. estar recebendo uma Aposentadoria por Tempo de Serviço pela Previdência Social;*
- III. Contar, pelo menos, com:*
  - a) 15(quinze) anos de contribuição à Fundação, no caso dos Participantes não Fundadores.”*(BRASILETROS, 1998, p. 40).

A existência de três realidades bastante adversas, de desligamento e reinserção no mercado de trabalho, trouxe algumas dificuldades para a análise dos dados; entretanto, tal característica ajudou-nos a ampliar nossas possibilidades de análise e discussão dos elementos relativos às problemáticas em questão.

Para efeito de melhor exposição, as falas dos trabalhadores foram organizadas e agrupadas segundo os aspectos que se pretende abordar: O processo, as condições e as relações de trabalho, segundo as diferentes inserções em que este trabalhador se encontra - cooperativa, empreiteira ou CERJ. Por fim, levantaremos a visão destes trabalhadores sobre a privatização e quais foram as principais implicações que esse processo desencadeou sobre suas vidas particulares e profissionais.

Entretanto, para uma melhor compreensão desse quadro, é imprescindível uma breve contextualização da CERJ, segundo o aspecto que estiver sendo abordado. Deste modo, serão feitos alguns comentários sobre como a realidade de trabalho na CERJ estatal, que foi uma realidade comum a todos os trabalhadores entrevistados, para que em seguida seja feito um contraponto com a realidade da CERJ privatizada segundo as diferentes inserções destes trabalhadores.

### **3.3- O processo de inserção na CERJ estatal**

A partir do questionário aplicado, constatamos que, dos sete entrevistados, cinco mencionaram que a forma de admissão na empresa foi por meio de concurso e os demais afirmaram que foi a partir da indicação de algum funcionário interno ou por apresentação de algum político, que tornasse possível a realização dessa prova.

*“Você fazia uma prova praticamente de admissão, só se a pessoa não tivesse a menor condição de entrar que não passava. E era sempre indicado por um funcionário da empresa e indicava e você arrumava uma apresentação por outro político” (Alm. CERJ).*

A prática de indicação de candidatos a cargos em empresas privadas e públicas parece ser uma prática comum no Brasil. Mas, o que questionamos é a questão da indicação política, porque, dependendo da forma que esta se dá, pode estar sendo praticado o clientelismo e, portanto, o mal uso do aparelho do Estado, podendo ocasionar deturpações na composição do quadro da empresa.

*“As principais conclusões até agora enunciadas referem-se à constatação de que o quadro próprio possui um contingente de empregados administrativos elevado e, principalmente, desajustado em relação às necessidades de serviço, enquanto, na área técnico operativa a insuficiência quantitativa é flagrante”(SECIERJ, 1988, p. 32).*

Em complementação à essas assertivas, o trecho de um documento apresentado pelo STIEEN, datado de 1995, alega que os maus resultados econômicos e financeiros que a CERJ apresentou,

*“Decorre de uma gestão equivocada com objetivos eleitoreiros eminentemente danosos (...)um destes erros foi o de desastrosa política de recursos humanos, onde a ausência de critérios para a qualificação dos empregados, promoveu um quadro de inversão de valores”* (STIEEN, 1995, p. 1).

Esta inversão de valores, acreditamos que tenha acontecido não só no momento da admissão, como também na demissão, o aspecto que será discutido posteriormente. Neste momento, para concluir sobre a questão da inserção dos trabalhadores na CERJ, ressaltamos, que mesmo antes de começar os rumores da privatização, a empresa passava por uma dificuldade no seu quadro de funcionários, porque, apesar de estar contando com um número crescente no quadro de efetivos da empresa, estas contratações não estavam sendo destinadas ao serviço de eletricidade e sim para a área administrativa.

Esta distorção do quadro de funcionários pode levar também a uma extensão da jornada de trabalho, porque: *“O quadro próprio possui um contingente de empregados administrativos elevado e, principalmente desajustado em relação às necessidades de serviço, enquanto na área técnico-operativa a insuficiência quantitativa é flagrante, o que contribui para elevado percentual de horas extraordinárias. Agrava esse fato o perfil etário muito elevado e, especialmente em algumas carreiras técnicas. A inexistência de uma política de recursos humanos clara e conduzida com continuidade ao longo dos últimos anos resultou num elevado número de ações trabalhistas.* (Secretaria de Estado de Indústria e Comércio do Estado do Rio de Janeiro, 1988, p. 32). Na época da publicação deste documento (1988), a CERJ atendia a 47 municípios, numa área de aproximadamente 72% da extensão do Estado, sendo que a área que abrange a Região Serrana e a Região Oceânica tem como característica a sazonalidade do consumo.

ANO	EMPREGADOS	CONSUMIDORES	CONS/EMP.
1980	5083	614.353	120

1981	5113	647.681	126
1982	5539	688.082	124
1983	5436	728.576	134
1984	5345	776.976	145
1985	5192	834.775	160
1986	5169	899.923	174
1987	5094	936.395	183

Quadro V - Demonstrativo distribuição consumidores/ Empregado 80/87  
 Fonte: Secretaria de Estado de Indústria e Comércio do Estado do Rio de Janeiro, 1988

No quadro acima encontram-se dispostos o número de empregados que a CERJ dispunha no período de 1980 a 1987. Neste período, percebemos que, já no ano de 1982 a CERJ contava com 5539 empregados, com uma relação de 124 consumidores por empregado. Mas, esta relação consumidor/ empregado não supõe uma proporcionalidade, ou melhor, o aumento da demanda não foi acompanhada de um aumento da mão de obra que atue na área afim, ou seja, na prestação de serviço de energia elétrica.

Para atender a essa extensa área de concessão, a CERJ, no ano de 1987, contava com 5094 empregados, o que contabilizava 183 consumidores para cada empregado. Já em março de 1988, a empresa, atinge o pico em relação ao número de empregados que contabilizam 7432 empregados sendo que destes, 2032 eram terceirizados (SEICERJ, 1988).

Até o ano de 1987, as estatísticas não contabilizaram, separadamente, o número de empregados próprios e a quantidade de mão de obra subcontratada. No primeiro quadro, não ficou especificado quantos trabalhadores pertenciam ao quadro de efetivos e quantos eram contratados por terceiros, esta estatística só foi encontrada em relação ao mês de março do ano seguinte, ou seja em 1988. Em um outro documento da empresa, é que estes dados foram apontados.

CARACTERIZAÇÃO	Empregados	%
Pessoal Próprio	5.062	68,11
Pessoal Contratado	2.032	31,89
Total	7342	100,00

Quadro VI - Empregados Próprios e Terceirizados - Março de 1988

Fonte: CERJ, 1988

Contudo, o quadro evolutivo da composição da empresa, sofre alterações com o decorrer do tempo, mas, é em meados da década de 90, com a privatização sendo defendida por alguns setores, que mais se sente o impacto na política de recursos humanos da empresa, em uma série de demissões são efetuadas. Do ano de 1994 para 1995, são homologadas 1139 demissões. Não foram encontrados dados relativos a relação entre consumidores por empregados entre os anos de 1989 até 1991. Somente a partir do ano de 1992 é que encontramos esses dados, expostos a seguir.

ANO	N.º de Empregados	Consumidor/ Empregado
1992	5585	183
1993	5806	197
1994	5758	206
1995 (1)	5720	210

(1) Os dados são referentes à posição de junho/95  
 Quadro VII - Evolução Empregados / Consumidor 92/95  
 Fonte: Cia. de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro, 1996.

*“Em outubro de 1995, o número de empregados era 5.167. A empresa face aos seus novos objetivos, tem como meta a redução do custo com pessoal. Estima-se o aumento da relação consumidor/ empregado, até a privatização, para 300” (CERJ, 1996, p. 46).*

Do ano de 1996 em diante não encontramos dados oficiais a respeito do número de empregados que, hoje, fazem parte do quadro de efetivos da CERJ privatizada. Os dados que dispomos a esse respeito são resultantes de relatos do próprios trabalhadores que ainda são efetivos da CERJ, segundo os quais, estima-se que atualmente a Companhia conte com cerca de 3% de funcionários efetivos da área operacional. Hoje a grande maioria das turmas que atuam na área de eletricidade no Rio de Janeiro são de empreiteiras e cooperativas.

Analisando esse cenário, podemos concluir que uma série de conseqüências poderão estar presentes na vida dos trabalhadores a partir da privatização. A seguir, pretendemos problematizar algumas destas, iniciando com a questão do ritmo e da jornada de trabalho.

### 3.4 - O Ritmo e a Jornada de Trabalho.

#### **Na CERJ Estatal**

Do universo dos sete entrevistados, somente um alegou, que por contingência do cargo que exercia (cargos de chefia de regional, ou cargos de confiança), era difícil ter um horário fixo e que o seu ritmo de trabalho era mais intenso. Os outros seis descreveram a jornada e o ritmo de trabalho na CERJ estatal, classificando-os como normais, iniciando às 07:30 e finalizando às 17:18 horas. Os trabalhadores entrevistados

*“A jornada de trabalho ... eu passei várias fases na CERJ, normalmente o horário era o horário de expediente normal, ou seja de oito às cinco horas, mas em função do cargo não tinha um horário fixo”* (Alm. Coop).

*“O ritmo de trabalho [era] normal, não era aquela correria, era tudo normal”* (Eletr. Emp.).

Cabe salientar que alguns dos trabalhadores abordados alegaram que realmente faziam horas extras, mas que, ainda assim, o ritmo do trabalho da CERJ estatal não era tão intenso se comparado com a atual realidade destes trabalhadores na iniciativa privada.

De seis trabalhadores, dois alegaram que seus ritmos de trabalho na CERJ estatal, oscilavam entre o calmo e o mais “puxado”, quando da entrada e saída de material e em momentos de eleição, em que o número de obras a serem realizadas aumentavam.

*“O trabalho no almoxarifado depende da situação. Às vezes tem muito movimento, muita saída de materiais das obras que eram feitas na época, então precisava sair bastante materiais. Ainda mais em campanha política, tinha que correr, mas aí tem época que é normal, serviço de arrumações, de receber materiais, de saída normal e tem época que aumentava, tinha que fazer hora extra também* (Alm. Coop.).

Um outro trabalhador mencionou que:

*“Às vezes intenso, às vezes leve. A gente fazia manutenção, então não era sempre que tinha serviço pesado, mas tinha vez que fazia.”* (Enc. Coop.)

### ***Na CERJ privatizada***

A intensificação da jornada de trabalho se deve ao fato de ter havido um enxugamento no quadro de funcionários, o que acarretou a eliminação de muitas turmas da CERJ. Entretanto, essa intensificação do ritmo e da jornada é sentida não só pelos que vão para a rua atender às reclamações; os trabalhadores do setor de almoxarifado também sentiram muito e o responsável por este setor enfatizou que, antes da CERJ ser privatizada, ele ainda não chefiava o almoxarifado, a empresa trabalhava com uma média de cinco empreiteiras; e hoje, o número de empreiteiras é sete vezes maior que anteriormente.

*“O meu trabalho hoje é coisa de maluco. Eu trabalho com uma velocidade que talvez o serviço que eu faço em uma semana, antes (da privatização) era feito em um mês, em compensação, isso tá trazendo transtorno pra minha saúde. Porque é uma quantidade excessiva de material que entra e sai, uma rotatividade muito grande, uma responsabilidade imensa...”* (Alm. CERJ)

O eletricitista abordado alegou que, antes da privatização, ele fazia parte da turma da linha viva, ou energizada. Neste setor, o serviço é sempre programado, então, quando se saía do CDN - Centro de Distribuição de Niterói - já se sabia tudo o que deveria ser realizado durante o dia.

*“Ritmo de trabalho, p’ra mim, aumentou à beça. Porque eu trabalhava num ritmo programado. Você saía sabendo o que ‘tá fazendo. Hoje não. Hoje você realmente tem muito trabalho. Chega no final da jornada, eu ‘tô realmente cansado, porque é muito trabalho mesmo”*(Eletr. CERJ).

Com o processo de privatização da CERJ, houve uma diminuição considerável do quadro de efetivos da empresa. Para que essa redução fosse realizada, muitos trabalhadores foram demitidos e os que já tinham aposentadoria, na época da reestruturação da empresa, tiveram seus contratos de trabalho cassados. Como a realidade econômico-financeira no País estava bastante difícil, muitos trabalhadores, depois de demitidos, tiveram que se reinserirem no mercado de trabalho, através das Empreiteiras e Cooperativas que prestam serviço de eletricidade à CERJ.

Em outras palavras, as adversidades, quanto à jornada e ao ritmo de trabalho, começam a ser mais presentes após a privatização, onde como mencionado anteriormente, se ramifica, a partir da reinserção diferenciada no mercado de trabalho, seja em empreiteiras seja em cooperativas. Vejamos cada uma dessas realidades.

### ***Nas Cooperativas***

A realidade na Cooperativa é diferente da realidade das Empreiteiras, pelo menos para os trabalhadores que são os associados. A Cooperativa é uma empresa formada por ex-trabalhadores da CERJ que, depois de serem demitidos, se reuniram para formar uma empresa. O capital para os investimentos foi levantado com recursos destes próprios trabalhadores. No início da implantação da Cooperativa, eram 50 sócios-fundadores. Além destes 50 sócios, haviam outros trabalhadores que não os eram e apenas faziam parte do quadro de funcionários.

Mas, como a Cooperativa passou por problemas administrativos, muitos associados foram se desligando. Para os associados, como eles mesmos denominam, há uma 'certa' possibilidade de autonomia para fazerem seus próprios horários; ainda assim eles reclamam de uma intensificação da jornada.

*“É mais intenso, é mais intenso.”(Enc. Coop.)*

*“Não, não, meu [ritmo de trabalho] é bem diferente no caso. Mas, em termos de almoxarifado, aqui é bem calmo, bem diferente.” (Alm. Coop.)*

Este último depoimento é da pessoa responsável pelo almoxarifado, que é um associado, ele tem a possibilidade de fazer seu horário, algo bem diferente de quem não é associado ou ainda dos que estão trabalhando na rua. Porém, mais adversa ainda é a realidade dos trabalhadores que se realocaram em empreiteiras. Estes sim mencionam uma maior intensificação do ritmo e da jornada de trabalho.

### ***Nas Empreiteiras***

A intensificação da jornada e do ritmo de trabalho é, pois, bastante sentida e mencionada pelos trabalhadores que se reinseriram nas empreiteiras, ou empresas que contratam mão de obra para realizar serviços de eletricidade.

*“Minha jornada aqui, meu horário, é bem carregado. Eu, se fosse contar o tempo que eu trabalho aqui, eu acho que, em vez de um ano e meio, um ano e três meses, seria uns dois anos, p’ra três anos.(...)Eu sempre chego aqui de 06:30 ...todo dia. Sábado também e domingo também. Então, é uma jornada bastante pesada.”(Alm. Empr.)*

*“Se trabalha mais do que eu trabalhava na CERJ. Trabalha muito mais. É um trabalho mais movimentado, mais pesado que a gente tem que fazer, tipo dar produção.” (Eletr. Empr.)*

Atualmente, essa intensificação da jornada se justifica pelo trabalho por produção. Ou seja, a produtividade do funcionário é que vai determinar seu salário. Isso é mais presente nas empreiteiras e cooperativas. Ou melhor, conforme exposto no capítulo II, a terceirização dos serviços desobriga a empresa contratante da mão de obra a uma série de direitos que complementam o salário, ao mesmo tempo em que as empresas que contratam essa mão de obra pagam salários bem mais baixos, principalmente em relação aos trabalhadores que eram da CERJ, onde a diferença dos salários é gritante. Por isso, essa redução do salário, faz com que o trabalhador tenha que trabalhar mais, produzir mais para tentar equilibrar essa diferença.

*“Nós pegamos de sete hora, o horário é até 17:30, mas sempre passa... Praticamente tem hora de pegar, mas não tem hora de largar (...). É mais puxado. Bem mais puxado”(Eletr. Emp.).*

*“Hoje ...o chefe liga dizendo que você tem que fazer, tem que concluir...se o seu horário de expediente não der p'ra fazer, você avança o seu horário de expediente e tem que fazer. Se você não concluir, tá fora. Essa é a política da empresa hoje e não se paga hora extra. Você pode trabalhar, estender o seu horário e não te pagam hora extra”(Alm. CERJ).*

Podemos chegar à conclusão que, independente da inserção que se tem no mercado de trabalho no setor de energia elétrica - seja na atual empresa concessionária do serviço, seja nas empreiteiras ou cooperativas - assinalou-se, frente aos depoimentos destes trabalhadores, que o pós-privatização está sendo marcado por uma intensificação do ritmo e jornada, sem que isso venha a significar algum tipo de vantagem, ou remuneração para o trabalhador. Em um outro momento da conversa o trabalhador acima citado acrescenta que:

*“Quer dizer, eles implantaram um ritmo frenético, eles tiraram muitos funcionários da empresa e terceirizaram muitos serviços. Dessa terceirização, eles tem hoje uma média de 35, 40 empreiteiras trabalhando. Então, você atender todos essas empreiteiras, mais o seu serviço da regional, realmente ficou muito puxado” (Alm. CERJ).*

Sobre essa intensificação da jornada e do ritmo de trabalho, conseqüente do processo de reestruturação produtiva atualmente utilizado pelas empresas, alguns autores apresentam argumentos enfatizando, inclusive, o fato do não pagamento das horas extraordinárias.

*“A reestruturação produtiva trouxe também o prolongamento da jornada de trabalho, geralmente com a não remuneração desse tempo, mesmo no centro da produção, as modernas indústrias (...). No trabalho precário, a questão tende a ser mais forte, por que ela se dá independentemente desses programas [de CCQ's e TQC's],*

*prevalecendo o velho estilo que alia a subremuneração a longuíssimas jornadas de trabalho.”(Buonfiglio, 1995, p. 7).*

Esta citação é contundente ao avaliar as conseqüências do processo de reestruturação sobre as condições de trabalho. Entretanto, há que se salientar que essas conseqüências estão também presentes em outros aspectos, como por exemplo, quanto aos treinamentos e qualificação direcionada aos novos profissionais que se inserem no mercado. Assim, pretendemos em seguida, discutir a questão da qualificação profissional segundo as diferentes realidades de trabalho dos eletricitários da CERJ.

### **3.5 - Qualificação Profissional**

Como exposto anteriormente, todos os trabalhadores entrevistados tinham mais de dez anos de serviço prestado à CERJ. Deste universo, de sete trabalhadores do setor energético, quatro, aos serem admitidos, já tinham alguma experiência no ramo.

Mas, independente de ter ou não experiência anterior, todos passaram por processos de qualificação profissional. Uma ressalva há que ser feita. Os trabalhadores da área técnica e operacional sempre tiveram mais oportunidades de qualificação. Os trabalhadores entrevistados que eram da área administrativa, alegam que até faziam cursos, mas que maior atenção era dada aos envolvidos com a eletricidade.

O serviço em rede e linha de distribuição de energia elétrica, frente à sua natureza complexa, requer muito preparo para lidar com o perigo constante e em iminência, principalmente em se tratando de serviços realizados com a linha energizada. Esse elemento complicador (a periculosidade) é o substrato de vários questionamentos, em termos de qualificação, das instalações, dos equipamentos de segurança e das exigências e pressões que estes trabalhadores presenciaram e ainda presenciam.

## ***A Qualificação profissional na CERJ estatal***

A maioria dos trabalhadores entrevistados (cinco) quando o assunto era treinamento e qualificação, prontamente mencionaram o Centro de Treinamento da CERJ, localizado na Cidade de Macaé, Norte Fluminense. Os profissionais da área técnico-operacional, até por conta da complexidade que envolve o trabalho em eletricidade, realizaram muitos cursos. Ou seja, os demitidos, ou desligados da empresa, formavam o que o sindicato da categoria denomina a memória técnica da empresa. Vejamos os depoimentos e, em seguida, o que alguns autores falam sobre a qualificação profissional e as implicações dessa perda de memória técnica.

*“Treinamento, existia. Cursos, mais cursos. Fiz mais ou menos uns 8 a 10 cursos”* (Enc. Coop.).

*“É, existia lá na empresa anualmente um calendário de treinamento, em que você indicava os funcionários que estariam habilitados para determinado cursos...”* (Alm. Empr.)

*“Há muito tempo que não tem treinamento nenhum, de combate a incêndio, que era uma coisa que fazia todo ano, não tem mais. Mas eu já fiz vários cursos na CERJ, eu fazia treinamento, ..., sempre tinha treinamento, sempre tinha palestra com o inspetor de segurança, médico do trabalho e, de dois anos p’ra cá, não tem mais nada disso. A gente sente até falta e muita falta.”* (Eletr. CERJ)

*“É, sistema de treinamento mesmo....geralmente era no Centro de Treinamento, lá tinha treinamento p’ra eletricista, tinha p’ra almoxarife. Tinha [para] diversas qualificações, então era no Centro de Treinamento”* (Alm. Coop.).

*“... se era eletricista, por exemplo, de rede, fazia uma vez, depois você [fazia] qualificação p’ra encarregado. Depois, eu fiz também primeiros socorros, depois fiz medicina do trabalho, fiz diversos cursos. De vez em quando, tinha treinamento lá de primeiros socorros, de descer do poste, primeiros socorros mesmo,...., era quase de rotina, anualmente tinha”* (Enc. Empr.).

*“Ela tinha o Centro de Treinamento lá em Macaé. Fazia treinamento lá. Dependendo do curso ,levava um mês, às vezes, dois meses. Para o curso de linha viva levava mais, era um curso mais longo. Eu, pelo menos, já fiz curso lá umas três ou quatro vezes” (Eletr. Empr.).*

A referência dos trabalhadores, em termos de treinamento e qualificação profissional, é direcionada ao Centro de Treinamento em Macaé. Mas, essa atenção toda especial dispensada aos trabalhadores da área técnica, ou seja, para os que lidam diariamente com os serviços de eletricidade, desperta um certa insatisfação dos funcionários da área administrativa. Um dos funcionários que era da área administrativa na CERJ e continua na área administrativa, só que na Empreiteira, reclamou pela falta de atenção a estes trabalhadores.

*“Ela dava mais ênfase p’ra área técnica, mas, mesmo assim, [de] forma que poderia ser até bem melhor. Mas, de qualquer maneira sempre foi muito mais bem vista do que a área administrativa.” (Alm. Empr.)*

Independente de ser da área técnica ou da área administrativa, é certo que essa mão de obra era qualificada. Essa memória técnica qualificada não se encontra mais na CERJ. Isto traz como conseqüência vários aspectos. Primeiramente, foi um investimento que a empresa fez, mas que, ao fim do processo, não soube dar a estes trabalhadores a consideração pela qualidade do trabalho. Outro aspecto refere-se à desqualificação desta categoria, que está sendo vivenciada, por conta do processo de terceirização dos serviços, tendo como conseqüência, segundo a visão destes trabalhadores, o aumento do número de acidentes e a queda na qualidade da prestação do serviço ao consumidor.

Quanto ao aspecto da memória técnica da empresa, das pessoas que ajudaram a construir a história da CERJ, vejamos o que alguns autores têm a dizer:

*“A memória técnica da empresa são os funcionários. Eles sabem os detalhes de cada coisa, os recursos de criatividade. Não adianta escrever isso no papel e demitir o funcionário. O substituto, sobretudo nesse esquema terceirizado, jamais vai ter o*

*desempenho daquele com longos anos de prática e amor pela empresa. O funcionário é um arquivo, ele veste a camisa da empresa, enquanto o terceirizado, não” (Carlos Santana APUD Mineiro, P., 1998, p. 31).*

*“Em documento divulgado durante a Audiência Pública, o CREA-RJ denunciou os serviços caóticos que vêm sendo prestados pela Companhia. O Conselho aponta a redução maciça do quadro de pessoal (inclusive de técnicos da área de manutenção) como a causa da deterioração dos serviços da CERJ. A empresa, no afã de maximizar lucros, demitiu em massa, liquidando com sua memória técnica, sem se preocupar com a queda da qualidade dos serviços prestados” (CREA-RJ, 1998, p. 06).*

A citação acima foi extraída de uma revista de circulação restrita, mas que denota uma preocupação com a realidade do setor elétrico no Rio de Janeiro, principalmente na Região Metropolitana do Estado que é atendida pela CERJ. A queda na qualidade dos serviços prestados por esta empresa causou muitos prejuízos aos consumidores. Nos jornais de circulação popular, as reclamações eram muitas e com certa constância. A ineficiência do serviço tem suas raízes também no processo de qualificação e treinamento da mão de obra, mão de obra essa que não mais pertence, em sua grande maioria, à CERJ, e sim às empreiteiras, consonante com um processo de terceirização intensificado e, segundo esse documento do CREA, irresponsável.

O pretense objetivo, a seguir, é o de esboçar uma contextualização da realidade de trabalho em termos de qualificação e treinamentos nas empresas que prestam serviço à CERJ, iniciando com a empreiteira, em seguida, na cooperativa e, por fim, como está essa situação na CERJ privatizada.

### ***A qualificação nas Empreiteiras***

Os funcionários que faziam parte do quadro de efetivos da CERJ e que foram desligados da empresa, ao se reinserirem no mercado, o foram com uma grande bagagem em termos de qualificação e treinamentos oferecidos pela CERJ. Na

empreiteira analisada, o trabalhador que entra, conta com um curso introdutório, de como subir no poste, como montar um poste, enfim, ensinamentos básicos. Apesar de serem oferecidos, os cursos não são tão bons, quantitativa e qualitativamente, como os da CERJ. Os que já estão na empreiteira há algum tempo, não contam com cursos de qualificação ou reciclagem profissional.

*“Eu acho que a mão de obra piorou. Eu acho que piorou muito porque o pessoal é menos qualificado, sabe? Acho que piorou muito por causa disso, porque essas pessoa que vêm e trabalha em empreiteira, eles vêm, não tem qualificação”* (Enc. Empr.).

*“Eles tinham que fazer uma seleção e preparar mais o eletricista, porque hoje, na empreiteira, eu não sei se ‘tá assim. Mas, logo quando privatizou, o cara era cozinheiro e entrava como eletricista, trabalhava comigo e ele não sabia nem pegar no alicate, aí eu perguntei a ele: Vem cá, tu trabalhou de eletricista aonde? Ele disse: Não, eu, eu não sou eletricista, eu era cozinheiro da marinha, ‘tô de licença prêmio e aí ‘tô trabalhando. Agora, o que acarreta isso? Salário, né. Salário da empreiteira é pequenininho, então, o cara diz que é eletricista, não quer nem saber se o cara tem na carteira”* (Eletr. CERJ).

*“Então, bota essas pessoa que não sabe fazer. Às vezes, deixa sem luz, chama outro p’ra ajudar, entendeu. Então, muitos que não estão preparado e vem a acontecer um negócio qualquer. Tem pessoas que não sabe se tem que abrir uma chave ou não. Aí na Empreiteira, tem pessoa que queimou em alta tensão, às vezes vai pegar um poste, deixa esbarrar na rede, tudo isso. Não tem aquele preparo”* (Eletr. Empr.).

Façamos um contraponto desses depoimentos com o que Antunes (1997) e Buonfiglio (1995) argumentam sobre esse processo de reestruturação produtiva que as empresas vêm empreendendo.

*“...Vivencia-se também uma subproletarização intensificada, presente na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, ‘terceirizado’, que marca a sociedade dual no capitalismo avançado(...). Há, portanto, um processo de*

*maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora”* (Antunes, 1997, p.p. 42-43).

*“A reestruturação produtiva tem um significado bem mais amplo que um rearranjo na produção, pois atinge diretamente os trabalhadores, as relações de trabalho estabelecidas, as conquistas obtidas em mais de um século e meio de lutas, os sindicatos. Em nome da qualidade, da modernidade, hoje cortam-se empregos, benefícios, estabilidade ou qualquer promessa de carreira ou emprego certo, prolonga-se a jornada de trabalho, freqüentemente sem remuneração, promove-se o salário variável que, em períodos de crise, significa perdas (...) florescem a subcontratação, o emprego precário que são acompanhados por piores condições de trabalho e de remuneração (...). A fragmentação dos trabalhadores, é ainda maior, o que favorece o individualismo, a diversidade de situações de interesses. E tudo em nome da ‘Qualidade’”.*(Buonfiglio, 1995, p. 5)

### **Na Cooperativa**

Nas cooperativas, assim como nas empreiteiras, os trabalhadores enquanto eram do quadro da CERJ estatal, participaram de cursos de qualificação e aperfeiçoamento técnico. Pode-se dizer que estes profissionais são qualificados, entretanto, o mesmo não podemos dizer dos funcionários da cooperativa que, pela primeira vez se inserem no ramo da eletricidade. Como já mencionado na metodologia, nas cooperativas não existem eletricitas que tenham sido funcionário da CERJ estatal. O encarregado de turma da cooperativa alegou que quando existem mudanças nos procedimentos, a própria CERJ privatizada, se encarrega de fornecer pequenos treinamentos aos eletricitas, mas não são realizados cursos de atualização para os encarregados nem para o responsável pelo almoxarifado.

*“Faz, esse pessoal da parte elétrica, vai lá [na CERJ], principalmente esse pessoal novo que entra, não conhece”* (Alm. Coop.).

“Não, por enquanto não. Tem o conhecimento que nós viemos da CERJ” (Enc. Coop.).

Entretanto, a realidade dos que continuam na CERJ privatizada, pelo menos em termos de ritmo e jornada de trabalho, bem como de qualificação e treinamento não é muito diferente da situação dos trabalhadores de cooperativas e empreiteiras. A seguir, vejamos como estão o treinamento e a qualificação dos que ***ainda*** continuam na empresa.

### ***Os remanescentes da CERJ privatizada***

Um dos trabalhadores que continuam na CERJ, hoje privatizada, coloca muito enfaticamente essa questão da qualidade da mão de obra que a empresa dispõe atualmente.

*“A mão de obra que eu tenho trabalhando hoje comigo é terceirizada e de péssima qualidade. A ordem que eu tenho aqui, como chefe de setor, é quem escreveu não leu, manda embora, manda vir outro (...) Eles não estão preocupados com qualidade, eles querem quantidade, qualidade eles não são nem aí.(...) A empresa fornecia cursos de aperfeiçoamento no setor. E hoje não existe mais isso, entendeu? Não existe mais curso de aperfeiçoamento, onde que ‘tá ocorrendo diversos acidentes por a pessoa não ter a noção do perigo com que trabalha.”(Alm. CERJ)*

Pode-se constatar, frente aos depoimentos dos trabalhadores entrevistados que, ao se referirem às conseqüências da privatização, da forma como foi feita, quando não alegaram ter havido uma intensificação da jornada e do ritmo de trabalho, enfatizaram a perda da qualidade do serviço prestado ao consumidor. Entretanto, essa realidade não foi apenas vivida na CERJ, nem só no Rio de Janeiro. Outras companhias estaduais também passaram por reestruturações, como é o caso da CEMIG, apesar desta não ter sido privatizada. A terceirização e o enxugamento da empresa também foi uma diretriz

implantada pela CEMIG, que é uma das maiores e mais produtivas indústrias de energia elétrica do país.

*“A CEMIG competitiva significa levar a empresa a oferecer um produto e serviços de qualidade, ter lucro, ser uma empresa ‘enxuta’. Neste contexto, vale lembrar que do ponto de vista da gerência da empresa, ela se sente também ameaçada com a privatização global da mesma”* (Aranha & Cunha, 1996, p. 93) .

Aranha & Cunha (1996), em um texto dedicado a analisar os principais elementos do processo de reestruturação da CEMIG, sob o ponto de vista de seus trabalhadores, deixa bem claro como foi o processo de terceirização na CEMIG.

*“Uma realidade angustiante para uma enorme parcela dos trabalhadores da Cemig tem sido o aluguel de mão de obra, através de empreiteiras prestadoras de serviço, que na verdade apenas intercediam a mão de obra. Esses trabalhadores, embora possuam a mesma jornada de trabalho e cumpram as mesmas ordens dos gerentes da Cemig, não possuem os mesmos direitos dos trabalhadores efetivos da Empresa. Este fato, aliado à falta de treinamento adequado desses profissionais, tem resultado em constantes e graves acidentes de trabalho(...)”* (Aranha & Cunha, 1996, p.p. 117-118).

A defasagem dos treinamentos para a mão de obra sub-locada, traz conseqüências negativas, resultando em problemas para o trabalho conjunto. Aranha e Cunha (1996) apontam esta questão de forma clara.

*“O tipo de serviço prestado cria dificuldades; de qualidade inferior ao prestado pela CEMIG, muitas vezes implica em retrabalho, o que contradiz os pressupostos da QTC”* (119).

Em seguida, estas autoras se referem ao depoimento de um trabalhador da CEMIG, que comprova essa realidade.

*“Por que o serviço é de pior qualidade, desmerecendo a mão de obra do trabalhador que foi qualificado para aquilo, que foi treinado, foi burilado para aquilo na Escola de Sete Lagoas. Então depois colocam um terceiro p’ra poder fazer aquilo que ele faz e com uma péssima qualidade. Quem perde com isso é o consumidor e a própria empresa (Eletricista 2)” (Aranha e Cunha, 1996, p. 119).*

No caso específico da CERJ privatizada, já foram colocados alguns depoimentos de trabalhadores das três inserções, que alegam ter havido perda da qualidade da prestação de serviço, por conta da falta de critérios na seleção dos que pretendem ingressar no ramo de distribuição de energia elétrica.

Sumariamente, pode-se considerar que as condições adversas de reinserção no mercado de trabalho, acabam por trazer à tona vivências convergentes, ou seja, realidades de trabalho bem parecidas. Ou melhor, independente da empresa em que se está inserido, constata-se não só o aumento do ritmo e da jornada, como também de uma defasagem no processo de qualificação dos eletricitários.

A qualificação é um passo primordial para o processo de conscientização destes trabalhadores sobre o seu processo de trabalho, principalmente se levarmos em conta o caráter de periculosidade a ele inerente. Nosso foco de atenção está sendo direcionado às condições de trabalho na CERJ, nos momentos anterior e posterior à privatização da Empresa. Desse modo, a seguir, pretende-se levantar como estava a situação dos estoques no almoxarifado da CERJ estatal, no período da privatização e posteriormente a ela. Neste último momento, pretendemos fazer um contraponto com a realidade das empreiteiras e cooperativas.

### **3.6 - Materiais e Ferramentas de Trabalho**

As características de precarização das condições de trabalho com o processo de privatização da CERJ também pode ser avaliado frente ao sucateamento na empresa, quanto aos materiais de reposição e conserto, viaturas e também de suas

instalações. Estas situações podem ser observadas também mediante o depoimento dos trabalhadores.

### ***Na CERJ estatal***

Em primeiro lugar, destaca-se que, a falta de material só foi relacionada por um trabalhador, com referência a morosidade do processo burocrático da CERJ estatal. Ou seja, o problema é mencionado por um dos trabalhadores entrevistados, justamente o que havia sido responsável pelo setor de compras na CERJ estatal. Ele atribui a falta de material de então, ao processo burocrático que se tinha que empenhar para que reformas, melhorias, construções e aquisição de equipamentos e materiais fossem realizadas. Ou seja, todo pedido de compra devia passar pelo aval de alguns setores até chegar ao Tribunal de Contas do Estado, para que a verba fosse liberada. Ele relaciona a falta de material como a falta existente no período entre o pedido de verba, as licitações e as compras. Em seu depoimento, ele enfatiza que:

*“Eu ‘tava prestando serviço p’ra CERJ e tem falta de material e não vai acabar nunca, vai sempre faltar, porque o número de itens do estoque é muito grande, você pode ter um exemplo de mil itens, um entre mil que falte, é um item fundamental e vai criar problema em toda parte, em todo material que existe no estoque. Nem sempre a culpa era da CERJ, de fato, era a morosidade que existia no processo, por conta da morosidade que existia porque, por ser estatal, tinha essa dificuldade. Hoje, por exemplo, não teria tanto problema, porque não existe nada que impeça uma compra ágil na CERJ. Então, era por isso que existia essa demora na reposição do material”* (Alm. Empr.).

Em um documento da CERJ, que faz um histórico e mostra as perspectivas da empresa, esse aspecto também é mencionado:

*“Um dos grandes problemas que vem afetando o desempenho da CERJ nos últimos meses decorre da situação de esgotamento dos seus almoxarifados conjugada ao processo para aquisição de materiais, cuja dinâmica é lenta. A partir da emissão de*

*um pedido hábil costuma decorrer 140 dias até a chegada do material, tendo-se, em alguns casos que aguardar ainda os prazos de entrega dos fornecedores. A demora decorre da incompatibilidade do funcionamento da empresa concessionária, subordinada às leis estaduais mais concebidas para a administração direta. Apesar disso, um grande esforço tem sido empregado para melhorar a situação” (SECIERJ, 1988, p. 31)*

No período, em que as primeiras evidências da privatização tomaram forma, seis dos sete trabalhadores, alegaram ter havido falta de equipamento necessário para a realização dos trabalhos. Com essa possibilidade em vista, a situação começou a mudar. Os períodos precedentes à privatização foram caracterizados pelos trabalhadores como bastante difíceis para se trabalhar. A falta dos materiais, equipamentos e condições precárias das instalações e viaturas foram mencionadas.

*“Antes da CERJ privatizada, teve uma época aí que era ruim p’ra caramba, não tinha material nenhum” (Eletr. CERJ).*

*“Fazia o possível p’ra arranjar material p’ra poder ir p’ra uma obra ali, quer dizer, ‘tava sempre faltando, então a gente procurava, o máximo, aproveitar algum material” (Alm. Coop.).*

*“Existia muita falta de material. Material de trabalho mesmo. Tinha que ‘tá improvisando tudo, dando jeito em tudo, começou a faltar material” (Eletr. Empr.).*

*“Que mais incomodava era só as instalações e as viaturas, no final, tudo ruim. No final ‘tava faltando mesmo, alguma coisa não ‘tava tendo mais não. Tanto de segurança como de reposição” (Enc. Empr.).*

*“Pré privatização, faltou material. Começou a faltar material. Houve falta de material” (Enc. Coop.).*

### **Na CERJ privatizada**

*“Hoje a empresa visa à arrecadação. O interesse maior da empresa hoje é arrecadar. Então, no caso aqui, as condições ‘tão bem precárias em vista do que era, ou seja, esse prédio aqui, é um prédio imenso, existe cerca aqui de umas 20 salas, na verdade só tem uma ocupada, que é essa que eu trabalho aqui. O resto ‘tá tudo desativado por que aqui era uma área operacional e essa área foi toda terceirizada. Quando eles tinham em mente privatizar, eles pararam de comprar. Então a empresa começou a trabalhar num saldo de material muito baixo. Por que a margem de material era uma coisa muito mínima”* (Alm. CERJ).

Este mesmo trabalhador colocou uma outra questão bastante importante. A transferência do controle acionário da Empresa por estrangeiros traz à tona o problema do aumento da importação de muitos materiais e equipamentos. Enquanto estatal, a CERJ comprava o material de fornecedores nacionais e hoje, com a privatização, começa a haver a aquisição de muitos materiais importados. Observe o depoimento deste trabalhador.

*“A maioria hoje são importados do Chile e são materiais de péssima qualidade. Materiais que ‘tá trazendo uma série de transtornos p’ro pessoal do almoxarifado. Você pega uma caixa, vem dizendo que dentro de cada caixa tem 100, quando você abre e conta, tem 98, 97, nunca vem a quantidade correta”* (Alm. CERJ).

Quando a CERJ era uma estatal, isso não acontecia; segundo ele:

*“[Antigamente] Não, era a maior parte, 99%, produto nacional”* (Alm. CERJ).

Concluimos que a falta de material começa a ter maior vulto com o início do processo de privatização da CERJ. Antes desses momentos complicados, a empresa só tinha problemas com o desguarnecimento do almoxarifado, por conta da morosidade dos processos burocráticos-administrativos entre os períodos de requisição, licitação, compra e entrega desses materiais pelos fornecedores. Entretanto, a questão do uso dos equipamentos de segurança se desmembra em, pelo menos três possibilidades, a real falta desse material, a resistência ao uso destes por parte de alguns trabalhadores

e, por fim, pela atual falta de qualificação dos que agora ingressam no ramo e manutenção das linhas de transmissão e redes de distribuição de energia elétrica.

### ***Na Empreiteira***

Entre os entrevistados na empreiteira, não houve nenhum tipo de reclamação quanto à falta de material ou equipamento de trabalho. Em compensação, o encarregado de turma colocou a questão da qualidade do material, que, segundo ele, piorou.

*“Eles tão querendo melhorar alguma coisa, mas a parte de material é muito pior, completamente diferente. Material de parte elétrica, fio, cabo, mudou, vai ser muito mais fácil de dar defeito”* (Enc. Empr.).

A reclamação deste encarregado de turma da empreiteira vem ao encontro do que o responsável pelo almoxarifado alegou. Ou seja, tem havido uma queda na qualidade da mão de obra e também dos materiais. Indubitavelmente, esse contexto de precarização dos equipamentos e mão de obra vem acrescentar mais riscos e cargas ao processo de trabalho na energia elétrica, que já é substancialmente perigoso.

A falta de material coloca, dentre outros resultantes, o problema das condições seguras para a realização do trabalho, que, no caso da energia elétrica, é perigosa por si só. Por isso, as políticas de prevenção de acidentes e de saúde e segurança no trabalho, são aí imprescindíveis. A seguir, pretendemos levantar como está a questão dos equipamentos de segurança, fazendo um contraponto entre as empresas terceirizadas e cooperativas de trabalhadores que prestam serviço para a CERJ privatizada.

### **Equipamentos de Segurança**

## Na CERJ estatal

Tendo em vista as condições mínimas de segurança no setor em geral pretendemos, agora, ver como os trabalhadores percebem isso, enfocando os equipamentos de segurança e a manutenção destes. Quanto à confirmação ou não da falta de equipamentos de segurança na empresa, no momento anterior a privatização, em termos de EPI (equipamentos de proteção individual), os ex-funcionários da CERJ alegam que isso ela não deixava faltar, a não ser pelo motivo anteriormente exposto, de morosidade na aquisição de material. Entretanto, cabe frisar que essa falta de material é peculiar apenas à época precedente à privatização.

*“Não, o equipamento de segurança lá, não é dizer que é ruim não, o equipamento de segurança era bom. Só que, é que muitas pessoas não gostava de usar”* (Eletr. Empr.)

*“Em relação a isso, eu acho que na CERJ existiam algumas falhas, como é normal. Acho que mais pelo lado do empregado do que propriamente pela empresa. Eu acho que nunca faltou, faltou mas nunca pela constância, é uma falta normal, falta no estoque, aquele espaço entre a falta do estoque e a compra. E às vezes, quando acontecia, com a falta de material. Mas não com muita constância e não de uma forma que viesse a prejudicar o serviço da empresa”* (Alm. Empr.).

Os três entrevistados e que eram responsáveis pelo setor de almoxarifado, alegam que o caso deles é peculiar. Por estarem quase que diariamente envolvidos com atividades burocráticas e administrativas, os equipamentos de segurança que mais utilizam, quando utilizam, são as botas com biqueiras de aço, uniforme, capacete e luva. Uma ressalva, no momento da entrevista, os três vestiam roupas comuns, não usavam uniformes das respectivas empresas.

*“O equipamento de segurança do almoxarifado é luva, é uniforme normal e bota com biqueira de aço. Por que com biqueira de aço? Que cair um peso em cima do pé da pessoa, não vai machucar”* (Alm. CERJ).

*“De segurança são, equipamento de segurança, quem usa muito é o pessoal de eletricidade, entendeu?” (Alm. Coop.).*

*“Durante o ano era fornecido dois jogos de uniformes com seus EPI’s para cada funcionário, sendo que, se deteriorasse antes do tempo, a qualquer instante, poderia ser trocado...Se qualquer um desses componentes se deteriorasse antes do prazo estabelecido, trocava-se por um novo” (Alm. CERJ).*

Os cinco demais afirmaram que, em termos de equipamentos de segurança e do processo de vistoria e manutenção destes, a situação era positiva. A CERJ não tinha problemas quanto à distribuição dos equipamentos de proteção individuais. Anualmente, ou quando necessário, os equipamentos eram encontrados no almoxarifado.

*“De acordo com, digamos assim, com os defeitos que surgia, sempre foi substituído por outro. Tanto de uso individual como de uso coletivo” (Enc.Coop.).*

*“Os equipamentos de segurança na CERJ, p’ra mim que trabalhava na linha viva, toda vida teve equipamento de segurança. Todos os equipamentos. Graças a Deus nessa área nunca faltou material de segurança. Hoje, eu não sei, porque eu tô trabalhando na prontidão. No nosso caso, é luva de 20.000, na prontidão, é especificamente, é o bastão, a vara de manobra, adequada” (Eletr. CERJ).*

Este último depoimento é de um trabalhador que continua na CERJ. Quando questionado acerca da manutenção destes equipamentos, ele alegou que hoje em dia, ele não sabe como está a manutenção desses equipamentos. No caso, o equipamento que foi alvo de questionamentos levantados pelo próprio trabalhador, foram as luvas de borracha. Ele ficou bastante preocupado com esta questão e chegou a mencionar a possibilidade de conversar com seu chefe, para saber como está sendo realizada a vistoria destes equipamentos.

No caso das luvas de borracha, testes simples, visuais, diariamente, e com o inflador, periodicamente, podem evitar grandes acidentes e danos. Na linha viva, ou energizada, equipamentos e ferramentas têm elementos isolantes que devem ser

preservados e, em hipótese alguma, podem estar expostos à chuvas ou umidade. Ao fim de cada jornada de trabalho, estas luvas devem ser lavadas e secas para a realização do teste visual.

Os depoimentos, a seguir, demonstram como a questão do uso dos equipamentos de segurança pelos trabalhadores é bastante complexa, principalmente em termos de realidade de trabalho em empreiteiras e cooperativas.

### ***Na Cooperativa***

Os encarregados de turmas têm muita dificuldade em lidar com o problema dos equipamentos de segurança individual, principalmente no caso das luvas. No caso do depoimento acima, o encarregado afirma que há uma resistência para o uso das luvas, principalmente para os que estão entrando agora no ramo.

*“Os novos são as pessoas que nunca trabalharam nesse ramo, então, ‘tá se entrosando agora. A gente tem que ficar rebatendo nisso p’ra eles o tempo todo, bota a luva, bota a luva .O capacete usa normal, mas a luva é uma parada, tem que sempre dando em cima”* (Enc. Coop.).

As luvas de trabalho para atividades em geral é confeccionada com couro e cobre só a mão, por isso se chama luva de vaqueta. Mas, para a realização de tarefas mais minuciosas na rede, as luvas são de borracha e protegem a extensão do braço e antebraço. Durante o verão, principalmente, os trabalhadores resistem ao uso das luvas, por incomodar bastante. Com o capacete, não se tem esse problema. Isso ocorre também em outros locais, como nas empreiteiras, por exemplo. Mas, não são só os encarregados que sentem essa falta de preparo para o trabalho na eletricidade, que é essencialmente perigoso, os próprios companheiros de trabalho, que foram funcionários da CERJ, vivenciam isso. A questão da resistência às luvas merecem uma maior investigação mais aprofundada, o que, entretanto, não foi possível realizar neste estudo, uma vez que, pelos motivos anteriormente expostos na metodologia, no quadro de funcionários da Cooperativa, não havia nenhum eletricitista na cooperativa que tivesse sido trabalhador da CERJ.

*“Não adianta você ter o equipamento e não saber usar. É por isso que eu acho importante a reciclagem, o treinamento do pessoal, que não adianta você botar luva, não adianta você botar bastão, não adianta você botar um detetor de corrente se você não ensinar a pessoa a usar”* (Eletr. CERJ).

A Cooperativa que estudamos passou por sérios problemas administrativos, onde o desvio de uma grande quantidade de capital, fraudes dentro do próprio grupo de administradores, prejudicou o investimento na expansão de suas atividades. As dificuldades financeiras fizeram com que alguns associados se desligassem. Mas, os que ficaram e que estão na ativa, reclamam da precariedade de alguns elementos importantes, entre eles o equipamento de segurança.

*“[Equipamentos de segurança] Existe, um pouco precário mas existe”*  
(Enc.Coop.).

A situação das cooperativas é diferente da realidade das empreiteiras. Nas cooperativas, a grande maioria dos associados, principalmente os sócios fundadores, são ex-funcionários da CERJ e eles têm o conhecimento adquirido por anos de serviço à empresa. Estão, portanto, mais conscientes das características peculiares de seu trabalho e, por terem um número de funcionários bem menor que uma empreiteira, apesar das dificuldades, é menos complicado esse processo de conscientização. Fazemos um contraponto com a realidade das empreiteiras.

### ***Na Empreiteira***

Os trabalhadores que estão trabalhando nas empreiteiras não reclamam da falta de equipamento de segurança, mas questionam a falta de critérios na seleção dos novos empregados e de treinamentos.

*“Tem material de segurança. Não vamo’ dizer que não tem, porque tem. Têm até pessoas que não usa, tem pessoas que não têm jeito, não usam mesmo. Não têm aquele preparo” ( Eletr. Empr.).*

*“Não existe, não pode existir nenhuma reclamação de funcionário com relação a (Empreiteira) S., não pode existir isso, nós fazemos possível para existir um bom ambiente de trabalho” (Alm. Empr).*

Quanto à qualidade da mão de obra terceirizada, o responsável pelo almoxarifado acrescenta que:

*“É isso, eu acredito que a parte da terceirização, de uma forma não com muito rigor, ou preocupação, pode cair bastante a qualidade da prestação de serviço da CERJ. (...) Com a demissão, demissões de grande parte dos funcionários, ela começou a reciclar ,começou botar um pessoal novo, recém formado, com salário mais baixo, porque, afinal de contas não adquiriu experiência ainda” (Alm. Empr.).*

O contexto acima descrito revela um fator de preocupação já que, o serviço em redes de distribuição de energia elétrica, concentram um nível de periculosidade. Desse modo, treinamentos são imprescindíveis para esse processo de conscientização. Já que o assunto é periculosidade, os próprios trabalhadores reconhecem o caráter de periculosidade a que estão expostos e, em alguns casos, de insalubridade presente nos postos de trabalho. Algumas medidas, de cunho legal (normas e legislações que regulamentam o trabalho na energia elétrica) têm como objetivo salvaguardar as condições mínimas de segurança para a execução das tarefas.

A NR-10 é a norma regulamentadora das instalações e serviços em eletricidade.

*“Esta norma regulamentadora - NR fixa as condições mínimas exigíveis para garantir a segurança dos empregados que trabalham em instalações elétricas, em suas diversas etapas, incluindo projeto, execução, operação, manutenção, reforma e ampliação e, ainda, a segurança dos usuários e terceiros ”(Segurança e Medicina do Trabalho, 1995, p. 96)*

Tendo essa citação como referência, passamos, no próximo item, a levantar outros pontos que apareceram na discussão sobre a questão da segurança no trabalho, iniciando com a CERJ estatal.

### **3.7 - Políticas de Prevenção de Acidentes**

Na visão dos trabalhadores entrevistados, o índice de acidentes na CERJ estatal era reduzido. Entretanto, os números divulgados num documento resultante da vistoria do DNAEE à empresa (1993) traz à luz números bastante preocupantes.

*“Examinando o ‘Informativo Anual de Acidentes do Trabalho’ de 1992, constatamos que, ‘no quinquênio 1988/1992, a CERJ registrou 217 acidentes com perda de tempo (acidentes com afastamento do empregado) dos quais oito resultaram na morte do acidentado. Desses, a metade ocorreu quando o empregado dirigia veículo da própria Empresa. Neste primeiro semestre de 1993 ocorreram vinte e cinco acidentes por perda de tempo, sem registro de casos graves ou fatais” (STIEEN, 1993:24).*

A fala dos trabalhadores pode ser compreendida na medida em que, paradoxalmente, enquanto empresa estatal de distribuição de energia elétrica, o trabalho, com uma série de cargas e riscos conseqüentes do contato direto com a eletricidade, tinha no trânsito um vilão. O número de acidentes encontrava-se dividido entre os derivados das atividades de construção e manutenção de energia elétrica e os acidentes de trajeto, onde os acidentados dirigiam viaturas da empresa.

Na visão dos trabalhadores, antes da privatização, o número de acidentes era reduzido e isso poderia ser em conseqüência dos investimentos que a empresa fez ao longo de anos, através de campanhas de prevenção de acidentes, treinamentos, cursos e palestras. O trabalhador da CERJ era bastante qualificado, a mão de obra contava com reciclagens e qualificações profissionais. Isto tornava os trabalhadores mais

conscientes dos riscos a que estavam submetidos no desenvolvimentos das atividades laborais.

*“Veja bem, na CERJ, por ser ela uma empresa de serviços em relação à energia elétrica, pelo menos eu presenciei muito pouco. Eu presenciei mais acidente com viatura do que proporcionalmente na rede. Graças a Deus, nunca presenciei nenhum caso desse acidente fatal. Mas, para mim, vamos dizer, uma incidência maior que tinha era acidente com veículo dentro da empresa”* (Alm. Empr.).

*“Olha, fica até difícil eu falar, [porque], alguns anos atrás, não havia muito acidente. Não havia e havia pouquíssimo acidente mesmo. Você contava, tinha até uma placa lá, tantos dias sem acidente. E olha que nós ficamos seiscentos e poucos dias sem acidente, ou foi setecentos e pouco, eu não lembro. Eu tenho até retrato em casa que eu tirei nessa placa, logo depois que eu tirei o retrato, houve um acidentezinho”* (Elet. CERJ).

Em contraposição a esses dados, uma realidade bastante diferente é vivenciada hoje, com a reestruturação organizacional e gerencial da CERJ. Com a terceirização dos serviços, houve uma queda na qualidade de formação e qualificação de muitos trabalhadores que se inseriram neste ramo, ou, como diria Antunes (1997), uma desespecialização dessa categoria de trabalhadores. Como esse assunto já foi levantado anteriormente, quando falamos da precarização das condições do trabalho, nosso intuito, neste momento, é o de levantar uma questão bastante problemática: não existia, pelo menos até o período de realização das entrevistas, nenhuma Comissão ou Centro responsável pela prevenção de acidentes na empreiteira e cooperativa investigadas. Na CERJ, a CIPA até existia, mas com uma atuação menor, se comparada com a CERJ estatal.

### ***A CIPA na CERJ estatal***

Neste momento será enfatizado a questão da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) e sua atuação na CERJ estatal.

Todos os trabalhadores entrevistados sabiam da existência e atuação da CIPA na CERJ. Entretanto, apesar de saberem que tinham acesso às informações levantadas na CIPA, pouco menos da metade dos entrevistados - três trabalhadores - disseram que participavam das reuniões e eventos promovidos pela CIPA.

*“Quando tinha então, a gente participava de tudinho...e eu fazia parte na época da brigada de incêndio. E tinha também ...palestras ...sobre incêndio, sobre primeiros socorros” (Alm. Coop.).*

*“Todos os membros, todos os funcionários tinham acesso livre [e eu] participava de todas, que é a SIPAT” (Alm. CERJ).*

A SIPAT (Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho) era uma semana que tinha na prevenção de acidentes seu objetivo e suas diversas atividades estavam direcionadas para a conscientização destes trabalhadores. Entretanto, a participação destes trabalhadores contava com alguns reveses, ou melhor, nem todos gostavam ou queriam participar das atividades.

*Tinha, eu não sei se tem. Mas antigamente tinha...eu participava de todas as reuniões, eu participava de todos os cursos, mesmo sendo remunerado ou não” (Eletr. CERJ).*

Entretanto, outros três trabalhadores, apesar de saberem da existência da CIPA, não tinham interesse e não participavam dessa Comissão.

*“Não, isso era com o pessoal lá embaixo. Às vez, o pessoal saía convocado. Tinha, quando terminava, aquele período de negócio de CIPA, [no] finalzinho dava reunião p'ra nós” (Eletr. CERJ).*

*“Eu nunca participei da CIPA não...eu nunca quis participar da CIPA não, nem CIPA, nem sindicato, eu nunca quis participar” (Enc. Empr.).*

O sétimo entrevistado alega que, apesar de já ter participado da CIPA, o grande problema desse órgão era a resistência às mudanças, mas essas resistências eram mais por parte da administração do que dos empregados.

*“De fato, a CIPA na CERJ funcionava muito pouco, ou quase nada, pelo menos na minha época que eu participei da CIPA. Em função disso, e não pelas pessoas que compõe a CIPA, [não] pelo lado do empregado, mais pelo lado da reação das pessoas que não deixavam ela avançar, ou ela funcionar, como ela deveria funcionar, não dos empregados, pelo contrário, mais da parte administrativa” (Alm. Empr.).*

A resistência às mudanças é sempre uma variável que preocupa. Todo e qualquer processo de mudança, principalmente quando se trata de uma estatal de grande porte é, bastante difícil. Mas, o nosso objetivo, a seguir é o de levantar, segundo a fala dos trabalhadores, como está a situação da CIPA após a privatização da CERJ.

### **A CIPA após a privatização da CERJ**

Atualmente, com a contratação de mão de obra terceirizada, a empresa não tem mais vínculo com grande maioria destes trabalhadores. Em uma conversa com uma pessoa do RH da CERJ, esta pessoa que *“contratamos serviços e não mão de obra” (RH da CERJ)*.

Assim, a grande preocupação da empresa está no cumprimento do contrato firmado pelas empresas contratadas. Portanto, a forma como se dá a realização das obras não está em primeiro plano.

Além dos aspectos mencionados, outro fator que exige destaque, é o fato de que a CIPA na CERJ estatal já tinha problemas e, agora com a privatização, o poder de representatividade dessa Comissão sofreu alguns retrocessos. Um dos trabalhadores que continuam na CERJ argumenta que, atualmente, a situação da CIPA é bastante diferente. Ele que, dizia sempre demonstrar interesse em participar, hoje não tem mais tanto contato com a CIPA.

*“CIPA, eu sei que existe, só que eu não vi, de dois anos p’ra cá, eu não vi uma obra da CIPA. Eu sei que existe, eu, de vez em quando, vejo no papel Ilicção da CIPA. Agora, o que eles fazem, eu não sei”* (Eletr. CERJ).

Complementando esse depoimento, o outro trabalhador da CERJ enfatiza que o poder de representatividade da CIPA passa por momentos complicados, onde, até mesmo quorum para as reuniões se tornaram um problema.

*“Poder zero. Todo mundo tinha medo de falar qualquer coisa. E, há casos de reuniões de não ter nem quorum pra efetuar a reunião. ...Eu por exemplo, tenho reunião da CIPA amanhã, não sei se eu vou, não é que você não possa ir não. Ir você não pode mesmo, mas você esquece, você fica tão ocupado que você acaba esquecendo.”* (Alm.CERJ)

E nas Cooperativas e Empreiteiras, como está a situação da CIPA? Buscaremos levantar essa questão no próximo item.

### **Na Cooperativa**

Assegurar condições de segurança para a realização dos trabalhos é uma tarefa bastante difícil. É ainda mais preocupante, se levarmos em consideração o fato de que, na cooperativa abordada, não existia, até o momento da entrevista, nenhum órgão responsável pela prevenção de acidentes.

“

*“Pela segurança? Até teve , inclusive o rapaz também foi da CERJ. Agora, não sei por que motivo ele saiu”* (Enc. Coop.).

*“Não, aqui não tem CIPA não. Não, no momento, não. Nós tinha um inspetor de segurança, mas... no momento, não ‘tá mais não. Mas a CIPA, a CIPA tem na empresa, na CERJ, eu participei da CIPA e tudo, mas aqui não tem não. Tem o material de segurança que o pessoal usa, equipamento de segurança todinho, entendeu? Mas,*

*uma pessoa p'ra orientar assim, mensalmente ou trimestral, tem não. Reunião de CIPA tem não. Também 'tá montando agora, é nova, não 'tá bem estruturada ainda" (Alm. Coop.).*

Por ser uma cooperativa de trabalhadores, a cobrança por CIPA obedece a regimentos diferenciados. Portanto, não tivemos acesso a esses dados e não podemos fazer uma análise mais crítica dessa situação das cooperativas. Pelo menos, pela parte os ex-funcionários da CERJ, há muita bagagem de como trabalhar salvaguardando condições mínimas de segurança. Nossa grande preocupação se refere aos que estão entrando no ramo agora, que não tiveram treinamentos específicos. Apesar de terem sido poucas as alterações no processo de trabalho com a eletricidade, a necessidade por reciclagens e atualizações profissionais se tornam imprescindíveis, principalmente se levarmos em conta as atuais exigências do mercado, por constantes aperfeiçoamentos profissionais.

### ***CIPA na Empreiteira***

Vejamos, então, como os trabalhadores que se reinseriram no mercado de trabalho, através da Empreiteira, vivem a existência ou não da CIPA.

*"É, não existe uma CIPA. O que existe aqui, é um técnico de segurança em cada área, em cada centro operativo, é uma pessoa responsável pela área de segurança, que fica mais na parte de Recursos Humanos. Então, não existe uma CIPA, mas existem pessoas estratégicas, colocadas justamente [para] atender essa necessidade que tem de verificar, de ir ao local, ver se o pessoal 'tá trabalhando direitinho, se 'tá atendendo às exigências da CERJ, de segurança também, em relação ao acidente" (Alm. Empr.).*

*"Não sei. Tem um inspetor de segurança aí .Quase que não vai no serviço, na minha parte lá não vai. Aquele menino que era da CERJ, esse também não vai não. A visita de rotina não vai não" (Enc. Empr.).*

*“Tem aí o pessoal da segurança, tem o inspetor de segurança, tem a chefia responsável” (Eletr. Empr.).*

Se não há a CIPA ou se ainda sua atuação perdeu força - como no caso da CERJ privatizada - cabe-nos questionar como estão os índices de acidentes de trabalho; isso será feito segundo o depoimento dos trabalhadores, já que não foi possível obter números oficiais a respeito desse assunto. Contudo, posterior às falas dos trabalhadores, apresentaremos algumas considerações do CREA a respeito dos acidentes de trabalho no setor elétrico do Rio de Janeiro.

### ***Acidentes nas Empreiteiras***

*“Acidente, tem alguns. Mais é pessoa queimar aí na alta tensão, já teve diversos que levou carga de 11.000. Mas fatal mesmo, não teve não. Só teve uns que ficaram com seqüela” (Enc. Empr.).*

*“Na Empreiteira, acontece bem. Ultimamente andou havendo bastante acidente aí na Empreiteira. Vamos supor um negócio, muitas pessoa sem experiência, é a garotada nova, nunca trabalhou com isso” (Eletr. Empr.).*

*“De março p’ra cá eu acho que já aconteceu uns quatro ou cinco acidentes. Um foi fatal. Os outros eu não sei qual foi a gravidade, inclusive meu irmão, um acidente feio com ele e ficou em coma e não ‘tá bem até hoje. ‘Tá trabalhando, mas já é pela parte da Empreiteira. Esses acidentes todos que houve foi da Empreiteira. Empreiteira dá todo dia esses acidentes, Empreiteira é todo dia” (Eletr. CERJ).*

*“No geral, no geral, você vai ver que acidentes ocorreram aí, inclusive, graças à Deus, não foi com Empreiteira, infelizmente foi de outra empreiteira. Fatais, um que foi fechar a chave com a mão, outro foi fazer não sei o quê, tudo com abuso,*

*excesso de confiança. Mas na Empreiteira, graças à Deus, até hoje, aqui na Empreiteira, não houve nenhum acidente fatal” (Alm. Empr.).*

*“Mais comum, acho que não tem mais comum. ‘Tá direto, é com eletricidade, acidente de carro, é poste rolando em cima do pessoal, é cachorro que avança no pessoal, nas favelas, todo tipo de acidente que você possa imaginar. Uma pessoa que tenha trabalhado que cai, queda de escada” (Alm. CERJ).*

## **Os acidentes na Cooperativa**

A Cooperativa abordada, alguns meses antes às entrevistas, já havia acontecido dois acidentes graves, em ambos, o manuseio dos postes é que causaram lesões.

*“Acidente existe, mas constante não. Um acidente com ‘munck’, o rapaz machucou a mão, mas por imprudência dele que ‘tava operando, ele segurou o poste, ele ‘tava com a mão atrás do poste, quando o poste correu, foi com a mão no muro, muro chapiscado, aí ele puxou a mão, isso aqui [mostrando a face externa da mão] ralou tudo” (Enc. Coop.).*

*“Às vezes, o pessoal na rua pode se machucar na rua, pode se machucar. Mas, é um serviço mais de risco. É perigoso na rua, tem que ‘tá bem equipado, p’ra poder não acontecer, mas acontece, tem um colega ai se machucou. O colega se machucou, o poste machucou ele. Ele ‘tá em casa, mas foi um acidente que aconteceu. Ele era uma pessoa, andava sempre com segurança” (Alm. Coop.).*

Diante do quadro construído pelos trabalhadores da CERJ privatizada, da Empreiteira e da Cooperativa, de visível aumento do número de acidentes, será exposta, a seguir, uma colocação do CREA, sobre a precarização das condições de trabalho na indústria de energia elétrica.

*“O Presidente do CREA-RJ, José Chacon de Assis, usou da palavra durante a Audiência Pública para denunciar a CERJ como vice-campeã nacional de acidente de*

*trabalho, conforme denúncia do grupo de Engenharia de Segurança e Saúde do Setor Elétrico da Eletrobrás. Informou, também, que o Conselho investiga empreiteiras da CERJ com sede nos Municípios de São Gonçalo e Niterói que, de acordo com denúncias recebidas, se utiliza de mão de obra não qualificada e clandestina de trabalhadores peruanos em serviços de manutenção elétrica nas duas cidades” (Revista CREA, 1998, p. 06).*

Na verdade, o processo de terceirização já existia mesmo antes da CERJ ser privatizada, embora não em proporções tão grandes, como se fez após a privatização. Havia, na empresa, um plano de cargos e salários, o que permitia a maior qualificação e melhores remunerações. Mas, com a privatização em processo e, posteriormente com a concretização desta, o que se viu foi uma adoção da política de contratação de empresas que terceirizam seus serviços e mão de obra. Com isso, verifica-se uma redução do quadro de efetivos e qualificados, conseqüente desqualificação da mão de obra terceirizada, bem como a fragmentação e dissolução das entidades representativas, o que traz vários desdobramentos para estes trabalhadores e para a sociedade, em geral. Quanto à terceirização e às perdas conseqüentes à isso, Claudia Barbosa, num estudo sobre os impactos da reestruturação produtiva sobre a saúde do trabalhador, afirma que:

*“Quanto aos trabalhadores, vários aspectos devem ser observados. Num dos aspectos da terceirização, que é a prestação de serviços, empregados são cedidos a grandes empresas, através de contratos, para a realização de tarefas específicas. Nestes casos, empregados da empresa contratante e os contratados, compartilham o mesmo espaço, mas com funções e tratamentos diferenciados. Os empregados contratados recebem salários bastante inferiores. São fiscalizados tanto pelos empregados da empreiteira quanto pelos empregados da contratante. Não costumam receber nenhum treinamento específico para a atividade que estarão a desenvolver, o que poderá acarretar inúmeros riscos na sua execução .Muitas vezes, estes empregados recrutados por prestadoras de serviços não possuem qualquer qualificação ou mesmo instrução” (Barbosa, 1994, p. 24).*

Diante da gravidade desse quadro, não poderíamos deixar de investigar, com estes trabalhadores, quantos já sofreram algum tipo de acidente e, caso positivo, qual a visão deles sobre o acidente.

Dos sete entrevistados, 6 não haviam sofrido nenhum acidente grave.

*“Graça à Deus, não. Até agora, graças à Deus, eu nunca tive nenhum tipo de acidente”* ( Alm.Empr.).

*“Foram dezesseis anos sem nenhum acidente”* (Eletr. CERJ).

*“Não, graças à Deus eu, esse tempo todinho, eu nunca sofri um acidente”* (Eletr. Empr.).

*“Aqui, eu só machuquei o dedo”* (Enc. Coop.).

Entretanto, um dos entrevistados sofreu 3 acidentes na época em que trabalhava na CERJ e um, depois de ter seu contrato de trabalho cassado e ser admitido na empreiteira.

Na CERJ:

*“Primeiramente eu quebrei o dedo, depois quebrei o pé, depois cai do poste”* (Enc. Empr.).

Na empreiteira:

*“Só na vista, furei a vista”* (Enc. Empr.).

Na verdade, ele não furei a vista. Num procedimento de poda de árvore, ele estava sem os óculos de segurança e um pequeno pedaço de madeira entrou no seu olho direito. Só que não foi possível removê-lo com procedimentos simples e este

trabalhador teve que passar por um tratamento delicado, após ter sido necessário realizar uma micro incisão cirúrgica oftalmológica, para a remoção do corpo estranho.

Concluimos que, dos sete entrevistados, apenas dois relataram ter sofrido algum tipo de acidente. Um deles, pertencente à Cooperativa, machucou o dedo de uma das mãos e, na ocasião da entrevista, ele estava trabalhando, mesmo com um curativo no dedo. O outro, depois de já ter sofrido três acidentes na CERJ, durante os 18 anos de serviço ali prestados. Em menos de dois anos de serviço na Empreiteira, estudada, ele já havia sofrido outro acidente, que necessitou de um procedimento cirúrgico no olho afetado.

Contudo, ainda em termos de saúde no trabalho, algo que particularmente não esperava encontrar e que, portanto, não havia sido previsto no questionário é o problema da dependência química. Entretanto, no depoimento de dois trabalhadores, isso foi um fator por eles percebido. Dos trabalhadores que relataram essa problemática, um deles havia exercido cargos de chefia na empresa e o outro, atualmente é o chefe do almoxarifado da CERJ. No depoimento deles, a ênfase está no álcool e no fumo.

*“Não, o que eu vi que ocorria com determinados companheiros aqui, era alguns com problema com alcoolismo, entendeu? Tinha muitas pessoas aqui com dependência alcohólica, mas agora, a nível de doença ocupacional, eu não lembro de nenhuma não, realmente não lembro. Havia campanhas de prevenção com relação ao tabagismo e alcoolismo. Mas eu já vi companheiros de outros setores que teve problema, efisema pulmonar devido ao excesso de cigarro e alguns com cirrose hepática devido ao consumo excessivo de álcool, então houve alguns fatos assim” (Alm. CERJ).*

*“Não, o que existia na CERJ assim com mais, com maior incidência é alguma coisa que eu não posso nem dizer que fosse doença. A questão do alcoolismo. Alcoolismo, que a incidência era muito grande e existia um grande trabalho na CERJ, tentativa de pelo menos acompanhamento pelo Serviço Social da CERJ, com internações. Eu, eu também acompanhei um caso desse que, inclusive, se tornou fatal, mas não por falta de assistência, ele foi internado mas, infelizmente, já passou, já não era mais um vício, para mim já era uma doença” (Alm. Empr.).*

Já que estamos nos referindo a doenças e a condições propícias para um trabalho seguro, o controle da saúde desses profissionais se torna imprescindível. E, como muitas vezes estes trabalhadores não tinham tempo de fazer controles periódicos de sua saúde, os exames periódicos, por vezes, eram os únicos realizados. Na época da CERJ estatal, estes exames eram realizados periodicamente. Mas, depois que a empresa foi privatizada, isso não estava sendo feito. Cabe ressaltar que isso é para os que continuam na CERJ, apesar de que, nas empresas terceirizadas, também não realizam estes exames. Para fins de exposição, primeiro colocaremos o depoimento dos trabalhadores que continuam na CERJ, em seguida os da empreiteira e, por fim, os da cooperativa.

### ***Os exames periódicos na CERJ privatizada***

Com o processo de privatização da CERJ, até mesmo os exames periódicos deixaram de ser realizados. Os dois trabalhadores que continuaram na Empresa após a privatização, alegam que a inexistência destes se remontam ao momento em que é decidida a venda da CERJ, e que há uma estagnação nos diferentes setores da empresa.

*“Era anualmente, mas eu já ‘tou há três anos sem fazer periódico, porque, quando a empresa se propôs a ser privatizada, o governo fez o seguinte: primeiro, vamos sucatear p’ra vender barato. Então, não houve investimento em parte nenhuma na empresa, nem mesmo no empregado quando já estava p’ra ser privatizada. É, começaram agora. Mas, eu acho que é p’ra mandar o pessoal embora” (Alm. CERJ).*

*“É, agora ‘tou com eles aí p’ra começar a fazer segunda-feira. Não tinha feito nenhum exame. Agora, eu acho que só fazia quando ele ia ser demitido, aí, eu acho que é por lei” (Eletr. CERJ).*

Essa realidade não é muito diferente da encontrada nas empreiteiras e cooperativas, vejamos a seguir como estão sendo vistos os exames periódicos nestas diferentes realidades.

### **Na empreiteira**

Na empreiteira investigada ainda não foi implantando o ambulatório médico, que estava sendo construído na época da entrevista, e, a não realização dos exames periódicos está condicionada, segundo depoimento de um dos trabalhadores da empreiteira, à não existência desse ambulatório. Segundo ele, tão logo a obra termine, será implantado o ambulatório, para fins de procedimentos mais simples e também para a realização dos exames admissionais e periódicos.

*“Não, veja bem, existe o admissional e depois se procurou, ‘tá sendo feito um ambulatório. A idéia é futuramente contratar um médico de segurança, um médico p’ra atender o paciente na enfermaria, pra poder você criar justamente esse sistema de exame periódico. Mas a obra ‘tá bem adiantada” (Alm. Empr.).*

*“É, quando a gente entra, faz o exame. Agora, assim no meado do ano, quando faz ano, assim não. A pessoa, quando entra ou sai, faz” (Eletr. Empr.).*

*“Não. Só que tem três anos que eu fiz” (Enc. Empr.).*

### **Na Cooperativa:**

A Regulamentação de uma cooperativa é diferente de uma empreiteira. O que torna o funcionamento destas específicos, principalmente em termos de alguns preceitos de legislação trabalhista. E, como não entramos nesta discussão, apenas exporemos as falas dos trabalhadores sobre os exames periódicos.

*“Não, aí eu não sei precisar p’ra você por que aí já é parte daqui de cima, da parte administrativa e eu não sei se ele pede aí na admissão aqui, pode atestado” (Alm. Coop.).*

*“Não, não mesmo. P’ra ser franco com você, faz bem uns seis meses que eu não sei o que é um médico” (Enc. Coop.).*

As cargas, os riscos, os acidentes e as doenças que podem ser derivadas do processo de trabalho não devem se analisadas com reducionismos, ou seja, atribuindo a estas causas imediatistas, biologicistas e, mais grave, com uma postura culpabilizante do trabalhador vitimado. Acima de tudo, a análise destes riscos e cargas devem ser analisados dando a devida importância para os elementos técnicos e organizacionais presentes na realidade do trabalho. Deste modo, frente ao contexto de reestruturação produtiva da CERJ, muitas mudanças foram surgindo na empresa; dentre elas, as relações entre trabalhadores e chefias e vice-versa e mesmo entre os companheiros de trabalho passaram por contundentes transformações e é esse o próximo aspecto a ser discutido nesta dissertação.

### **3.8 - As Relações de Trabalho**

Um outro ex-funcionário da CERJ, demitido no processo da privatização, e atualmente na empreiteira enfatiza que, no decorrer desse processo, gerou-se um mal estar entre os companheiros de trabalho. Isso pode conduzir a um individualismo e ao surgimento de desconfiança entre companheiros de trabalho. Neste aspecto, confrontamos o depoimento deste trabalhador, com o que Seligman-Silva (1994) argumenta quando estuda o processo desencadeado pelo temor de perder o emprego.

*“Começou a existir na empresa, ao se anunciar [a privatização] ou quando passou no leilão a venda da empresa, começou a acontecer fatos isolados de pessoas que estavam se prevalecendo do cargo de chefia. E começou a formar grupos dentro*

*da empresa,..., nem sempre com grupo de quilate, com grupo de peso. Digo de peso porque as pessoas que estavam deixadas de fora, em função de outras pessoas, eram pessoas mais capacitadas. E, com isso, foi gerando mal-estar, foi gerando insegurança, as pessoas ficavam sobressaltadas porque sabiam que não 'tava havendo ali um critério, logo após a privatização, começou a se verificar um fato que não havia muito consistência, era coisa totalmente voltado p'ro lado do coleguismo, as pessoas que eram mais chegadas" (Alm. Emp.).*

Seligman-Silva enfatiza que o medo de perder o emprego pode danificar ou mesmo destruir as relações entre os colegas de trabalho. Em sua pesquisa, ela observa isso e salienta que: *"Com amargura, vários entrevistados consideraram que o pavor de perder o emprego levava ao rompimento de velhos laços de companheirismo e confiança acentuando-se o individualismo"*(Seligman-Silva, 1994, p. 266).

Num dos documentos da CERJ que analisamos, havia nele uma discussão sobre as distorções que a empresa teve, ao longo de anos, no seu quadro de pessoal. Neste documento, é enfatizada a questão da inadequação dos números de funcionários da área administrativa e da área técnica. Pretende-se assinalar a questão da falta de critérios contundentes, não só no momento da admissão quanto da demissão dos funcionários desta empresa.

A qualificação profissional e competência dos trabalhadores que pertenciam ao quadro de efetivos da CERJ, por mais de 10 anos, não foram levadas em consideração no momento em que se propunha "enxugar" a máquina, com vistas à privatização. Isto é colocado pelos trabalhadores demitidos e que foram entrevistados, de uma forma bastante ressentida. Esse processo demissionário, sem precedentes e sem critérios, conduziu a vários desdobramentos: a queda da qualidade da prestação do serviço, o aumento do número de acidentes - pelo despreparo dos novos trabalhadores - e também um processo de incertezas e inseguranças dos que continuam na CERJ. Isso é bastante expressivo nos depoimentos destes trabalhadores:

*“E pessoas, profissionais de primeiro quilate, pessoas competentes. Aí eu vi o quanto eles estavam errados. E o quanto faltou critério nessa fase de seleção da CERJ, davam informações totalmente distorcidas [para o grupo que assumiu a empresa] em função de revanchismos, em função de situações de, de segurança no emprego, de permanecer no emprego e, com isso, causou esse problema que gerou a demissão em massa na CERJ. De fato, hoje a empresa sofre, sofre com essa falta, com essa saída, do quadro da empresa, de profissionais que eram ‘ARQUIVO’ na CERJ. Mas aí a vida continua na [Empreiteira X]. Normalmente, a gente continua nossa vida, mas foi traumático, bastante traumático” (Alm. Empr.).*

*“Eu acho o seguinte, que as pessoas serviram tão bem a CERJ, nesse tempo todinho, pelo menos eu acho que ela podia até mandar as pessoas embora. Tinha que ver os que não queria trabalhar, acho que tinha que fazer pelo menos uma seleção. Então, vê as pessoas que ‘tava na época de se aposentar, vê quem quisesse ir e quem não quisesse, ver tempo de casa que tinha, acho que podia segurar. Acho que eles não deveria fazer o que eles fizeram. Acho que tinha que dar, pelo menos, assim, um apoio p’ro pessoal que serviu tanto, tantos ano, a ela. Entendeu? No caso, nós, dezessete ano, embaixo de sol e chuva, virando noite, p’ra poder deixar a população com luz e servir ela. Muito embora que eu pessoalmente...acho que... a direção da companhia ou, não digo nem tanto chefia, mas direção de companhia que tinha que ver ao menos isso. E p’ra mim foi uma falta de respeito, porque aquilo acabou de repente” (Eletr. Empr.).*

*“Olha, o pessoal que foro demitido? Muita gente se aposentou, foi demitida. Mão de obra qualificada, pessoas que poderiam ‘tá aí hoje ajudando, até ensinando as pessoas que ‘tão entrando, a trabalhar, foi demitida, não sei qual o critério, eu não acho que isso seja justo, o cara chegar p’ra uma pessoa que tem 25 ano de serviço e você chega amanhã e diz: Amanhã você ‘tá dispensado, eu acho que não é assim. Eu acho que você tem que aproveitar essa pessoa, pelo menos até enquanto ele queira, quando ele não quiser mais” (Eletr. CERJ).*

*“Eu acho que não deveria ser privatizada, parte de energia não deveria ser privatizada. Porque é um serviço que tinha que ser da parte do governo e não*

*particular. O dinheiro que eles pegam aqui, eles leva tudo p'ra fora do País” (Eletr. Empr.).*

O processo de privatização da empresa e a conseqüente necessidade de enxugar o quadro foi vivido sob muita pressão, principalmente para que o trabalhador optasse pelo PDI ( Plano de Demissão Incentivada); este na verdade, acabou se tornando uma demissão imposta.

*“Quando a CERJ privatizou fez o PDI. Logo depois do PDI, logo depois, eles contrataro mão de obra nova. Eles botaro a gente como um mal necessário. Entendeu, eles precisavam da gente porque não tinha conhecimento do que se passava, mas infelizmente, era um mal necessário. Então, o que ocorre, eles botaro os funcionário da CERJ antigo a pior que pudesse ter acontecido p'ra eles era ter um ex-funcionário da CERJ. Porque eles ficaram com aquela imagem de que eram pessoas que ficavam paradas, não gostavam de trabalhar e ficava descansado ou então pessoas que só queriam levar vantagem, então a idéia que eles tinham do funcionário antigo era essa” (Alm. CERJ).*

*“P'ra que você aceitasse o PDI, havia uma pressão muito grande da chefia. Teve colegas lá que aceitou na pressão. PDI é Plano de Demissão Incentivada, então, geralmente o cara te dá vantagem. Aí você fica, o cara diz: Você não pega essa vantagem, você pode, amanhã, pode ‘tá na rua, quer dizer, e sem a vantagem ninguém garante que você vai continuar. As pessoas que não aceitaram a pressão ‘tá lá até hoje. Eu não sei se isso até era do conhecimento da direção da empresa. Não acredito que seja porque as pessoas que não aceitaram, como eu, como outros lá que não aceitou a pressão, continua na empresa até hoje, trabalhando, recebendo” (Eletr. CERJ).*

*“Existia... a chefia dizendo p'ra você: bem, pode ir embora hoje, pode ficar e daqui três a quatro meses, ou seis meses, você ser mandado embora, existiu uma forma de pressão, têm pessoas que foram pressionada, eu não, têm pessoas que foram” (Enc. Coop.)*

*“O pessoal que ficou, a maioria foi tudo embora depois, foro saindo assim. Agora, se saiu com o PDI eu não sei, mas que ‘tava sendo pressionado, ‘tava. Eles não tinham nem horário de almoço, horário de chegada, nem de saída. O Serviço p’ra cinco pessoas fazer, dois ‘tava fazendo. Às vezes uma pessoa ‘tava fazendo, então é muito serviço, o pessoal ficava doido. Não tinha horário nem p’ra almoçar, se não saísse p’ra almoçar, não almoçava, entendeu? Não tinha aquele horário padrão de almoçar todo mundo e voltar todo mundo. Isso que eu ouvia dos companheiro lá, que agora a maioria saiu” (Alm. Coop).*

*“A posição deles, que existiu na CERJ, um plano p’ra demissão incentivada, mas não foi isso o que aconteceu não. As pessoas assinaram o PDI em função de uma pressão, em função de uma incerteza, de vamos pagar p’ra ver. Eu, por exemplo, eu conheço muita gente que pagou p’ra ver e ‘tá na CERJ até hoje. Não aconteceu nada. Casos de chefias que pressionou os funcionários, em relação a grupos de pessoas que ficavam no comando, que, no final, prejudicou todo esse processo. Forçou a justamente isso, à assinatura do PDI. Então, isso aí tudo gerou um mal estar muito grande. Então, em vez de ser um plano incentivado p’ro pessoal sair satisfeito e ter assinado conscientemente, de repente, oitenta, noventa por cento (80, 90%) que assinaram, assinaram sob pressão e de, repente, não queriam assinar. Então, criou uma coisa que fez mal às pessoas, não foi uma coisa espontânea. Não foi bem isso, muito embora fala plano de demissão incentivada, não foi bem isso, na CERJ o que aconteceu não foi nada disso” (Alm. Empr.).*

*“Dentro da empresa, p’ros funcionários, teve muita pressão. Muitas pessoa saíro sob pressão. O PDI, eu acho que foi um cala boca p’ro pessoal, p’ra eles sai quieto” (Enc. Empr.).*

*“Eu achei péssimo. Sinceramente. Eu achei péssimo, porque, quando começou a falar em privatizar, começou eles a arrocharem muito, é, exigir muito, praticamente quase obrigando a pessoa a se demitir. Quando até, na época de privatizar, teve até uma reunião, que teve que eles ‘tava praticamente, no final, falando que, quem quisesse demitir agora, é melhor se demitir agora do que deixar p’ra mais tarde, porque vai ser mandado embora mesmo. Praticamente, houve pressão. Inclusive, nesse*

*mesmo dia que houve essa reunião (...) praticamente mandando pessoas se demitir, é, propriamente, houve até um acidente com um rapaz lá, inclusive ele está até encostado até hoje” (Eletr. Empr.).*

A situação destes trabalhadores, todas as suas angústias e incertezas, tiveram no seio da família, um dos poucos pontos de apoio. A sociedade em geral não teve noção da gama de conseqüências que a privatização do setor elétrico trouxe para os trabalhadores e suas famílias. As informações que tomaram espaço na mídia estavam relacionadas à queda da qualidade na prestação desse serviço à população e relatando alguns acidentes ocorridos, mas de forma muito breve. Em seguida, mostraremos, de forma sucinta, como os trabalhadores avaliam o processo de privatização e as conseqüências disto sobre as suas relações familiares e também quanto aos laços construídos durante tantos anos de convivência na CERJ.

### **3.9 - As Conseqüências da Privatização e a Família**

Quando o assunto é família, a grande preocupação está na busca por salvaguardar as condições mínimas de reprodução dos dependentes. O desligamento da CERJ ocasionou a perda de alguns direitos trabalhistas que complementavam a renda da família e tornavam o orçamento menos apertado. Dentre eles, destacam-se o plano de saúde, ajuda de custo na educação de crianças portadoras de necessidades especiais e o próprio salário reduzido posteriormente. Mas, outros aspectos também surgiram, como, por exemplo, a diminuição do tempo de lazer e de ficar com a família.

Vejamos alguns depoimentos:

*“De qualquer maneira, caiu o poder aquisitivo, sem a menor dúvida. Eu por exemplo, saí de um apartamento de três quartos para um de dois quartos...Mas que afeta, afeta...A minha esposa passou por esse processo todo de demissão...minha*

*esposa ela é hipertensa, causou um problema muito sério em relação à pressão” (Alm. Empr.).*

*“Acho que não existe coisa pior do que a parte financeira...você paga colégio p’ra filho...eu não pago aluguel mas eu tenho várias despesas...Você tinha que se privar de muita coisa, que já é pouco, o lazer que você já tem é pouquinho, quer dizer, você tinha que ficar sem nenhum. É uma conseqüência muito dura” (Eletr. CERJ).*

Em consonância com os depoimentos desses trabalhadores, Barbosa, ao analisar os impactos da modernização administrativa sobre a saúde do trabalhador, mostra como fica o quadro de degradação das condições de vida e trabalho, dos trabalhadores que vivenciam esse processo.

*“O que vem delineando-se neste processo é a queda na qualidade de vida do trabalhador. Ocorre uma perda no poder aquisitivo, devido ao achatamento do salário, agravado pela alta rotatividade da mão de obra e desqualificação da mesma nas indústrias brasileiras” (Barbosa, 1994, p. 21).*

A família é um ponto de apoio muito importante para o trabalhador. Ela é diretamente afetada por todas as circunstâncias de degradação das condições de trabalho, mas, ao mesmo tempo, é com ela e por ela que o trabalhador busca superar os embates deste processo. Dejours enfatiza que:

*“Toda família é requisitada pelo trabalhador em seu esforço em enfrentar as dificuldades no trabalho. O cônjuge, os filhos e às vezes até os pais do trabalhador são atingidos indiretamente, mas também fortemente pelos efeitos da situação do trabalho sobre aquele que nela se encontra exposto (uma parte da violência comum nas relações conjugais, uma parte do alcoolismo e das doenças têm relação com as dificuldades no trabalho e tocam todos o membros da família). No sentido inverso, o prazer no trabalho e os benefícios provenientes da relação de trabalho no registro da saúde também têm repercussões favoráveis na economia das relações da família e no desenvolvimento psíquico e afetivo dos filhos” (Dejours, 1996, p.13).*

Essa citação é bastante pertinente e, de forma simples, reforça muitas das questões levantadas no decorrer do texto. Podemos dizer que é uma síntese do que é hoje a realidade do eletricitário do Rio de Janeiro, que, de forma abrupta ou traumática - como alguns trabalhadores denominaram - vivenciaram um leque de mudanças em sua vida e de sua família.

Muitos foram os aspectos e problemáticas surgidas neste estudo. Muitas das situações levantadas não tiveram o aprofundamento que mereciam, ainda assim, procuramos abordar o maior número de aspectos que demonstrassem a complexidade do tema. Deste modo, novamente enfatizamos que este estudo não pretende esgotar as situações encontradas. A nova realidade de trabalho dos profissionais da eletricidade é bastante complexo e exige muitas outras investigações. Mas, acreditamos ter dado mais um passo na direção de aguçar e suscitar novos questionamentos. Com estas colocações, encerramos este capítulo e passamos às conclusões e recomendações.

## IV

## CONCLUSÃO

### AS INCERTEZAS DOS ELETRICITÁRIOS DIANTE DA REESTRUTURAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO NO BRASIL

A dissertação, que ora se conclui, tinha como objetivo buscar levantar algumas das possíveis implicações que o processo de privatização da CERJ pudesse ocasionar aos seus trabalhadores.

Por contingências do momento de crise econômica e da conseqüente recessão, muitos trabalhadores, depois de demitidos, não tiveram outra opção, senão se reinserirem no mercado de trabalho. Uma mão de obra bastante qualificada, com anos de serviço prestado à CERJ, ao se realocarem em empresas terceirizadas, que prestam serviço à CERJ privatizada, realizam seu trabalho sob condições bastante adversas.

Na verdade, as tarefas continuam as mesmas, as mudanças se deram no campo da diminuição dos direitos trabalhistas, salários bem menores indo de encontro a uma intensificação da jornada e do ritmo de trabalho. Entre estes trabalhadores, os que estão em cargos hierárquicos mais baixos estão subordinados às chefias das empreiteiras ou cooperativas e também de funcionários da CERJ que fiscalizam a realização dos serviços.

Os depoimentos dos trabalhadores, sobretudo das empreiteiras e cooperativas mostram, entre outras evidências, uma precarização das condições de trabalho. Esta precarização se expressa, em termos da não existência de CIPA nos locais de trabalho. Também não são realizados exames periódicos nesses trabalhadores; além disso, pelo maior controle e também pelo aumento do ritmo e jornada, estes trabalhadores estão sem fazer monitoramentos em sua saúde.

Quanto ao número de acidentes, na visão dos trabalhadores, muito baixos são os números de acidentes ocorridos na CERJ. Entretanto, quando verificado o Boletim Informativo de Acidentes no período de 1987 a 1992, período que precedeu a privatização, percebeu-se um número elevado de acidentes fatais por ano. Outro aspecto, levantado por estes trabalhadores, refere-se ao aumento do número de

acidentes entre os trabalhadores que desempenham suas atividades laborais em empreiteiras e cooperativas. As causas desses acidentes, segundo eles, está na desqualificação do trabalhador e na falta de um critério seletivo destes novos candidatos a serem eletricitários.

Entretanto, sabemos que as causas desses acidentes podem incluir várias outras: a falta de condições adequadas para a realização do trabalho, com equipamentos de segurança e de trabalho em condições impróprias, 'stress', fadiga conseqüente do aumento e da intensificação do ritmo e jornada do trabalho - esta, por sua vez, derivada do 'salário variável' (Buonfiglio, 1996) ou por produção, que exige um ritmo de trabalho extenuante - por fim, pela própria desespecialização da classe dos eletricitários novos, os que entram no ramo sem que tenham passado por algum processo de qualificação ou reciclagens.

O aumento da jornada e ritmo é sentido pela família destes trabalhadores. Aliás, a família é afetada também pelo achatamento dos salários e 'benefícios', o que acarreta também uma precarização das condições de vida desses trabalhadores e sua família. Os trabalhadores que foram demitidos puderam optar por pagar o plano de saúde que a empresa oferecia, mas os que pediram para sair perderam esse direito. Isso significa que, além das condições de vida mais difíceis, os salários mais baixos dificultam, quando não impossibilitam, que a família tenha sua saúde coberta por um plano de saúde.

Ou seja, a política neo-liberal, que tem sido aplicada com tamanha ferocidade no Brasil, expressa numa diminuição expressiva de serviços públicos que atendam às necessidades básicas destes trabalhadores, também traz mais incertezas e apreensões para a classe que vive do trabalho e sua família. Nos anos 80, vemos um período de grandes conquistas, onde as necessidades básicas foram transformadas em direitos adquiridos, mas, na década de 90, vemos que nossas necessidades se tornaram mercadorias e temos que pagar muito caro para usufruir do que seria um direito.

Esses trabalhadores e suas famílias pagaram e estão ainda pagando caro por essas transformações societárias. O processo de privatização não foi realizado com devido respeito a esses trabalhadores. A pressão que eles sentiram, as incertezas e as inseguranças causaram danos a esta categoria. Infelizmente, não conseguimos dados oficiais, apenas tivemos conhecimento por outros trabalhadores e por outras pessoas. Mas, trabalhadores que viviam a insegurança durante esse processo, com muitos

boatos, no aguardo dos listões com os nomes dos próximos a serem demitidos, causou-lhes muitos danos. Comentários surgiram a respeito de funcionários que passaram mal quando receberam a carta. Outra consequência, relacionada à família, é expressa através de comentários, em processos de brigas judiciais, por conta de trabalhadores que eram divorciados, provocados pelas demissões, por não poderem continuar pagando as pensões que vinham sendo pagas, uma vez que houve uma redução de sua renda.

A experiência, competência e dedicação desses trabalhadores durante o tempo de trabalho prestado à empresa, não foi levado em conta. Não houve critérios para as demissões. Anteriormente, chegamos a pensar que fosse pela escolaridade, ou seja, trabalhadores que tivessem menos que o primeiro grau é que seriam os demitidos. Mas, profissionais com nível superior, de diferentes carreiras, também foram demitidos. Alguns trabalhadores acreditam que a carta, o PDI, foi um outro critério de coação, porque muitos que assinaram foram demitidos e os que não assinaram, até então, continuam na empresa, embora se saiba que a qualquer momento podem vir a ser demitidos.

Apesar de ser uma empresa privada, segundo os próprios trabalhadores, verifica-se que, na CERJ, ainda existe um clima de individualismo e revanchismos. E a empresa acaba fazendo uso de pressão e das incertezas, para extrair sobretrabalho. Isto foi levantado com os depoimentos. Aliás, essa é uma realidade não só dos que continuam na CERJ, os trabalhadores das empreiteiras também vivem isso. Na Cooperativa, por ser uma realidade específica, por serem os trabalhadores os sócios fundadores da empresa, não há essa exigência por mais trabalho, apesar de declararem ter um ritmo de trabalho mais extenso.

Em que pesem as consequências da privatização para os trabalhadores, destaca-se também o caso exclusivo do Rio de Janeiro, por ser o único estado da federação que tem todo seu setor elétrico privatizado, de uma forma arbitrária e inusitada. Nele, a privatização foi realizada sem que a opinião da sociedade tivesse espaço ou voz, e para piorar, sem que houvesse sido levado para a população, quais as implicações que a privatização, sem um prévio processo de regulamentação, pudesse trazer como prováveis prejuízos aos seus consumidores. A ANEEL (Agência Reguladora de Energia Elétrica) foi regulamentada após a privatização da CERJ e LIGHT. A conclusão que tiramos disso é que o Brasil - e em particular no governo

neoliberal de então do Rio de Janeiro, a privatização do setor elétrico não foi resultante da regulamentação, mas as agências foram criadas em função da privatização. Em melhores palavras, a privatização deveria ter sido fundamentada a partir da regulamentação da agência e dos meios de fiscalização da prestação desse serviço. No Rio, isso não aconteceu e, com isso, podemos estar transformando um monopólio natural estatal regulamentado em uma possível cartelização desregulamentada desse serviço, que tem como controladores o capital exterior.

A situação de crescente demanda por energia elétrica poderia conduzir a uma crise crescente no setor, que, apesar de ter se expandido muito enquanto um serviço estatal, poderia não ter mais condições de atender a esse crescimento, por não estar mais em condições de atender a constantes investimentos. Reformas eram necessárias, mas o que questionamos é se ela deveria ter acontecido da forma como ocorreu, penalizando ainda mais os trabalhadores e a sociedade.

Não pudemos dar conta de todas as problemáticas, abrangentes e complexas, surgidas neste estudo. Buscamos focalizar alguns dos problemas mais gritantes. Outros, não conseguimos, por uma série de problemas, sejam pessoais, seja pela dificuldade de levantar mais dados. Ainda assim, pretendemos que este estudo tenha sido mais um contributo na direção de mais averiguações sobre esta nova realidade societária e principalmente trabalhista. Assim, em que pesem as limitações desse trabalho, esperamos que este estudo contribua de alguma forma para mostrarmos a situação desta categoria de trabalhadores.

---

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

Anderson, J. (1991). A Nova Direita e a privatização: malogros britânicos, lições mundiais?. Espaço e debates: Brasil Pós-80, (32), 13-24.

Antunes, R. (1997). *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 4ª ed. São Paulo; Cortez; Campinas, SP: Ed. da UNICAMP.

- Aranha, A.V.S. & Cunha, D. M. (1996). Modernidade e qualidade na CEMIG sob a lógica dos trabalhadores. In: F. P. A. Lima. & J .E. Normand. *Qualidade da produção, produção dos homens. I Seminário Interinstitucional Trabalho, tecnologia & organização.*” Belo Horizonte, MG: Autor.
- Assis, J.C.(1997). *A nêmesis da privatização: Desregulação caótica das indústrias de serviços públicos no Brasil.* Rio de Janeiro: Ed. Mecs.
- Barbosa, Cláudia de O. (1994). Modernização Administrativa: seus impactos na saúde do trabalhador. In: Em pauta: Cadernos da Faculdade de Serviço Social da Uerj, (3), 21.
- Barros, Octavio. (1991). O Brasil e o estágio atual do capitalismo mundial. Espaço e debates: Brasil Pós- 80, (32), 25-31.
- Bastos, L. R., Paixão, L., Fernandes, L.M. & Deluiz, N.(1996).*Manual para elaboração de projetos e relatórios de pesquisa, teses, dissertações e monografias.*(ed. rev.). Rio de Janeiro: Guanabara.
- Braverman, Harry. (1987). *Trabalho e Capital Monopolista: A Degradação do Trabalho no Século XX.* 3ª ed.: Guanabara.
- Brito, J. C. & Porto, M.F.S. (1990). *Processo de trabalho, riscos e cargas à saúde.* Apostila. RJ: CESTEH/ ENSP/ FIOCRUZ.
- Buonfiglio, M .C. (1995.) *Reestruturação produtiva e seus efeitos no mundo do trabalho. Trabalho apresentado no VII Encontro Norte - Nordeste de Ciências Sociais.* UFPb, Paraíba.
- Carvalho, Joaquim Francisco. (1997, 7 de outubro). Paradoxos da energia elétrica no Brasil. Folha de São Paulo, extraído da Internet, no Website: <http://www.ilumina.org.br>

- Carvalho, Joaquim Francisco. (1998, 21 de agosto). Desmonte privatista. *Jornal do Brasil*, extraído da Internet, no Website: <http://www.ilumina.org.br>.
- Castro, M. H. G.(1991) Descentralização e política social no Brasil: as perspectivas dos anos 90. Espaço e debates: Brasil Pós-80, (32), 80-87.
- Dejours, C. (1997). *O Fator Humano*. Editora Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro.
- Dejours, C.(s.d.). *Normalidade, trabalho e cidadania*.CRP-06, Rio de Janeiro. Apostila
- Duarte, F. G. M. (1994). A atividade dos operadores nas Indústrias de processo contínuo, In: *A análise ergonômica do trabalho e a determinação de efetivos: estudo da modernização tecnológica de uma refinaria de petróleo no Brasil*. Tese Mestrado. Sc., Programa de Engenharia de Produção, COPPE/ UFRJ. Cap. III, p.p. 25-36.
- Grande Enciclopédia Larousse Cultural. (1995). Ed. Nova Cultural. Volume 09.
- Faleiros, Vicente de Paula. (1992). *O Trabalho da Política: A saúde e segurança dos trabalhadores*. São Paulo: Cortez.
- Gorender, Jacob.(1997). Globalização, tecnologia e relações de trabalho. In: *Dossiê Globalização*. Estudos Avançados 11(29), 1997.
- Guimarães, Antônio A. (1991). Sonhos mortos, novos sonhos (fordismo, recessão e tecnologia no Brasil). Espaço e Debates: Brasil Pós-80, (32), 88-94.
- Ianni, Otávio. (1996). *A Era do Globalismo*. 2<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Larousse Cultural. (1995) Editora Globo. Impresso na Argentina
- Minayo, M.C.S. (1996). Introdução à Metodologia de Pesquisa Social In: *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. SP/ RJ: HUCITEC/ ABRASCO.

- Mineiro, Procópio. (1998). Por que a Light fracassou? In: Cadernos do Terceiro Mundo, abr./ maio 98, n.º207.
- Netto, J. P. (1996). Transformações societárias e Serviço Social: Uma análise prospectiva da profissão no Brasil, In: Serviço Social e Debate, n.º 50, ano XVII.
- Revista Crea-RJ.(1997). *Baixa qualidade e tarifas altas na distribuição de energia elétrica*. Set/ out 97, nº 12:Rio de Janeiro: Autor.
- Rosa, Luiz P., et alli.(1996) O Estado do Rio de Janeiro e a Privatização do Setor Elétrico. ENERGE - COPPE - UFRJ: Rio de Janeiro.
- Rosa, Maria Inês. (1994). Trabalho, Subjetividade e Poder. São Paulo: Edusp/Letras e Letras.
- Secretaria de Estado de Indústria e Comércio do Estado do Rio de Janeiro (1988). CERJ: Histórico, Indicadores técnicos e de gestão, perspectivas. Editado pela Assessoria de Comunicação Social da CERJ.
- Selligman-Silva, E. (1994). Desgaste Mental no Trabalho Dominado. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Cortez Editora.
- SESMT/STIEEN. (1991). *Condições de insegurança e/ou condições inseguras propiciadas pela CERJ aos seus trabalhadores*. Niterói - RJ: STIEEN.
- STIEEN. (1992). *Dossiê sobre a situação da CERJ e dos funcionários da Empresa*. Niterói - R.J.: Autor.
- \_\_\_\_\_. (1993). *Relatório da Auditoria do DNAEE realizada na CERJ*. Niterói - R. J.: Autor.
- \_\_\_\_\_. (1992). *O papel social da CERJ e conseqüências da privatização* Niterói - R.J.: Autor.

\_\_\_\_\_. (1992). *Situação atual da CERJ - Diagnóstico*. Niterói - R. J.: Autor.

\_\_\_\_\_. (1997). *Os efeitos sociais da globalização*. Set/ out. 1997, n.º 12: Rio de Janeiro: Autor.

Tolmasquim, M. T., & Pires, José C. L. (1996). Reformas Institucionais e Forças de Mercado: lições da indústria de eletricidade europeia. *Revista Brasileira de Energia*, 5(1)7-23.

Wisner, A. (1987). *Por dentro do trabalho: Ergonomia, métodos e técnicas*. SP: FTDE/ Oboré. (p. 35; p.p. 129-135).

## ANEXOS

## **QUESTIONÁRIO REMANESCENTES NA CERJ**

### **I - DADOS PESSOAIS**

Identificação

Idade

Escolaridade

Profissão

Estado Civil

Teve empregos anteriores à entrada na CERJ? Quais? Também era na área de eletricidade?

Fez algum tipo de curso técnico antes de entrar na CERJ

Dependentes S N Quantos?

Situação Trabalhista: Aposentadoria próxima  
Aposentado

### **II - HISTÓRIA PREGRESSA**

1. Quanto tempo está empregado na CERJ?
2. Como foi admitido na CERJ
3. Como era a jornada de trabalho na CERJ estatal? E o ritmo de trabalho?
4. E no tocante a qualificação profissional, quais os recursos e técnicas a empresa utilizava (cursos, palestras)? Com que frequência eram feitos?
5. Havia treinamentos? Com que frequência eram realizados?
6. Havia equipamentos de segurança? Quantos e Quais? Você os usava? Sabia qual a utilidade, o momento e o por que de usar os EPI's e EPC's? E, como e quando era feita a manutenção destes?
7. Você sabia da existência de algum centro ou comissão de prevenção de acidentes? E participava dele? Tinha acesso às informações surgidas nestas reuniões?
8. Qual tipo de acidente era mais comum?
9. Em caso de doenças e acidentes de trabalho, como vocês ficavam sabendo? Qual era a atitude de vocês frente a uma situação dessas?
10. Você percebia se entre seus companheiros de trabalho, algum tipo de doença aparecia com mais frequência?
11. Além dos exames periódicos, quais outros tipos de exames você realizava?
12. Quanto às instalações da CERJ, como eram as condições de trabalho? Descreva as condições do pátio, vestiário, banheiros, refeitório e depósitos?
13. Como era a relação dos trabalhadores com as chefias da CERJ? E a sua, como era?
14. Como você avalia o período anterior ao processo de privatização da empresa e seus efeitos sobre o trabalho que vocês realizavam na CERJ? Havia precariedades? Quais? E quais as que mais o incomodava?
15. Como você qualificaria a prestação do serviço da CERJ depois de sua privatização?

### III - A CERJ HOJE

1. Fale sobre seu trabalho hoje?
2. Como é sua jornada de trabalho hoje na CERJ? E o ritmo de trabalho como está?
3. Estão acontecendo treinamento? Quais os recursos que a empresa utiliza para o treinamento e aperfeiçoamento de seus empregados?
4. Tem equipamentos de segurança? Quais? Você sabe a utilidade, o momento e o porque de usá-los? E os usa?
5. Ainda são realizados exames periódicos? Além dos exames periódicos, tem algum que você sinta necessidade de fazer com mais freqüência?
6. Como está a situação do órgão responsável por discutir as condições de trabalho? Você tem acesso às informações surgidas nestas reuniões?
7. Você tem notícia de doenças e acidentes de trabalho? Como vocês ficam sabendo? Qual o tipo de acidente que mais tem acontecido? E as doenças, existe alguma que você perceba que tem aparecido mais? E o Sr., já teve algum acidente ou doença?
8. O que mudou em termo das condições de trabalho da CERJ privatizada, quanto às instalações desta empresa, em termos de vestiário, banheiros, refeitórios e depósitos?
9. E os seus direitos trabalhistas como ficaram após a privatização
10. Defina o serviço prestado pela CERJ privatizada? É possível uma comparação com o da CERJ estatal?
11. Em termos de prestação de serviços, o que mudou com a privatização da CERJ?
12. O que o Sr. Preferiria: a CERJ estatal ou a CERJ na atual condição privatizada? Por quê?
13. Como o Sr. avaliaria a privatização da CERJ?

### IV - AS POSSÍVEIS CONSEQUÊNCIAS SÓCIO FAMILIARES

1. Como você vivenciou o processo de privatização da CERJ?
2. Havia algum tipo de pressão, seja dentro ou fora da empresa?
3. Qual sua opinião sobre o PDI? O Sr. o assinou? Conhece alguém que tenha assinado o PDI? Caso positivo, qual sua posição à respeito dele?
4. Como você avalia o processo de privatização da CERJ e o tratamento dado aos seus trabalhadores?
5. Como você tem visto o cumprimento de seus direitos trabalhistas?
6. Um possível desligamento da CERJ traria algum tipo de consequência sobre sua vida profissional?
7. E sobre sua vida sócio-familiar, como ficaria caso o Sr. tivesse que sair da empresa? O Sr. acredita que haveria algum tipo de consequência sobre sua vida em familiar?
9. Você tem algum tipo de contato com seus ex-companheiros da CERJ? Caso positivo, como eles têm percebido e vivido essas mudanças?
10. Quando você pensa no seu trabalho, qual a primeira imagem ou sensação que primeiro lhe vem à cabeça?

**QUESTIONÁRIO (Trabalhadores)**

I - DADOS PESSOAIS  
Identificação

Idade

Escolaridade

Profissão

Teve empregos anteriores à entrada na CERJ? Quais? Também era na área de eletricidade?

Fez algum tipo de curso técnico antes de entrar na CERJ

Estado Civil

Dependentes S N Quantos?

Situação Trabalhista: Aposentadoria próxima

Aposentado a) Complementado

b) Não complementado

## II - HISTÓRIA PREGRESSA

1. Quanto tempo ficou empregado na CERJ
2. Como foi admitido na CERJ
3. Como era a jornada de trabalho? E o ritmo de trabalho?
4. E no tocante a qualificação profissional, quais os recursos e técnicas a empresa utilizava (cursos, palestras)? Com que frequência eram feitos?
5. Havia treinamentos? Com que frequência eram realizados?
6. Havia equipamentos de segurança? Quantos e quais? Você os usava? Sabia qual a utilidade, o momento e o porque de usar os EPI's e EPC's? Como e quando era feita a manutenção destes?
7. Você sabia da existência de algum centro ou comissão de prevenção de acidentes? E participava dele? Tinha acesso às informações surgidas nestas reuniões?
8. Qual tipo de acidente era mais comum?
9. Em caso de doenças e acidentes de trabalho, como vocês ficavam sabendo? Qual era a atitude de vocês frente a uma situação dessas?
10. Você percebia se, entre seus companheiros de trabalho, algum tipo de doença aparecia com mais frequência?
11. Além dos exames periódicos, quais outros tipos de exames você realizava?
12. Quanto às instalações da CERJ, como eram as condições de trabalho? Descreva as condições do pátio, vestiário, banheiros, refeitório e depósitos?
13. Como era a relação dos trabalhadores com as chefias da CERJ? E a sua, como era?
14. Como você avalia o período anterior ao processo de privatização da empresa e seus efeitos sobre o trabalho que vocês realizavam na CERJ? Havia precariedades? Quais? E quais as que mais o incomodavam?
15. Como você qualificaria a prestação do serviço da CERJ depois de sua privatização?

## III - HISTÓRIA NA ATUAL EMPRESA (Empreiteira ou Cooperativa)

1. Quanto tempo está nesta empresa?
2. Como foi admitido?
3. Fale sobre seu trabalho hoje?
4. Como é sua jornada de trabalho? E o ritmo de trabalho como está?
5. Tem treinamento? Quais os recursos que a empresa utiliza para o treinamento e aperfeiçoamento de seus empregados?
6. Tem equipamentos de segurança? Quais? Você sabe a utilidade, o momento e o porque de usá-los? E os usa?
7. Aqui são realizados exames periódicos? Além dos exames periódicos, tem algum que você sinta necessidade de fazer com mais frequência?
8. Nesta empresa tem algum centro ou comissão responsável por discutir as condições de trabalho? Você tem acesso às informações surgidas nestas reuniões?
9. Você tem notícia de doenças e acidentes de trabalho? Como vocês ficam sabendo? Qual o tipo de acidente que mais tem acontecido? E as doenças, existe alguma que você perceba que tem aparecido mais? E o Sr., já teve algum acidente ou doença?
10. Como você qualificaria as condições de trabalho, quanto às instalações desta empresa, em termos de vestiário, banheiros, refeitórios e depósitos?
11. Defina o serviço prestado por esta empresa? É possível uma comparação com o da CERJ?
12. O que o Sr. Preferiria: continuar na CERJ ou na atual empresa? Por quê?

#### IV - AS POSSÍVEIS CONSEQUÊNCIAS SÓCIO FAMILIARES

1. Como você vivenciou o processo de demissão/desligamento da CERJ?
2. Havia algum tipo de pressão, seja dentro ou fora da empresa?
3. Qual sua opinião sobre o PDI? Você o assinou? Conhece alguém que tenha assinado o PDI? Caso positivo, qual sua posição à respeito dele?
4. Como você avalia o processo de privatização da CERJ e o tratamento dado aos seus trabalhadores?
5. Como você tem visto o cumprimento de seus direitos trabalhistas?
6. Seu desligamento da CERJ trouxe algum tipo de consequência sobre sua vida profissional?
7. E sobre sua vida sócio-familiar, como ficou depois de sua saída da empresa?
8. O seu desligamento da CERJ causou algum tipo de modificação sobre sua vida em família?
9. Você tem algum tipo de contato com seus ex-companheiros da CERJ? Caso positivo, como eles têm percebido e vivido essas mudanças?
10. Quando você pensa no seu trabalho, qual a primeira imagem ou sensação que primeiro lhe vem à cabeça?